

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

WEVERTON DA SILVA CORREA

**JORNALISMO AMBIENTAL E MÍDIA: A COBERTURA DO GARIMPO DA SERRA
DA BORDA PELOS PORTAIS G1 E FOLHA DE S. PAULO**

**CUIABÁ-MT
2023**

Weverton da Silva Correa

JORNALISMO AMBIENTAL E MÍDIA: A COBERTURA DO GARIMPO DA SERRA DA
BORDAS PELOS PORTAIS G1 E FOLHA DE S. PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Política e Cidadania, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jociene Carla Biachini
Ferreira Pedrini

Cuiabá
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C824j Correa, Weverton da Silva.
Jornalismo Ambiental e Mídia: a cobertura do garimpo da Serra da Borda pelos Portais G1 e Folha de S. Paulo [recurso eletrônico] / Weverton da Silva Correa. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 109 f., il. color., pdf). -- 2023.

Orientadora: Jociene Carla Biachini Ferreira Pedrini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. comunicação. 2. cidadania. 3. mídia. 4. jornalismo ambiental. 5. Serra da Borda. I. Pedrini, Jociene Carla Biachini Ferreira, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Jornalismo ambiental e mídia: a cobertura do Garimpo da Serra da Borda pelos portais G1 e Folha de São Paulo.

AUTOR: MESTRANDO WEVERTON DA SILVA CORREA

Dissertação defendida e aprovada em 30 de junho de 2023.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professora Doutora Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini (Presidente Banca /Orientadora)
INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso
2. Professora Doutora Fernanda Vasques Ferreira (Examinadora Interna)
INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso
3. Professora Doutora Ana Carolina de Araújo Silva (Examinadora Externa)
INSTITUIÇÃO: Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná
4. Professor Doutor Cristóvão Domingos de Almeida (Suplente Interno)
INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso
5. Professor Doutor Gesner Duarte Pádua (Suplente Externo)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso/CUA

CUIABÁ, 30 DE JUNHO DE 2023.



Documento assinado eletronicamente por **JOCIENE CARLA BIANCHINI FERREIRA PEDRINI, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 30/06/2023, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina de Araújo Silva, Usuário Externo**, em 30/06/2023, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GESNER DUARTE PADUA**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 30/06/2023, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5908871** e o código CRC **CEDA9743**.

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria de Lurdes da Silva Reis e Raimundo Nonato Correa (in memoriam). Guerreiros que vieram do interior do Maranhão ao Mato Grosso e mostraram a mim e aos meus irmãos, Weslaine da Silva Correa e Wemerson da Silva Correa, que a educação é um dos caminhos mais seguros para o sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo dom da vida e por me permitir chegar até aqui para realização deste grande sonho.

Agradeço ao meu companheiro, parceiro e amigo Flávio Bazan da Silva, um dos maiores incentivadores para meu ingresso no mestrado; que acreditou na minha capacidade para esta jornada quando eu mesmo duvidava; que sentou junto à mim aos finais de semana para formulação do projeto e não me deixou desanimar quando o cansaço tentava me fazer desistir.

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini pela sinergia, paciência e todos os ensinamentos nesse processo.

Agradeço ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Pontes e Lacerda-Fronteira Oeste por permitir e me dar condições para dedicação a este projeto, cujo conhecimento produzido e gerado é em prol da comunidade acadêmica, da instituição e de toda sociedade.

Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM) por tornarem o sonho do mestrado possível. Viva a universidade pública!

RESUMO

Esta pesquisa aborda se o jornalismo ambiental e suas características foram tratadas na cobertura do Garimpo da Serra Borda, no município de Pontes e Lacerda, Sudoeste do estado de Mato Grosso, em publicações dos portais *online* G1, do Grupo Globo, e Folha de S. Paulo, do Grupo Folha, no período de 01 outubro de 2015 a 30 de outubro de 2016, utilizando-se das metodologias de Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2011), perpassada pela Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013). Também tratou-se do aparato bibliográfico a respeito dos temas relacionados ao jornalismo de forma geral, jornalismo ambiental como especialidade, o garimpo e sua história no Brasil e em Mato Grosso, e ainda, a relação do jornalismo ambiental enquanto aspecto histórico e sua imersão na cobertura do tema garimpo. Constatou-se, ao final, que o jornalismo ambiental não foi trabalhado em todo seu potencial, desenvolvimento e complexidade, já que algumas de suas características foram identificadas de forma breve, a exemplo da pluralidade de vozes e o jornalismo de precaução. Verificou-se, a partir das constatações de estratégias argumentativas, que a Serra da Borda foi apenas o pano de fundo para o jornalismo policial, aplicado na maioria do conteúdo analisado. Ao propor-se a temática deste trabalho, não ignorou-se encontrar notícias das mais diferentes editorias e abordagens de forma geral, mas também esperava-se o aprofundamento do jornalismo ambiental. Ficaram apagados ao menos três pilares desta especialidade: o informativo na seara ambiental, o político quanto ao exercício pleno de cidadania na temática (sobre direitos e deveres da sociedade) e o educativo, inerente ao engajamento do repórter nas causas ambientais, ainda que se tratando de pautas verdes com a cobertura das mídias tradicionais.

Palavras-chave: comunicação; cidadania; mídia; jornalismo ambiental; Serra da Borda.

ABSTRACT

This research addresses whether environmental journalism and its characteristics were addressed in the coverage of Garimpo da Serra Borda, in the municipality of Pontes e Lacerda, in the southwest of the state of Mato Grosso, in publications on the online portals G1, from Grupo Globo, and Folha de S. Paulo, by Grupo Folha, from October 1, 2015 to October 30, 2016, using the Content Analysis (CA) methodologies proposed by Bardin (2011), permeated by the Critical Analysis of the Narrative by Motta (2013). It also dealt with the bibliographic apparatus regarding themes related to journalism in general, environmental journalism as a specialty, mining and its history in Brazil and Mato Grosso, and also, the relationship of environmental journalism as a historical aspect and its immersion in the coverage of the mining theme. It was found, in the end, that environmental journalism was not worked on in all its potential, development and complexity, since some of its characteristics were briefly identified, such as the plurality of voices and precautionary journalism. It was verified, based on the findings of argumentative strategies, that Serra da Borda was just the background for police journalism, applied in most of the analyzed content. When proposing to investigate this work, it was not ignored to find news from the most different editorials and approaches in general, but it was also expected the deepening of environmental journalism. At least three pillars of this specialty were erased: the informative on the environmental area, the political regarding the full exercise of citizenship in the subject (about the rights and duties of society) and the educational, inherent to the reporter's engagement in environmental causes, even if it is a matter of green guidelines with the coverage of traditional media.

Keywords: communication; citizenship; media; environmental journalism; Serra da Borda

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização de onde foi o garimpo.....	41
Figura 02 - Trabalhadores em situação precária de exploração na Serra Pelada	43
Figura 03 - Localização de Pontes e Lacerda no mapa de Mato Grosso	49
Figura 04- Pepita de ouro que garimpeiros disseram ter encontrado na Serra	52
Figura 05- Mapa tectônico mostra localização da Serra da Borda	53
Figura 06- Policial atua na desocupação da Serra da Borda	54
Figura 07- Buracos no solo causados pela exploração ilegal na Serra	56
Figura 08- <i>Layout</i> da página principal do Portal G1	60
Figura 09- <i>Layout</i> da principal página da Folha de S. Paulo	61
Figura 10 - <i>Layout</i> da ferramenta <i>Google Advanced Search</i> (em português)	64
Figura 11- <i>Layout</i> de busca no Portal G1	65
Figura 12 - Lapso de tempo para pesquisa no Portal G1	65
Figura 13- <i>Layout</i> de resultados do Portal G1	66
Figura 14 - Portal G1 destaca ação policial	74
Figura 15- Folha noticia decisão para desocupação de garimpo	76
Figura 16- Notícia do G1 destaca pluralidade de vozes	79
Figura 17 - Solo e mata deteriorados para exploração	80
Figura 18- Folha narra descoberta de jazidas em Mato Grosso	82
Figura 19- Texto do G1 destaca extração ilegal	87
Figura 20- G1 narra tragédia na área de exploração	89
Figura 21- G1 notícia protesto de garimpeiros	91
Figura 22- Portal G1 destaca em manchete utilização de mercúrio no garimpo	94
Figura 23- Folha destaca questionamento do leitor.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Materiais para análise encontrados relacionados a Serra da Borda.....	72
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AC	Análise de Conteúdo
ACN	Análise Crítica da Narrativa
CGI	Comitê Gestor da Internet do Brasil
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DOU	Diário Oficial da União
DNPM	Departamento Nacional de Produo Mineral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	ndice de Desenvolvimento Humano Municipal
JB	Jornal do Brasil
PL	Permissão de Lavra Garimpeira
SBM	Secretaria de Geologia, Minerao e Transformao Mineral
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. JORNALISMO CONTEMPORÂNEO.....	19
2.1 O papel do jornalismo na atualidade	19
2.2 Jornalismo e breves tópicos conceituais	23
2.3 Critérios de noticiabilidade	26
2.4 Jornalismo na web.....	30
2.4.1 Aspectos do jornalismo na web	33
3. JORNALISMO AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS E GARIMPO.....	35
3.1 Jornalismo ambiental: um olhar além do factual	35
3.2 Cidadania no jornalismo ambiental.....	38
3.3 A pauta do garimpo e o jornalismo ambiental	40
3.4 Notas sobre a atividade aurífera no Brasil e em Mato Grosso	44
4. A SERRA DA BORDA E SUAS INCIDÊNCIAS	49
4.1 O município de Pontes e Lacerda-MT	49
4.2 A exploração na Serra da Borda	51
5. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	58
5.1 A pesquisa na área de jornalismo ambiental	58
5.2 Os objetos pesquisados: o portais G1 e Folha de S. Paulo.....	59
5.3 O caminho metodológico	61
5.3.1 Jornalismo de dados: a ferramenta de busca	62
5.3.2 Análise de Conteúdo	66
5.3.3 Análise Crítica da Narrativa.....	67
6. RESULTADOS E ANÁLISES.....	72
6.1 Constatações.....	72
6.1.1 Repressão policial	73
6.1.2 Teor aventureiro	78
6.1.3 Trabalho ilegal	85
6.1.4 Tragédia.....	88
6.1.5 Protesto.....	90
6.1.6 Meio Ambiente	93
6.1.7 Participação do leitor	96
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

O sonho do enriquecimento rápido permeia o imaginário popular e alimenta histórias. Há quem diga que chegou perto de torná-lo real ou que conhece alguém que o fez. O fato é que quando essa possibilidade se aproxima da concretude, a movimentação chama atenção e reverbera a sociedade, e pode passar por aspectos econômicos, sociais, de saúde, educacionais, meio ambiente e até de violência.

No município de Pontes e Lacerda, no Sudoeste do estado de Mato Grosso, no último trimestre de 2015, garimpeiros anunciaram nas redes sociais terem encontrado ouro na Serra da Borda, que deu o mesmo nome ao garimpo que se formou posteriormente. A pacata cidade viu sua realidade mudar e moradores tiveram a rotina alterada com a chegada de exploradores de várias partes do país em busca do sonho dourado. Um levantamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública apontou que no auge da atividade 7 mil pessoas atuavam no garimpo¹. Um impacto significativo para o município que à época, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somava pouco mais de 45 mil habitantes.

Dos impactos positivos, a Associação Comercial do Município apontou para o aquecimento da economia, principalmente com a venda de materiais para exploração no garimpo, como pás e enxadas. O setor hoteleiro também foi beneficiado. A violência, contudo, também figurou e dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública expuseram que em 2015 foram registradas 27 mortes na cidade, número que saltou para 32 em 2016, estabelecendo ligação direta com a exploração ilegal².

A movimentação em Pontes e Lacerda chamou atenção da mídia nacional que logo apressou-se na cobertura e também em fazer comparativos com o famoso Garimpo da Serra Pelada, que na década de 1980 tornou-se o maior a céu aberto do mundo, no estado do Pará. Grandes e tradicionais veículos como os Portais G1, pertencente ao Grupo Globo, e também a Folha de S. Paulo, do Grupo Folha, ambos objetos deste estudo, passaram a produzir conteúdo relacionado à atividade garimpeira.

É a partir daí que esta pesquisa debruça-se na seguinte problemática: se os preceitos do jornalismo ambiental e suas características foram tratadas nas publicações referentes à exploração do garimpo da Serra da Borda, pelos portais G1 e Folha de S. Paulo, no período de

¹Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/sesp-apresenta-resultado-da-operacao-serra-da-borda-no-municipio-de-pontese-lacerda-1>. Acesso em 26. abr.2022.

²Disponível em:<http://www.sesp.mt.gov.br/-/mato-grosso-reduz-numero-de-assassinatos-pelo-segundo-ano-consecutivo>. Acesso em: 04. abr. 2022.

outubro de 2015 a outubro de 2016 (de maior atividade exploratória), utilizando-se das metodologias da Análise de Conteúdo (AC) perpassada pela Análise Crítica da Narrativa (ACN).

Girardi et al (2018) conceitua que o jornalismo ambiental vai além do factual, imprime características científicas e engloba múltiplas áreas. Sai da base técnica das fontes e transita pelo multifacetado: o cidadão também tem voz e compõe para a construção e visibilidade do tema tratado. Da educação ambiental à proximidade, também denota a incorporação de princípio próprio, a exemplo da precaução que visa a ampliação do período de atuação do jornalismo com orientação ao futuro, com objetivo de alertar e evitar resultados negativos.

E a tratativa dessa ramificação do jornalismo desprendida ou não do fazer jornalismo de modo convencional, confronta com o poder dado à mídia para contar a história, legitimado pelo público, dentro da construção simbólica de conhecimento. Quem apenas seria a ponta final do produto “informação” também participa da construção dele, graças à multiplicidade de fontes amplificadas pelo espaço concedido às várias vozes nesse âmbito.

A justificativa para abordagem desta temática centra-se em três partes. A primeira delas, destinada à contribuição para construção do arcabouço bibliográfico de uma modalidade do fazer jornalismo que vai além do convencional. Apesar da base epistemológica latente, a pesquisa de como o jornalismo ambiental tem sido tratado nas publicações-produções da mídia soma-se justamente a esta composição teórica.

O trabalho ainda colabora para o registro histórico local, inserido uma das máximas do jornalismo ambiental quanto à regionalidade-proximidade. Trata-se da formalização do registro-recorte bibliográfico de uma parte da história de Pontes e Lacerda e também do próprio estado de Mato Grosso. Recorda-se que a atividade aurífera também foi um dos pilares econômicos e marcou a fundação de muitas cidades mato-grossenses e está intrínseca à criação do próprio território estadual.

Para o proponente da pesquisa o tema torna-se ainda mais relevante considerando-se que foi adotado e acolhido pelo município de Pontes e Lacerda, onde é radicado desde 2016, quando mudou-se em busca de oportunidades e evolução acadêmico-profissional, ambas conquistadas e obtidas com êxito. A proposta de pesquisa consolida-se como uma forma de agradecimento às terras lacerdenses, uma singela contribuição ao território que tanto o concedeu.

As ações neste trabalho foram centradas em identificar as matérias alusivas ao tema garimpo Serra da Borda, no portais G1 e Folha, sistematizá-las, categorizá-las e analisar o

discurso da mídia dentro do enquadramento da especialidade do jornalismo ambiental por meio da AC e refletir a respeito da publicização da mídia sobre a Serra pela ACN. Por meio da revisão bibliográfica, resgatou-se conceitos de jornalismo, garimpo, jornalismo ambiental e também ao próprio histórico deste em relação à cobertura garimpeira.

A Análise de Conteúdo de Bardin é definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p.47). Essa aplicação, conforme a autora, possibilita a categorização, que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.117).

Posteriormente, as notícias categorizadas (uma de cada categoria e de cada veículo correspondente) foram perpassadas pela Análise Crítica da Narrativa de Motta, que ensina: “aquilo que incluímos ou excluímos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar. Através das narrativas recobrimos nossa vida de significação” (MOTTA, 2013, p.18-19). O objetivo desta metodologia não é centralizado em uma análise de valor, mas uma visão atenta, sistemática e detalhada em revelar os processos de produção e recebimento da narrativa pela audiência. Afinal, “as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira”(MOTTA, 2013, p.121).

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro realizou-se uma breve abordagem do jornalismo moderno, conceitos, execução e aplicabilidade, com alinhamento da evolução tecnológica e do surgimento da internet. Foram registradas passagens de autores como Traquina (2001), Trigueiro (2006), Marcondes Filho (1986), Erbolato (1981), Franciscato (2005), Melo (1985; 2009) e Thompson (2005). Não objetiva-se o resgate histórico do jornalismo, mas uma reflexão sobre seu significado e o modo de fazer na contemporaneidade.

No segundo capítulo, deu-se início à abordagem do jornalismo ambiental, suas características e seu alinhamento com o garimpo em trabalhos de pesquisadores como Girardi, Massierer e Schwaab (2006), Bueno (2007), Luckman (2008), Peruzzo (2003), Frome (2008), Baccheta (2000) e Moura (2008). A história do garimpo no Brasil e em Mato Grosso também foi relatada de forma breve, com amparo em estudiosos como Fiori (1943), Costa (2002), Fonseca (2014), Garofalo (2022), Miranda (2002) e Borges (2011).

No capítulo seguinte, foram apresentados dados mais detalhados quanto a criação e fundação do município de Pontes e Lacerda, além do aspecto histórico com base em acervo disponibilizado pelo próprio município e sua atual estrutura, embasada em órgãos oficiais. O tratamento da cidade abriu caminho para a abordagem técnica do Garimpo da Serra da Borda, pautada em estudos do Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Já no capítulo quatro foram apresentados o percurso metodológico e aspectos históricos e estruturais dos veículos de comunicação objetos deste trabalho, os portais G1 e Folha de S. Paulo. O foco foi reforçar a justificativa de escolha deles e também detalhar a aplicabilidade da metodologia de Análise de Conteúdo perpassada pela Análise Crítica da Narrativa, diante do propósito da pesquisa.

No quinto e último capítulo, apresentaram-se os resultados e análises decorrentes das matérias publicadas. Sucintamente, constatou-se que os portais analisados produziram notícias focadas em sete temáticas: repressão policial, teor aventureiro, trabalho ilegal, tragédia, protesto, meio ambiente e participação do leitor. Aspectos do jornalismo ambiental, contudo, não foram identificados na totalidade, destacando-se no conteúdo encontrado outra área especializada do jornalismo: o policial, além de critérios de noticiabilidade.

Ao se propor neste trabalho estudar a Serra da Borda, não ignorou-se que poderiam ser encontradas notícias de diferentes editorias, que envolvessem por exemplo, a criminalidade, aspectos sociais genéricos e os perigos inerentes à atividade de exploração. Mas também esperava-se localizar notícias relacionadas ao jornalismo ambiental e os alertas que esta questão envolve, como os danos ao meio ambiente, as implicações sociais ambientais, de saúde pública, engajamento da sociedade na causa e políticas ambientais latentes pelas instituições públicas, além de posicionamento dos veículos e profissionais.

Priorizou-se a divulgação de informações sobre a temática Serra da Borda de forma generalizada, em um fenômeno denominado por Marshall (2003) de mercantilização da notícia com objetivo de angariar audiência e o maior número de público, com critérios de noticiabilidade das pautas (Traquina, 2005). Este cenário ficou latente com as articulações narrativas reveladas a partir da Análise Crítica da Narrativa, metodologia a qual as notícias foram submetidas.

Portanto, ao praticamente deixar de lado o jornalismo ambiental e a pauta ambiental, os veículos de comunicação ignoraram três funções típicas desta especialidade: informativa, política e educativa. Esclarece-se que o caráter informativo está ligado ao acesso de

informação ao grande público dentro da temática ambiental, que constatou-se superficial. A característica política, por outro lado, não veicula-se em ato partidário, mas à formação do cidadão para que possa exercer de forma plena sua cidadania. Se não houve aprofundamento da pauta de meio ambiente, não oportunizou-se o conhecimento de direitos e deveres inerentes a esta área. Já o caráter educativo vê o jornalista como transformador social, o que foi suprimido e comprometido ao priorizar-se critérios de noticiabilidade.

2. JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

2.1 O papel do jornalismo na atualidade

A comunicação tem sido essencial ao longo da história da humanidade. Da não-verbal a verbal a emissão de mensagens e o entendimento delas fundamentou pilares de desenvolvimento e a construção de sociedades, criou cidades, governos e alicerçou poder. Surgiram os jornais, os meios de comunicação e todo esse processo foi acelerado com a produção e difusão de informações.

O surgimento do jornalismo moderno foi concebido a partir da sociedade democrática de mercado, leia-se a “substituição de uma cultura política regida por uma aristocracia pelo ideal e a realidade institucional da democracia de massas” (SCHUDSON, 2010, p. 72). Neste período, antes de 1830, o autor aponta nos jornais dos Estados Unidos (escola de jornalismo para todo mundo) a predominância comercial e de publicidade.

O diário típico publicava 4 páginas. A capa era quase que exclusivamente dedicada à publicidade, e a quarta página também era estritamente ocupada por anúncios. Essas páginas externas assemelhavam-se às capas de um livro ou revista – era preciso dirigir-se à parte interna para encontrar o conteúdo do jornal. A página dois continha o editorial. Boa parte da página dois, e também dá três, detalhava a chegada de barcos no porto e os conteúdos de suas cargas, assim como outras notícias marítimas. Na página dois poderia ser encontrado um editorial sobre política, bem como breves “artigos”. Muitos dos “artigos” eram retirados diretamente de outros jornais, geralmente com os devidos créditos. Outros não eram distintos, no layout, na tipografia ou no estilo, do editorial – todos eles representavam manifestações do editor ou de seu partido (SCHUDSON, 2010, p. 25).

A virada dos formatos dos jornais foi marcada pela mudança na predominância comercial. Antes direcionados apenas às elites, o surgimento dos *penny papers*³ tornaram mais acessíveis o acesso da população à informação. Esta forma de publicação potencializou “os ideais igualitários na política e na vida econômica e social, por meio de sua organização de vendas, da solicitação de publicidade, de sua ênfase sobre a notícia, dos serviços prestados a um grande público e da redução no interesse pelo editorial” (SCHUDSON, 2010, p. 75).

Apesar do avanço informativo, até a década de 1860, os jornais dos Estados Unidos ainda não tinham a característica de uma classe consolidada como profissional ou na indústria da comunicação. Esse processo concretizou-se apenas nos anos finais do século XIX, “período em que se pode identificar o surgimento e a diferenciação de ideais profissionais no jornalismo” (SCHUDSON, 2010, p. 76).

³O século XIX testemunhou o aumento de tiragens, o que incentivou a criação de um novo jornalismo: a chama *penny papers* ou jornais vendidos aos centavos (TRAQUINA, 2005, p.34).

Melo (2010) complementa o concebimento do jornalismo justamente a partir de um processo social, que tem articulação entre organizações formais como editoras informativas e coletividades, em conotação ao público final para o qual destina-se a informação. Acrescenta-se nesta esteira a forma de publicização periodizada e a difusão de canais de massa ao longo da linha histórica do jornalismo moderno, cenário no qual Bahia (2009) introduz a cultura de massa, apontando justamente ser o resultado de mudanças na imprensa e na sociedade.

Neste liame surgiram grandes meios de comunicação com vasto potencial de público e que também passaram ser aplicados ao jornalismo, como o rádio, cuja invenção é creditada a mais de uma pessoa no mundo, entre elas, o brasileiro Padre Landell de Moura, com registros entre 1893 e 1894 (FERREIRA, 2013). Neste meio, as notícias ganharam espaço nas décadas seguintes com estruturações das transmissões, mas ainda limitadas apenas a menção do que já era publicado no jornal impresso.

Na década de 20 copiava os jornais tanto na forma como no conteúdo. O método consistia em selecionar algumas notícias, grifar o que era mais interessante e depois fazer uma leitura ao microfone. O método resistiu ao tempo a ponto de tornar-se uma prática comum no rádio conhecida como gilett press ou tesoura press (DEL BIANCO, 2004, p.3).

Outro fenômeno do jornalismo de massa foi a criação da televisão, que na década de 1930 já contabilizava as primeiras emissoras na Europa e o avanço nos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, chegou no final dos anos 1950, com jornalismo já emoldurado na programação, mas de uma forma precária e ao vivo, visto que o uso de videoteipe só passou a ser empregado na década seguinte (REZENDE, 2010).

Nos dias atuais, o avanço tecnológico oportunizou as condições para quem não está inserido no meio jornalístico também produzir conteúdo informativo e divulgá-lo, o que fundamentou o levantamento de questionamentos quanto ao real papel do jornalismo profissional frente à produção de notícias. Ao que autores como Christofolletti (2008) argumentam que no exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção de trabalho.

A multiplicidade de mídias abertas a diversas possibilidades de organização e participação, surgidas na esteira do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), estabelece novos paradigmas para o fazer jornalístico no século XXI. Se antes, as notícias consumidas pela maioria dos leitores eram produzidas sob a mediação dos veículos tradicionais de comunicação,

atualmente, por meio das redes sociais, blogs, videologs e outras TIC's, há inúmeros agentes consumindo e produzindo informação livremente (FREITAS; PENHA, 2018, p. 175).

Assim, com o aguçamento tecnológico há que se falar no papel social do jornalismo. Christofolletti ainda aborda o compromisso do profissional jornalista quanto aos aspectos éticos para atuação e a consonância desta singularidade para construção democrática da sociedade. Traço, na concepção dele, atrelado à confiança de informar e publicizar fatos ancorados nas narrativas.

Voltamos nossos sentidos aos meios de comunicação como se estes funcionassem como extensão de nossos próprios corpos. As lentes das câmeras são nossos olhos a distância; os microfones e gravadores, nossos ouvidos; tomamos como referências pessoais as impressões olfativas, tácteis e do paladar, captadas pelos repórteres. Enfim, acreditamos nos homens e mulheres que se dedicam a apurar os fatos e traduzi-los à sociedade, e confiamos no aparato tecnológico que dá suporte a esta atividade. Consciente ou inconscientemente, firmamos um pacto de confiança com a mídia, porque acreditamos que o jornalismo é uma forma de narrativa do presente que tem correspondência com o que entendemos por realidade (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 28).

Vislumbra-se a manutenção da credibilidade de um trabalho levado a sério, com confirmação de fatos. A exata informação publicada é também vital: “[...] por exemplo, o notável trabalho de jornalismo de investigação que assumiu um lugar mítico na história do jornalismo, o caso Watergate, ilustra como UM erro factual pode pôr em causa toda a credibilidade da informação” (TRAQUINA, 2005, p. 132).

O jornalismo também surge como intermédio para conhecimento e aparato cívico para o exercício pleno da cidadania. Uma espécie de “veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira e, se for preciso, da sua revolta” (TRAQUINA, 2001, p. 190).

Traquina leciona que o jornalismo bebe de múltiplas fontes de informação e neste sentido, estabelece ligação com os cidadãos, mesmo que de forma silenciosa, mas sem deixar de expor o que é relevante pautado em compromisso ético e com a verdade. Tal proximidade fomenta a composição de confiança correspondente e mútua na produção de informação.

[...] na sua definição das notícias, os jornalistas também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. As notícias têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade (TRAQUINA, 2005, p. 29).

O próprio autor ainda, dentro de um ambiente democrático, chama atenção para a liberdade positiva da imprensa, ao fundamento de que um jornalismo livre tem a garantia de legitimidade e de levar a informação pautada em verdade ao público e também a que satisfaz o interesse deste. Para ele, a democracia não tem fundamento se não houver uma imprensa livre de amarras no processo de produção.

O jornalismo passa a ser visto como um “Quarto Poder”, além do Executivo, Judiciário e Legislativo. Essa atribuição recai sobre a convenção informal de que o jornalismo tem autonomia para investigar os demais poderes e expor a informação que precisar, sem represálias ou restrições. O que estabelece ligação com a sociedade e a transparência que esta exige.

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também por parte das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo, que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio (TRAQUINA, 2005, p. 207-208).

A legitimidade do jornalismo encontra-se justamente na execução de sua função social, qual seja, levar à população as informações que a circundam, de forma livre e direta, de modo ao desenvolvimento da sociedade e a congregação de conhecimento a respeito de direitos e deveres existentes. Traquina (2005) reforça o conceito de que o jornalismo deve fornecer um “mercado de ideias” onde todos podem falar e serem ouvidos.

Thompson (2001) relembra o desempenho dos veículos de comunicação na formação do senso de responsabilidade no ambiente coletivo, no que o próprio autor fala em “democratização da responsabilidade”. Ressalta-se neste sentido a preocupação com o semelhante, distante ou não, quanto a possibilidade de aprofundamento de relações e estímulos, por meio do campo produtivo informativo.

O desenvolvimento da sociedade também está atrelado ao alcance e modernidade dos meios de comunicação, já que decisões tanto em campos públicos ou privados também têm ligação com o que é permeado pela mídia. Processo este que encontra ligação com o crescimento do capitalismo industrial, mediação da comunicação de massa e instituições afeiçoadas à mercantilização e circulação de informações (THOMPSON, 1999).

Ressalta-se o fortalecimento do compromisso ético do profissional jornalista frente à mercantilização da notícia. Moretzsohn (2002), ao falar da responsabilidade social (teoria),

reforça que entre as recomendações à imprensa há dever de um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado.

Reforça-se ainda que os jornalistas possuem um conjunto de princípios regidos pelo Código de Ética da profissão em vigor desde 2007. Eles enaltecem principalmente que “a proximidade entre a relevância do jornalismo é uma teoria que o situa como forma de conhecimento social e está internalizada nos códigos deontológicos, éticos, de conduta, de honra da profissão” (KARAM, 2004, p. 90). Os dois primeiros capítulos tratam justamente do compromisso profissional, sobretudo com o direito de informar.

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante. (CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA, 2007).

O Código complementa o entendimento de autores como Medina (1982), que ao abordar a responsabilidade social do profissional jornalista, implica na produção de notícia voltada a todo tipo de público, de forma exata e completa, com objetivo de que todos compreendam e sejam atingidos. Desta maneira o jornalismo de caráter público encontra amparo, com a propagação do ambiente para que o cidadão possa exercer sua cidadania plena.

2.2 Jornalismo e breves tópicos conceituais

O jornalismo é a área da comunicação em que se trabalha a informação. Logo, há o compromisso do profissional jornalista de priorizá-la em alinhamento com a verdade preservando a ética. Bahia (2009) enaltece que o jornalismo serve melhor a verdade sendo o

menos veraz. E para sê-lo, deve buscar incessantemente todos os ângulos de uma notícia, de uma entrevista ou de uma opinião.

Para o autor, os jornais modernos acabaram tornando-se parte da cultura de grandes públicos, sendo isso o resultado de grandes transformações dos meios de comunicação e na sociedade como um todo. Argumenta que este processo não se restringe a um tipo de meio, como somente os impressos, por exemplo, mas a todos com objetivo de sempre levar informações considerando-se os preceitos jornalísticos.

O jornal moderno é parte da cultura de massa, é resultado de grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. Impresso, escrito, falado ou visual, o seu objetivo é informar, interpretar, orientar e divertir. Associa-se ainda outras funções como vender através de anúncios e difundir idéias e eventos mais complexos que a simples notícia (BAHIA, 2009, p.29).

Devido a todo esse compromisso social é de suma importância que o jornalista cumpra seu papel com seriedade, já que ele atua na formação da opinião pública. É ela que elege um presidente da República, coloca deputados no Congresso Nacional e representantes na Câmara Federal. Com toda essa dimensão, percebe-se a grande “teia de aranha” com que este profissional lida. “O jornalismo é um dos instrumentos de participação do público na vida social. Porém, seu conceito industrial evoluiu em relação ao conceito romântico dos primeiros jornais” (BAHIA, 2009, p.30).

O jornalismo surge como uma ponte, amplificador dos anseios da sociedade e dentro do processo social dá voz a ela. Esta garantia acontece na cadeia formada por emissores (empresas de comunicação), meio ou canal (a forma de transmissão das informações) e receptor (o público final a recebê-las). Marques de Melo retrata bem essa conjuntura alinhada às oportunidades.

[...] o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódico/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão da informação (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideologias). (MELO, 1985, p. 10).

Apesar do forte cunho social no jornalismo, nem toda informação é notícia. Surge a importância de identificar os fatos, separá-los, analisá-los e estudar o reflexo deles para o público final. Destaca-se a sensibilidade jornalística do profissional. Mas vale ressaltar que a seleção do que vai ser publicado também leva em consideração o histórico ideológico do

veículo de comunicação e sua linha editorial. São estes dois dos principais tópicos que vão solidificar a forma como é vista uma empresa pela sociedade.

[...] a seleção da informação é instrumento de que dispõe a empresa jornalística para expressar sua opinião. Enquanto empresa, vê o mundo sob a ótica da seleção, vem daí a decisão do que será publicado em cada edição, evidenciando certos assuntos, determinados personagens em detrimento de outros, além de omitir, excluir etc. (MELO, 1985, p. 59).

Por isso, as transmissões das informações variam de veículo para veículo. Um mesmo assunto pode ser abordado de forma diferenciada entre eles, já que a mão de obra não é a mesma, as condições em que notícias produzidas também, além da bagagem profissional dos que transformam as informações em notícias. Cada um tem uma função dentro da empresa.

As mensagens dos meios de comunicação são produzidas em grandes organizações, divididas em departamentos. A intenção é que sejam configurações sociais de estruturação racional, dirigidas para um objetivo específico, com membros identificáveis e cujos papéis sejam diferenciados internamente. (KUNCZIK, 2002, p.15).

Contudo, essa responsabilidade também recai sobre o jornalista, que integra a sociedade e tem papel fundamental no relato dos fatos, conforme Cotta (2005), que ainda complementa a linguagem adaptada justamente de acordo com que é relatado e o veículo de comunicação em questão. Ou seja, a atuação do profissional não fica limitada no ambiente material, mas em todo processo de planejamento e execução de produção, como acrescenta Bahia (2009).

Conseqüentemente, ao tratar do jornalismo na contemporaneidade, Franciscato (2005) destaca também a atividade de informar em ligação com princípios. Reforça a interação com a verdade e a publicização das notícias de forma fiel aos acontecimentos em compromisso com a ética. Frisa ainda que no andamento deste processo, há consolidação do papel social do jornalismo, enquanto concebimento de instituição social legítima para relatar os fatos dentro e para sociedade.

E em meio a sociedade, o autor defende que o jornalismo também interage pautado por critérios e poder, ao cogitar proximidades externas e internas, no ambiente que classifica regido por “princípios da instituição, regras, metas, conflitos, pressões, imposições e disputas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Essa imersão, na visão dele, também abarca questões culturais e de convívio de modo a inferir mudanças com base no caráter informativo estabelecido.

Para Franciscato, essa imersão também cabe na atualização e acompanhamento tecnológico, tanto por parte dos veículos de comunicação como dos profissionais da comunicação. Ele argumenta ainda ser concebível que tais mudanças afetam a rotina de trabalho e processo no levantamento de informações, bem como o perfil e qualidade do produto jornalístico.

Na concepção do autor, neste sentido um produto tecnologicamente novo, conforme a Pesquisa de Inovação Tecnológica realizada pelo IBGE, “é aquele cujas características fundamentais (especificações técnicas, componentes e materiais, software incorporado, funções ou usos pretendidos) diferem significativamente de todos os produtos previamente produzidos” (FRANCISCATO, 2010, p. 12).

Cenário que não deixa de ser visto como oportuno. Meditsch (2012) destaca a palavra ‘inovação’ como ordem a partir da segunda década do século XXI. A afirmação não restringe-se somente às iniciativas empreendedoras dentro do jornalismo, mas às necessidades de permanência da consolidação deste como instituição. Ele leciona que uma situação de crise na instituição jornalística, “na verdade, se localiza muito mais na concorrência observada na recepção do que na descentralização da produção” (MEDITSCH, 2012, p.19).

O jornalismo nasceu e cresceu em crise. Superou todas essas fases e dificuldades, criando linguagem e características próprias. O que precisa ser feito agora, é acompanhar o desenvolvimento do seu público, entregando-lhe produtos relevantes, em formatos que sejam atrativos. Ainda é nos jornais e revistas que muitas pessoas procuram se informar para ter opiniões. Para além das previsões pessimistas da revolução em curso, representa novas possibilidades e desafios (RUSSI, MOSER, OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Mesmo com todas mudanças inerentes, o jornalismo ainda envolve toda atividade entre humanos quando se trata de divulgação de informação, notícia ou fato atual. As características dele também reforçam a existência sistêmica de elementos como contemporaneidade para que seja retratado.

2.3 Critérios de noticiabilidade

A notícia é o principal instrumento para transmissão das informações no jornalismo, sendo a transformação dos fatos nos conteúdos que os consumidores finais terão acesso. “Ela é tudo que o público necessita saber, tudo que o público deseja falar [...] É a inteligência exata

e oportuna dos acontecimentos, descobertas, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam” (AMARAL, 1986, p. 46).

Erbolato (1991) ainda complementa que as notícias são comunicações sobre fatos novos que surgem na luta pela existência do indivíduo e da própria sociedade e reforça que o noticiário deve ter utilidade pública à sociedade de modo a influenciá-la pessoalmente, mostrando aos cidadãos, o conteúdo para o qual emanam algum interesse.

Marcondes Filho (1986) recorda que a notícia pode ser algo também que está fora do cotidiano, do senso comum, que desperta curiosidade e ao mesmo tempo se destaca em seu meio, chama atenção. Isso varia de um fato inusitado a algum problema em um bairro que não seja tão corriqueiro. Por exemplo: um acontecimento trivial, mas que interessa ao público, à própria imprensa.

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (FILHO, 1986, p.13).

Dentro desse contexto também é preciso definir o que deve tornar-se notícia. Surgem então os critérios de noticiabilidade que norteiam os profissionais da comunicação em relação à escolha dos fatos. Todos os pontos são analisados, desde os acontecimentos em si até a forma que eles irão ser trabalhados dentro do veículo de comunicação. Tornando-se assim “um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisadas em sua regularidade, revelariam a noticiabilidade de um evento” (FRANCISCATO, 2005, p. 171).

Os critérios de noticiabilidade são gerais, mas não obrigatórios, sendo um “elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros dessa comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005, p.94). O autor elenca entre esses critérios o impacto informativo para o consumidor final da informação, a relevância, a proximidade geográfica, o caráter de inovação e novidade, conflitos, ações inesperadas, entre outros.

Destaca-se que com esses valores, o autor ressalta a redução do arco de possibilidade da noticiabilidade dos fatos, diante da simplificação de entendimentos como a fácil compreensão do público em relação a informação veiculada, a importância do tema e impacto que terá sobre ele, a proximidade do fato em consonância com aspectos culturais e o teor da narrativa.

Traquina (2002), no entanto, não aponta para imutabilidade dos critérios de noticiabilidade, de forma que são sensíveis de um local a outro, com foco também no caminho

editorial de cada veículo de comunicação. O entendimento do que é notícia ainda é incluído por meio dos fatores históricos e a decisão do que é noticiável “implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional” (TRAQUINA, 2002, p. 203).

Berger esmiúça ainda mais a adequação do fato a ser noticiado, o ligando ao caráter editorial do veículo que o analisa, não deixando consignar que “a questão para um editor é: o que há de novo no mundo hoje que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste leitores e que não se confronte com os que o sustentam economicamente” (BERGER, 2003, p. 37).

Vizeu propõe também algumas categorias de critérios e os divide em importância, interesse, brevidade, atualidade, novidade, organização interna, qualidade, equilíbrio, acessibilidade à fonte, formatação, prévia, política editorial.

Depende mais do assunto do que como a informação é veiculada. No telejornalismo, por exemplo, a avaliação de noticiabilidade de um fato diz respeito à possibilidade de oferecer um bom material visual, ou seja, imagens que não só correspondam aos padrões técnicos normais, mas que sejam significativas, que ilustrem os aspectos salientes do acontecimento. Outro critério é a frequência, isto é, a acessibilidade à fonte ou ao local do fato pressupõe a possibilidade de continuidade daquela cobertura e, por conseguinte, o planejamento do uso daquelas informações e sua distribuição pelos diferentes espaços ou edições (VIZEU, 2007, p.228).

Definido o fato a ser noticiado, Jorge (2007) infere que as notícias podem ser agrupadas de acordo com a apresentação delas, pelo conteúdo e também estruturação. Além do público geral, elas podem ser objeto de interesse de mídias voltadas à publicidade, mercantilização ou unidades discursivas. Elas figuram como um gênero, por contraposição a outros (reportagem, artigo, coluna), e uma unidade básica de produção, que engloba um determinado *modus faciendi*, obedece a regras e oferece um certo resultado.

Classificações dos fatos basicamente podem-se entender por gêneros jornalísticos que são ramificados, como policial, econômico ou político, por exemplo. Geralmente são convertidos em editorias nas redações jornalísticas como se fossem categorias, como lembra Felipe Pena em Teoria do Jornalismo, ao recordar o autor Dominique Mainquenau, no livro *Análise de Textos e Elementos do Discurso*. “Tais categorias correspondem à necessidade da vida cotidiana e o analista do discurso não pode ignorá-las, mas também não pode contentar-se com elas” (PENA, 2007, p.66).

Essa definição de divisão nasce justamente da necessidade de selecionar o público alvo, já que nos dias atuais, até por conta da falta de tempo, o público fica limitado a alguns minutos para consumir o periódico. Essa fragmentação com a separação dos temas por

editoriais ainda facilita o entendimento do que é abordado, por estar descolado num contexto, o que principalmente otimiza o tempo do leitor para o que é apresentado pelo veículo.

José Marques de Melo (1985) propôs inicialmente duas classificações para o jornalismo: informativo e opinativo. O primeiro foi atrelado a transmissão dos fatos dentro dos parâmetros jornalísticos, a forma como são transmitidos e feito o acompanhamento deles. O outro como releituras do que é repassado ao consumidor final, mas com a “carga” e modo de pensar, além de posicionamentos de quem veicula e produz, “dosados” pelo meio de comunicação.

Contudo, Melo reformulou essa classificação diante dos avanços midiáticos e das formas de fazer jornalismo, porque essa definição antiga já não abarcava os métodos de produção. Surgiram dessa forma três novos ramos: interpretativo, diversional e utilitário. “Nunca deixei de considerar aquele retrato dos gêneros jornalísticos como espelho de uma conjuntura específica. Longe de considerá-lo como fonte duradoura, sempre alertei para a natureza efêmera da classificação e dos conceitos enunciados” (MELO, 2009, p.5). A partir de pesquisas relacionadas à produção da mídia, o autor encontrou:

Os resultados demonstraram que o esquema classificatório oriundo da minha observação na primeira metade dos anos 1980 já não dava conta da dinâmica dos gêneros jornalísticos, evidenciando algumas mudanças: 1) o vulto de matérias focalizando “serviços” não mais cabia no formato “nota” do gênero informativo, sinalizando a emergência do gênero utilitário; 2) a presença de matérias do tipo enquete que se desgarravam dos formatos entrevista ou reportagem, denotando o reflorescimento do gênero interpretativo; e 3) o aparecimento significativo de textos conotados pelo humor ou pela ironia que deixavam de perfilar no território pertencente ao gênero opinativo, ensejando o cultivo do gênero diversional. (MELO, 2009, p.5).

Já Chaparro (2008) propõe duas classificações diferentes de gêneros com as informações agrupadas em comentário e relato. A primeira subdivide-se em espécies argumentativas (com ramificações em artigo, crônica, cartas e coluna) e espécies grafo-artísticas (caricatura e charge). O outro subdivide-se em espécies narrativas (reportagem, notícia, entrevista e coluna) e espécies práticas (roteiros, indicadores, agendamentos, previsão de tempo, cartas-consulta e orientações úteis).

Por outro lado, para Erbolato o gênero jornalístico pode ser dividido em quatro categorias: informativo, interpretativo, opinativo e diversional”. Entre eles é descartado que o jornalismo interpretativo pode também ser conhecido “como jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional” (ERBOLATO, 1991, p.31).

2.4 Jornalismo na *web*

Temer (2014) elenca que comunicação midiaticizada parece ser um elemento intrínseco e indissociável da vida contemporânea, e que os os veículos de comunicação atuam desde a construção da identidade até a percepção e o entendimento do estado e de conceitos fundamentais como cidadania e saúde. Essa percepção coloca a mídia como um instrumento essencial e indispensável para a sobrevivência na vida social e acentua, ainda mais, o seu poder simbólico na sociedade (SOUSA; BRAGA, 2016).

Em um mundo cada vez mais globalizado, a internet ganhou força. Surgiu na década de 1990 com um novo ambiente de comunicação digital que ao longo dos anos tornou-se cada vez mais poderoso para troca de ideias, informações e produção de conteúdo. Nasceram os jornais *online*, mas houve a partir disso a criação de material e disseminação deste por parte do próprio usuário.

A primeira geração da internet comercial começou com a *Web 1.0*, onde as pessoas podiam criar sites e páginas, mas devido a um valor muito alto isso impedia o acesso mais amplo. Com a evolução das ferramentas e sites chegamos até a *Web 2.0* onde o público pode criar, compartilhar e consumir conteúdos criados pelos próprios usuários. Em pleno início do segundo semestre de 2016, a fase atual da internet é chamada de *Web 3.0* porque os internautas podem interagir em tempo real, jogar online e postar conteúdos de onde estiver através dos smartphones, tablets e notebooks (GOMES et al, 2016, p.5).

O cenário *web* trouxe outras possibilidades e ferramentas para divulgação do material produzido, que não fica limitado à dinâmica textual. Gomes et al (2006) listam uma gama de formatos diferenciados como o áudio e o vídeo, com o aproveitamento de apenas um ou todos esses formatos mesclados com o texto. Caracteriza-se assim o enriquecimento e a dimensão dada ao que é produzido.

Na compreensão de Peruzzo (2003), a utilização da *web* como ferramenta de comunicação (considerando-se a propagação do jornalismo *online*) traz incidência nas relações pessoais e sociais, que são solidificadas com amparo na proximidade de interesses e identificações em agrupamentos virtuais, sem destaque apenas a proximidade geográfica.

Importa entender que o local se caracteriza como espaço vivido em que há elos de proximidade e familiaridade, os quais ocorrem por relacionamentos (econômicos, políticos, vizinhança etc) e laços de identidade os mais diversos, desde uma história em comum, até a partilha dos costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos, e não simplesmente em decorrência de demarcações geográficas (PERUZZO, 2003, p.69).

Em uma análise da história do jornalismo *online*, Mielniczuk (2001) aborda divisões em três momentos. No primeiro, a principal característica era justamente apenas fazer a transposição para a rede do material que era produzido para o impresso já em meados da década de 1990. Eram feitas alterações mínimas na redação jornalística, que ao finalizada na versão impressa, era publicada na web (MIELNICZUK, 2008).

Na segunda fase, o jornalismo *online* começou a ganhar a forma atual. Ainda lembrava muito o impresso, no entanto, as características ficaram mais evidentes (mas ainda de certa forma ligadas às raízes do jornal de papel). Tanto no formato dos conteúdos que o público final teria acesso e também nas formas de apuração dele.

O Jornalismo *online* de segunda geração permanece atrelado ao jornalismo impresso, mas já dá as primeiras demonstrações de desenvolvimento e aproveitamento de algumas características potenciais da *Web*. Tratou-se na verdade, de uma adequação do modelo impresso ao modelo então em descoberta, com algum aproveitamento no que diz respeito à interatividade, com fóruns de discussão, abertura de mais espaço para comunicação com o leitor através do e-mail, começo do desenvolvimento das matérias com uso do hipertexto, e assim sucessivamente até chegarmos ao que temos hoje: jornalismo de terceira geração. (DREVE; PALMAS, 2006, p.2)

A última geração do jornalismo *online* caracteriza-se pelas empresas jornalísticas que se dedicaram a aproveitar ainda mais os potenciais da internet. Além do texto que passou a explorar todos os benefícios e enriquecimento das informações publicadas que a rede mundial de computadores pode trazer, seja áudio ou vídeo, houve também a possibilidade de interação com o consumidor final da notícia, por meio de comentários, por exemplo. Com isto, há uma aproximação maior dele, trabalhando-se a prioridade por levar o material mais completo possível.

Podemos observar na perspectiva de evolução do Jornalismo *Online* que, desde seu surgimento, o que demarca suas fases é exatamente a forma como a narrativa é construída. Ou seja, inicialmente de forma linear, com texto igual ao impresso. Logo depois, começa a ser estruturada uma narração que aproveita a característica hipertextual do meio, com o surgimento então de fóruns de discussão (como continuação de uma matéria, abrindo-se o tema ao debate), com o aproveitamento do email como espaço para o leitor se comunicar, e assim por diante (DREVE; PALMAS, 2006, p.2)

No país, o Jornal do Brasil foi o primeiro a apostar no jornalismo *online*. Baldassar (2006) aponta que o JB Online começou a desenvolver o projeto por conta própria, a partir de conversas com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Ele já mexia com a parte gráfica há um tempo, mas sem nenhuma referência proposta.

Enquanto se falava em BBS (banco de dados integrado), o JB já publicava suas primeiras matérias na rede. Charlab conta que em 1994 começou a preparar as reportagens em lugares públicos na internet, no Ibase (RJ), o único provedor do Brasil naquele momento. Eu publicava e não falava com ninguém. As pessoas achavam por acaso. Em fevereiro de 1995 mandei uma mensagem para um grupo de pessoas quaisquer e essa mensagem rodou o mundo inteiro: O JB está na internet. (BALDASSAR, 2006, p.5)

Baldassar ainda complementa ao falar do crescimento do portal enaltecendo o sucesso. São frisadas as histórias de lutas, a busca incessante por melhorias para atender cada vez melhor os leitores e, empregar o que era mais avançado para a época. A estruturação e os investimentos foram de fundamental importância para ampliação da visibilidade do portal e também do fortalecimento da marca.

O sucesso do projeto supunha o apoio dos executivos do Jornal do Brasil e Charlab iniciou as conversas com o ex-editor do Jornal do Brasil e hoje professor da Universidade do Texas na área de Jornalismo Online, Rosental Calmon Alves, em abril de 1995, “Fiquei absolutamente entusiasmado com o que vi, mas tínhamos que preparar a empresa para o novo e convencer os jornalistas a aderirem.” A estratégia montada pelos dois jornalistas foi apresentar o JB Online para José Antonio do Nascimento Brito, presidente do Conselho editorial do jornal do Brasil, como relata Calmon Alves (BALDASSAR, 2006, p.6).

O JB Online foi indispensável para nortear e ampliar o número dos portais de notícias no país. Serviu como um dos pontos de partida para existência dos outros, desde a forma administrativa de sua criação à plataforma para divulgação dos materiais destinados aos leitores. O exemplo de ascensão e as decisões tomadas para ampliação e maior número de acessos também devem ser levadas em consideração.

A popularização dos jornais *online*, a relação com o conteúdo se modificou, surgindo novos tipos de sites, novas linguagens, novas formas de utilização do conteúdo, que se transforma para se adaptar às características da sociedade em evolução. O jornalismo *online*, neste contexto, ganha novas dimensões em virtude das condições técnicas, uma vez que se desenvolve juntamente com a qualidade da conexão dos computadores, com o avanço de suporte tecnológico e com a evolução das interfaces gráficas que privilegiam a navegação do usuário. Embora a crise vivida pela empresa Jornal do Brasil, nos início deste século, que resultou na quase extinção do JB impresso e na Agência JB, além de inúmeros processos trabalhistas, o JB Online de continuou o ciclo de inovação iniciado em 1995, hoje, quase 15 anos depois ele se mostre mais ágil e atual que o similar impresso. Nos anos seguintes a sua criação, o jornal introduziu novos serviços e iniciou a produção de conteúdos com hipertextos - (uma cadeia de informações sem sequência, ligadas através dos links, que interage diferentes mídias (BADASSAR, 2006, p. 11).

O avanço da internet também facilitou o acesso à informação em dias atuais. Conforme pesquisa TIC Domicílios 2020 (Edição COVID-19 - Metodologia Adaptada, a mais recente), promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), o país tem atualmente

152 milhões de usuários de internet, o que corresponde a 81% da população com 10 anos ou mais. O levantamento foi apresentado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, criado em 2005, sendo um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

A dimensão social da Internet demanda também a atenção para temas como a cultura e a ética no ambiente *on-line*. Com respeito à ética na Internet, assim como à privacidade e à segurança *on-line*, o Cetic.br não apenas produz dados sobre esses importantes temas, como também se envolve em oficinas e na produção de diretrizes para conscientizar pais, educadores e usuários em geral sobre essas questões. A pesquisa TIC Cultura também reforça o compromisso do Centro com o estudo das interseções entre a Internet e a cultura (CETIC, 2022).

Apesar do acesso ainda não ser totalmente democrático, tais números demonstram que a população cada vez vem obtendo acesso ao mundo digital e, acesso à informação de forma mais rápida. A consequência dessa imersão pode ser consolidada com a formação de um senso crítico mais apurado, considerando-se a grande quantidade de notícias às quais o público é exposto. Ele também tem assegurada a própria autonomia de escolha do que apenas lhe interessa.

2.4.1 Aspectos do jornalismo na *web*

Uma das principais características do jornalismo *online* é o tratamento direto do acontecimento. A objetividade é mais do que nunca um princípio, e passa pela abordagem do tópico mais importante da notícia. Desta forma, o tempo que o leitor vai ter acesso à informação produzida é otimizado e o do profissional da comunicação que a fez também.

Esta arquitetura noticiosa nasceu durante a Guerra da Secessão, nos Estados Unidos da América. O telégrafo, a grande inovação técnica daquela época, possibilitava aos jornalistas o envio diário das suas crônicas de guerra. Porém, esta tecnologia ainda não tinha uma grande fiabilidade técnica e, pior do que isso, os postes que suportavam os fios do telégrafo eram um alvo muito apetecido para as tropas, pelo que o sistema estava muitas vezes inoperante. Para assegurar iguais condições de envio, jornalistas e operadores de telégrafo estabeleceram uma regra de funcionamento que não prejudicasse o trabalho dos profissionais da informação: cada jornalista enviaria o primeiro parágrafo do seu texto e, após uma primeira ronda, iniciava-se uma outra volta para que todos enviassem o segundo parágrafo do texto (CANAVILHAS, 2007, p.6)

Ward (2007) destaca três regras para redação da *web*. A primeira delas é que não se usa metade do texto que se escreveria para um jornal impresso. Outra que os títulos sejam

curtos e subtítulos com mercaadores ao invés de serem elaborados em forma de bloco. Já no último, o hipertexto, trata-se do atalhos para acesso a outros materiais jornalísticos relacionados, que devem aparecer apenas para dividir grandes blocos.

A abordagem segmentada do meio *online* deve também permitir a utilização de diferentes estilos de redação em uma reportagem. Porém, como isso acontece? Jornalistas de mídia impressa muitas vezes cobrem reportagens “difíceis” mas com nível elevado de “interesse humano”. A menos que se faça especial, geralmente espera-se encapsular todos os elementos em uma reportagem e, conseqüentemente, um estilo. Mudar de escrita de uma notícia direta para narrativa, por exemplo, em uma única reportagem de jornal não é uma prática recomendada. (WARD, 2007, p.134).

Ward destaca que para a estruturação do texto, como em qualquer mídia, é indispensável para uma leitura ampla e crítica. As frases devem ser sempre feitas da forma mais direta possível, com sujeito, verbo e objeto. “Uma boa regra para evitar frases complexas é limitar cada uma delas a uma ideia básica ou uma informação” (WARD, 2007, p.108). Não deve-se usar palavras mais do que o necessário ou extensas, além de outras com significados complexos, evitando evitando-se generalizações.

3. JORNALISMO AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS E GARIMPO

3.1 Jornalismo ambiental: um olhar além do factual

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio 92, marcou o início do uso do termo jornalismo ambiental, que passou a ser empregado pelos veículos de comunicação, seja na produção de notícias pautadas principalmente em desastres ou relacionadas ao meio ambiente e suas ocorrências.

Girardi, Massierer e Schwaab (2006) e Bueno (2007), no âmbito de pesquisa acadêmica, foram os precursores no país ao abordarem o jornalismo ambiental conciliando sustentabilidade e meio ambiente, fundindo as típicas três funções inerentes à especialidade: informativa, política e educativa. A primeira aborda o acesso à informação pelo grande público, a seguinte não considera o partidarismo, mas a formação do cidadão para que possa exercer de forma plena sua cidadania e a última vê o jornalista como transformador social.

Girardi et al (2020) conceituam que o jornalismo ambiental extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente. A concepção é outra, independente, para além de uma cobertura factual ou programada dentro das redações com foco superficial. Trata-se do jornalismo aprofundado, com “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas etc) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado” (BUENO, 2008, p. 109). A informação deve ser acessível, compreensível e principalmente educativa.

Visto com uma especialização dentro do jornalismo de forma geral, o jornalismo ambiental ultrapassa as simples diretrizes básicas dos critérios de noticiabilidade, transborda-se nas implicações que pode causar no âmbito social, econômico e inclusive cultural. Luckman (2008) pontua o engajamento em mudanças e transformações, que complementado por Bueno (2007), externa para o próprio ‘*ethos*’, ainda que compartilhe parcela significativa de seu DNA com todos os “jornalisms” (especializados ou não).

Girardi et al (2018) elencam características próprias na composição do jornalismo ambiental, personificado na produção de notícias que são veiculadas e direcionadas ao público de modo geral. Nos trabalhos publicados pelas autoras é possível condensar tais aspectos da seguinte forma, de acordo com apontamentos levantados a partir de acompanhamento de produções:

Ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais; 2) Pluralidade de vozes com o intuito de romper com a lógica de construção baseada no pensamento único e dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes; 3) Assimilação do saber ambiental, que envolve de uma nova abordagem para a prática jornalística. 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor – além de ser frequente, a produção jornalística ambiental deve permitir que as pessoas se sintam pertencentes a esse problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto; 5) Comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelam as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e indiquem soluções, saídas; e 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento (GIRARDI et al, 2018, p. 7).

Sistêmico está ligado à percepção do jornalista de notar que o tema tratado também incide em outros fenômenos, sendo essa condição essencial para o tratamento de forma mais profunda dos problemas e suas causas, com as consequentes soluções possíveis. Desse processo, denota-se a pluralidade de fontes, emanadas em vozes centralizadas no teor jornalístico pautado (GIRARDI et al, 2020).

Belmonte (2015) reforça que entre as características do jornalismo ambiental estão a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. O autor vai além ao destacar a pluralidade de fontes também, “para puxar e interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além das consequências em busca das causas e soluções” (BELMONTE, 2015, p. 12).

Da abordagem engajada, Bueno (2007) enaltece a visão holística por parte do profissional jornalista ao pregar a dissociação da visão sistêmica, quanto a análise plural da ligação do ser humano ao meio ambiente, consolidação palpável deste e o fator naturalmente biológico. É preciso analisar as implicações como um todo, sem preferência de componente dentro da abordagem.

[...] não pode afastar o comunicador e o jornalista ambientais de uma visão dita sistêmica, ou seja, eles precisam ter presente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados. Fica claro, quando se assume esta perspectiva, que é a adequada para se tratar a questão ambiental, que não se pode (ou melhor, não se deve) privilegiar as partes em detrimento do todo. Como sistema, a alteração em 7 uma determinada unidade (seja um ser vivo ou um meio físico – água, solo, ar, clima) provoca impactos em todas as outras e pode romper o equilíbrio que permite a manutenção da vida (BUENO, 2007, p. 35).

Ainda tratando-se dos preceitos epistemológicos incorporados ao jornalismo ambiental, Girardi et al (2020) aborda a incorporação do princípio da precaução. As autoras conotam que “diferentemente da prevenção, que busca atuar frente a problemas mensuráveis

pela ciência, a precaução é chamada quando não há conhecimento dos danos ou não certeza de sua ocorrência e alcance de impacto” (GIRARDI et al, 2020, p.286).

Mesmo com base epistemológica latente, a tratativa do jornalismo ambiental desprendida ou não do fazer jornalismo de modo convencional (dentro da construção simbólica de conhecimento), confronta com o poder dado à mídia, legitimado pelo público, do direito de codificar o mundo e as relações sociais (BOURDIEU,1989).

Acentua-se que é com base no que os veículos escolhem publicar, o recorte dado, que o consumidor final da informação vai embasar-se e formar opinião. Não trata-se de omitir o que acontece, mas repassar a partir de algum viés, o funil editorial. Gomes (2013) recorda que os jornais, a televisão, a internet e outros produtos midiáticos, podem fragmentar a realidade por linguagens rápidas que desenvolvem novas formas de sensibilidade e de pensamento.

Rizzoto (2012) lembra que historicamente o jornalismo no Brasil esteve subordinado ao poder político e que os meios empregados à propaganda viraram o eixo de ligação entre a imprensa e o jeito de criação de mercadorias. Desta forma vislumbra-se a produção jornalística, em sua concepção de resultado final, como um produto em meio ao sistema capitalista.

Em se tratando de meio, a *web* com os portais de notícias tem sido uma ferramenta relevante quanto a disseminação de informações, seja por facilidades quanto a instantaneidade do conteúdo divulgado ou por demais questões inerentes ao cenário virtual. Moherdau (2002), por exemplo, lista os boletins eletrônicos nas versões *online* de veículos de comunicação, a possibilidade de armazenamento ilimitado de um banco de dados e ainda a atualização do que já foi publicado.

No caso do jornalismo ambiental, esse processo é bastante visível: há uma reação em cadeia em que diversos blogs, sites, portais e fóruns especializados proliferam na rede, estabelecendo parcerias entre si e amplificando o alcance da informação ambiental. Esse fenômeno não só colabora para que as questões ambientais cheguem a um público maior, mas também para uma participação mais ativa dos usuários (DORNELLES; GUIMBERG, 2011, p.8).

O cenário *web* também traz outras ferramentas e possibilidades de divulgação do material produzido, que não fica limitado à dinâmica textual. Como já discutido nesta pesquisa, as autoras listam no contexto a gama dos formatos diferenciados como o áudio e o vídeo, com o aproveitamento de apenas um ou todos esses formatos mesclados.

Na compreensão de Peruzzo (2003), reforça-se a utilização da *web* como ferramenta de comunicação (considerando-se a propagação do jornalismo *online* e como consequência

também do jornalismo ambiental) traz incidência nas relações pessoais e sociais, que são consolidadas na proximidade de interesses e identificações em agrupamentos virtuais.

Importa entender que o local se caracteriza como espaço vivido em que há elos de proximidade e familiaridade, os quais ocorrem por relacionamentos (econômicos, políticos, vizinhança etc) e laços de identidade os mais diversos, desde uma história em comum, até a partilha dos costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos, e não simplesmente em decorrência de demarcações geográficas (PERUZZO, 2003, p.69).

Tal aspecto também é corroborado por Dornelles (2010), que defende a interatividade de todo tipo de comunidade, através da internet, com aplicação da participação dos leitores do interior nos jornais de suas cidades, bem como a fiscalização do noticiário e de sua imparcialidade.

3.2 Cidadania no jornalismo ambiental

“A objetividade jornalística não deve ser desculpa para se abster dos fatos. O bom jornalismo exige que o jornalista seja minucioso, atento aos detalhes, honesto e disposto a defender seu trabalho” (FROME, 2008, p.26). O jornalismo ambiental encontra-se vinculado ao papel de transformação social, com foco de conscientizar e informar visando desenvolvimento social, já que vislumbra-se um profissional da comunicação mais consciente sobre os problemas enfrentados no mundo.

Em seu conceito próprio, constituir-se cidadão está ligado diretamente ao gozo pleno das obrigações e deveres impostos pelo Estado, diante das diretrizes que norteiam a vida cotidiana no âmbito soberano. Não há que se falar em reivindicar direitos enquanto desconhecimento das garantias mínimas asseguradas pela Constituição Federal. Conhecimento é poder, o poder de exercer direitos.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos (PINSKY, 2003, p.32).

Considerando esses aspectos, observa-se a cidadania em seu concreto exercício quando fala-se em democracia, com envolvimento na plenitude dos direitos assegurados,

livres manifestações e encontro ao que se é imposto e garantido. Ter o mínimo conhecimento do que é segurado ao cidadão é a mola propulsora deste ente.

Juristas destacam a abordagem constitucional para o despertar da cidadania com consequência para consciência do ser cidadão, o ser integrado à sociedade, com pleno entendimento de seus direitos mínimos, obrigações e condições do exercício de aspectos básicos fundamentais.

Por este motivo, o ensino dos direitos e dos deveres constitucionais é um primeiro passo para que haja a mudança. O indivíduo deve ter ciência do seu poder como cidadão, bem como de que forma exercê-lo, enxergando-se como corresponsável pelo governo e pelas legislações, a fim de que haja mais participativamente, com a consciência de que o poder emana do povo, e é este povo que diz o que quer que seja feito (FERREIRA, 2018, p.32).

Com esse conhecimento em mãos aguarda-se o desenvolvimento pleno do indivíduo enquanto conhecedor dos direitos que tem, tornando-se ser pensante, com aplicação destes nos moldes estabelecidos pela própria Constituição, quando considera-se que todo poder emana do povo. Conhecer os direitos fundamentais e básicos que têm-se, enquanto sociedade, torna-se essencial quanto à concretização cidadã.

A nossa Constituição abrange todo complexo de direitos fundamentais, organização do Estado e organização dos poderes. É sabido que, uma sociedade que conheça seus direitos e deveres minimiza as arbitrariedades do Estado, garantindo direitos que são positivados. Visto que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, as condutas que permeiam o dia-a-dia das pessoas são reguladas por leis. Desta forma, o não conhecimento das leis faz com que tenhamos um acesso incompleto ao nosso próprio país. [...] Ademais, os princípios fundamentais da Constituição Federal servem como alicerce para todas as outras leis existentes no país. Com isso, mostra-se a importância de, no mínimo, o domínio dos nossos princípios fundamentais e direitos e garantias fundamentais (BOTERO, 2018, p.1).

Considerando-se a cidadania enquanto jornalismo ambiental, Baccheta (2000) fala da cidadania global, na qual esta especialidade do jornalismo nutre a capacidade de inserir-se em meio a sociedade, trabalhar a sensibilidade e difundir ações transformadoras e de desenvolvimento. Processo que passa pelas características básicas desta própria especialidade, como o olhar múltiplo e a revisão sistêmica.

Ressalva-se paralelo com o artigo 225 da Constituição, que de sobremaneira elenca o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Usufruir desse direito conforme Cardoso (1985) defende, está ligado à cidadania engajada não somente à mobilização na vida política, o que é fundamentado na consolidação do estado democrático de direito, mas engloba todos os integrantes da sociedade quanto ao exercício pleno de serem cidadãos no mundo econômico em que estão inseridos.

Nessa discussão, a pesquisadora argentina Maria Cristina Mata introduz a cidadania comunicativa, a qual define se “constituir no reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública e o exercício desse direito” (MATA, 2006, p.13). Para ela, por meio dos meios de comunicação de massa, os cidadãos são desenhados como sujeitos de demandas, necessidades e com grande poder de decisão na realidade que estão inseridos.

A autora vai além ao destacar que a cidadania comunicativa resulta no desenvolvimento prático para ações de materialização desse direito de forma irrestrita. Coloca-se em foco “os fundamentos das regulações que a ordem estabelecida produz em relação às vozes legitimadas, com as competências requeridas para expressar publicamente, com os recursos que se dispõem para isso” (MATA, 2009, p.186). O papel do sujeito é fundamental nesse processo:

Se os sujeitos de necessidade estão na mídia como demonstração de marginalização da vida comum constituída por deveres e direitos, se os sujeitos de demanda tornam visível a caducidade ou o enfraquecimento de formas políticas anteriores de representação, os sujeitos de decisão constituem a mídia modelo de democracia: aquela que se constrói com o voto individual, com a eleição a partir da privacidade do lar através do uso de algum dispositivo técnico ou da interpelação igualmente técnica produzida por pesquisas de opinião sobre diversos assuntos de natureza pública (MATA, 2006, p.10).

A liberdade de comunicação, nas perspectiva de cidadania comunicativa, remete necessariamente para a autora os direitos civis como liberdade de expressão, direito à informação, possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos. “Nesse sentido, e como ocorre em geral com os direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite à ação do Estado para garantir a liberdade das pessoas e representa um estatuto jurídico” (MATA, 2006, p.11).

3.3 A pauta do garimpo e o jornalismo ambiental

Girardi et al (2018) diferem os conceitos de jornalismo ambiental e de meio ambiente. No primeiro os profissionais atuam de forma engajada, com vistas transformadoras aos problemas detectados na seara ambiental, pautados em um trabalho de profundidade,

pluralidade de vozes e sistêmico. O outro, preocupa-se na propagação superficial das temáticas relacionadas ao meio ambiente, geralmente pautado em tragédias ou fatos notórios (inovação, noticiabilidade).

Considerando-se que o termo jornalismo ambiental passou a ser usado pela mídia tradicional apenas na Conferência das Nações Unidas, a Rio92, o acontecimento mais expressivo relacionado à exploração de garimpo para o qual é possível estabelecer conexão com jornalismo ambiental e jornalismo de meio ambiente é o famoso Garimpo da Serra Pelada, que consolidou-se, na década de 1980, no Pará, e chegou a ser considerado o maior a céu aberto do mundo.

A existência do garimpo foi anunciada no primeiro bimestre de 1980, com localização na área leste da Serra dos Carajás, cerca de 130 quilômetros do município de Marabá, também no Pará, com entrada pela rodovia conhecida como PA-275 ou somente com utilização de avião. O local atualmente é o município de Curionópolis, que foi desvinculado de Marabá no ano de 1988.

Figura 01 - Localização de onde foi o garimpo



Fonte: (Google, 2022)

Moura (2008) recorda que somente no primeiro ano de exploração houve aproximadamente 30 mil trabalhadores.

A fazenda onde surgiu o garimpo de Serra Pelada logo se transformara num imenso acampamento. Desde a descoberta da Grota Rica em fevereiro de 1980, quando havia algumas dezenas de homens, até a transformação no garimpo que atraiu milhares de homens de diversas origens, passaram pouco tempo. A retirada da vegetação, o loteamento da área para divisão das catas e a construção de pequenas barracas modificaram radicalmente a paisagem, chamando a atenção das autoridades

federais. Em maio de 1980 o governo central já tinha informações suficientes para montar a operação que culminou com a intervenção militar da mina (MOURA, 2008, p. 45).

O autor ressalta que o governo, por meio do Exército, já tecia articulações na região desde anos 1970, com envolvimento de órgãos estadual e federal, além de associações com posseiros, latifundiários, produtores de pequeno porte e políticos locais. “A indicação do governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) na intervenção no garimpo de Serra Pelada é mais um desdobramento dessas lutas, gerando, a partir daí, novas tensões” (MOURA, 2008, p.46).

A movimentação no Pará com o surgimento do garimpo chamou atenção da mídia nacional. Um dos veículos que relatou os acontecimentos foi a Revista Veja, que dedicou uma reportagem em junho de 1980, com foco no caráter de novidade do fato, denotando-se assim a noticiabilidade do acontecimento, as dificuldades enfrentadas pelos garimpeiros para chegada ao local, além da quantidade de pessoas que deslocaram-se em busca do enriquecimento rápido.

Serra Pelada não existe nos mapas. É uma montanha no espinhaço leste do maciço dos Carajás, no Pará. Chega-se ao garimpo por 4.000 cruzeiros em 15 minutos de voo em pequenos aviões que partem da cidade de Marabá, 500 quilômetros ao sul de Belém. Por terra, há uma estrada precária que vai até um ponto distante 28 quilômetros da jazida. Essa distância só é vencida por caminhões capazes de atravessar uma picada aberta na mata há poucas semanas (VEJA, 1980).

Apesar da ausência de discussões quanto ao jornalismo ambiental na época, vislumbra-se que aspectos como aprofundamento eram poucos considerados e muito de longe, a consciência cidadã quanto aos impactos causados pela exploração de ouro e também incidências sócio-econômicas locais. Fugia-se de questões importantes como olhar sistêmico e holístico frente aos acontecimentos narrados.

Figura 02 - Trabalhadores em situação precária de exploração na Serra Pelada



Fonte: (SALGADO, 1996)⁴

Mesmo sem foco no jornalismo ambiental, preceitos como o precaução, dentro desta especialidade do jornalismo deixaram de ganhar destaque em publicações como a Revista do Garimpeiro, na década de 1980, que também noticiou a Serra Pelada. A caracterização da “sociedade de risco traz um componente interessante para o debate acerca do desafio ambiental, na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.69).

Moura (2008) aponta que a Revista O Garimpeiro surgiu dentro do próprio Garimpo de Serra Pelada com objetivo de ser a voz dos exploradores de ouro que chegaram das mais variadas regiões do país. Além dos relatos da precariedade do local e das péssimas condições com que sobreviviam, a publicação fazia uma espécie de campanha pela legalização da extração no respectivo trecho.

Destaques apontados pelo pelo mesmo autor, como a iniciativa pela legalidade do trabalho de extração no local pela Revista, desviam para o retrato de um garimpo que seria modelo a ser seguido em termos de organização, diante do avanço dos trabalhos industriais de mineração. O que para ele era incoerente com a realidade, visto a intervenção do exército no local por parte do governo federal e também os acirramentos internos das disputas por territórios locais entre vários segmentos da sociedade.

⁴SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400 p.

Dentre as fontes escritas, a Revista do Garimpeiro, produzida no interior do garimpo, chamou-me a atenção para os argumentos de garimpeiros prósperos, (algo que não corresponde à maioria da população garimpeira) e para a imagem do garimpo como tábua de salvação de milhares de trabalhadores. Alertou-me também para a presença militar, sobretudo quanto à maneira como estes organizam e disciplinam o garimpo, tornando-o “modelo de garimpo de ouro em oposição ao modelo de mineração industrial”. A publicação da Revista ocorreu em 1983, ano particularmente expressivo por se tratar do período de acirramento das lutas para manter aberto o garimpo na sua forma tradicional de exploração, em contraposição à proposta de mecanização defendida pelo Ministério das Minas e Energia (MOURA, 2008, p.20).

Depois do desgaste e danos ambientais, Serra Pelada tornou-se vila com problemas básicos de infraestrutura. “A impressão que se tem quando se chega ao vilarejo, é que seus habitantes aguardam, a qualquer momento, mudar-se de lá. Sua aparência de acampamento é expressiva da situação precária com que o poder público tem lidado” (MOURA, 2008, p. 107).

Diante deste cenário, é possível vislumbrar que “a imprensa vive o paradoxo de ser um elemento chave do processo industrial capitalista e ter de desempenhar sua missão de apresentar a verdade e defender o interesse público” (MARSHALL, 2003, p. 47). Entende-se que o dever de informar, conforme o autor, segue os critérios de noticiabilidade, bem como, o compromisso com os fatos reais e demais acontecimentos adjacentes. Contudo, destaca que a prioridade no relato superficial configurado no jornalismo de meio ambiente serve ao capitalismo.

Este teor contrapõe as ideias de Bueno (2007), no tocante ao jornalismo ambiental, quanto o enaltecimento da democracia consolidado na conscientização da população à respeito de ações em prol do desenvolvimento de forma sustentável, com informação acessível e democrática, aliada às tecnologias que circundam as questões ambientais passíveis de discussão.

3.4 Notas sobre a atividade aurífera no Brasil e em Mato Grosso

A trajetória do garimpo no país foi marcada pelas oscilações e dubiedades do estatuto imposto pelo Estado no tocante à exploração. Elenca-se na história recortes temporais que caracterizaram os empreendimentos destinados a mineração, ora aliados aos governantes, mas posteriormente perseguidos com atribuições fiscais e conotação de trabalho ilegal (COSTA, 2002).

A atividade aurífera no Brasil remonta à época da colônia portuguesa, quando os estrangeiros instalaram-se inicialmente na faixa litorânea e posteriormente no interior da então nova terra, com objetivos exploratórios no século XV. Em um período em que o cenário de poder ainda perpetuava-se sob as nações detentoras com maior acúmulo de capital, a exploração mineral surgiu como alternativa à manutenção de influência mundial por parte dos colonizadores (FONSECA, 2014).

Os relatos das primeiras atividades de exploração do ouro em terras brasileiras passam pelo fato dos portugueses também terem adentrado o interior do país em busca da riqueza dourada. Contingente de exploradores que foi aumentando conforme a notícia espalhou-se. Furtado (2001) aponta que este processo foi concebido a exemplo do Império das Índias, ou seja, um empreendimento de negócios.

A mineração aurífera provocou novas transformações na colônia brasileira. Portugal manteve estreito controle não só sobre sua produção, mas também sobre as formas de arrecadação dos impostos a ela relativos, destinando para Lisboa os frutos e lucros advindos da produção aurífera. Os achados auríferos atraíram imigrantes europeus, especialmente portugueses, que deixando suas famílias e propriedades, esperavam enriquecer no Brasil (FONSECA, 2014, p. 25).

O começo do século XVIII tornou a extração de ouro a principal atividade no país em termos econômicos, em decorrência da queda no cultivo da cana-de-açúcar. Cenário que obrigou o reino português a buscar outras formas para obtenção de riquezas e impostos, resultando assim na intensificação pela busca do metal precioso.

As primeiras formas de extração de ouro no Brasil em grandes minas, era feita de maneira “organizada” e com a utilização de instrumentos específicos, que consistia em pratos de estanho, seguido do uso da bateia (espécie de bacia) inicialmente fabricada em madeira. Tal forma de extração mudou em 1700, com a chegada, em Minas Gerais, de quatro mineradores do Reino, que, em conjunto com mineradores paulistas, criaram, em 1707, uma nova forma de extração. A nova técnica consistia na derrubada de altos montes de terras através de bicos de jato de água. Em 1711 foram desenvolvidas, por um clérigo, as rodas para esvaziamento das catas, método aperfeiçoado e produzido em escala a partir de 1725 (FONSECA, 2014, p. 30).

Fiori (1943) lembra que a primeira fase de pujança de exploração do ouro em território brasileiro durou do hiato de 1710 a 1760, fase que nas pesquisas do autor, rendeu aproximadamente 50 milhões de libras do minério. As estimativas complementam ainda que dos anos de 1500 a 1800 as áreas de colônias estabelecidas colaboraram para a incrível marca de 300 milhões de libras (exportadas) em escala global, sendo somente 200 milhões provenientes do novo continente.

A exploração do ouro também remodelou as relações de trabalho que eram estabelecidas na época. A escravidão predominava, contudo, Furtado (2001) elenca que o trabalhador detinha maior autonomia e iniciativa no meio que estava inserido e inclusive, ocupava-se na exploração com pagamento periódico ao seu proprietário, diante da possibilidade de obter a liberdade.

Ao observar as reflexões de Furtado, visualiza-se que o negócio do ouro foi encarado como uma oportunidade para os escravos ascenderem socialmente, por lhes possibilitar a comprar sua liberdade, além de servir de oportunidade para os homens livres vindos da Metrópole ou nascidos na colônia. Ou, em uma visão mais geral, o negócio do ouro foi tão vantajoso que gerou a compra e ilusão da liberdade para o escravo. As atividades de extração de ouro foram diferentes do ritmo imposto aos engenhos de açúcar, que necessitavam de altos investimentos, o que redundou que apenas grandes senhores de engenho puderam mantê-los. Em contrapartida, a atividade aurífera naquela época demandava baixo investimento, muito inferior ao empregado na construção e manutenção de um engenho de açúcar (FONSECA, 2014, p. 26).

Com objetivo de manter sob controle a exploração e conseqüentemente o envio das riquezas para Europa, Portugal não vislumbrava vantagens em investir nas colônias diante das atividades de exploração. Desta forma, os trabalhos sucediam-se com a estrutura necessária para busca do ouro, mas não para que ele fosse usado como moeda local pelos exploradores.

Fiori (1943) recorda que ao menor sinal de industrialização nas áreas das colônias destinadas à exploração e o conseqüente desenvolvimento delas, a Coroa determinou que todo tipo de comércio que passasse existir fosse desfeito e destruído, para garantia de escoamento do ouro às terras européias. Outra ação também foi a instituição de impostos para extração, a exemplo do imposto do quinto.

Para assegurar a exploração massiva do ouro, a Coroa também trabalhou para que detivesse áreas estratégicas para mineração e para isso inclusive, não deixou de usar violência. Paulistas foram obrigados a sair das primeiras terras destinadas ao ato da mineração. Tal situação também foi vislumbrada nas terras das minas gerais, obrigando à procura de outros redutos exploratórios.

A primeira conseqüência desse ciclo de extração do minério no Brasil colônia foi de ordem geoadministrativa, o que conseqüentemente deslocou em definitivo o centro da atividade econômica em questão e o aparelho político administrativo para o eixo Centro-Sul do país. O Brasil então começou a ser explorado pelo Norte e Nordeste (GAROFALO, 2002).

Em Mato Grosso a ação exploratória do ouro data do século XVIII, bem como o marco da abertura de atividades econômicas no estado. Miranda (1997) leciona que com

objetivo de aprisionar índios para serem vendidos como escravos, os bandeirantes paulistas encontraram o minério em Cuiabá, atividade que foi encampada no período de 1719 e 1748, quando a hoje capital mato-grossense ligou-se à capitania de São Paulo.

A exploração no estado também seguiu os moldes da colonização no restante do país. Borges (2001) destaca que a mineração teve expansão e declínio quase simultâneos ao da atividade mineratória nas minas gerais. Desse modo, interpretações relativas à inserção do Brasil (e de suas principais áreas produtoras) no Antigo Sistema Colonial foram transpostas para Mato Grosso.

Por meio das relações comerciais ter-se-ia a “extração do excedente” produzido em Mato Grosso, como sugere Luiza Rios Ricci Volpato. [...]

Sem dúvida, tais interpretações filiam-se à corrente que vê o Sistema Colonial como um instrumento de acumulação primitiva no processo de formação do capitalismo (corrente que tem sua formulação mais acabada nos textos de Fernando Novais).

Como tal, o desenvolvimento da Colônia refletiria essencialmente as transformações por que passavam as Metrôpoles (e as relações entre elas). Ou seja, as condições próprias da economia e da sociedade colonial teriam reduzidas possibilidades de determinar os rumos do seu próprio desenvolvimento.

Em postura quase oposta, Elmar Figueiredo de Arruda procura situar no plano da produção, os elementos determinantes do desenvolvimento de Mato Grosso ainda na época colonial.

É evidente que Elmar Figueiredo de Arruda leva ao extremo a polarização com a tese antes exposta ao procurar negar, inclusive, a decadência da atividade mineratória. No entanto, deve-se registrar que ela não foi absoluta: algumas heranças do auge do ouro permanecem ao longo do século XIX, assim como se têm nos diamantes nova fonte de expansão para a mineração em Mato Grosso, sem atingir, contudo, a dimensão do século anterior.

[...]

Assim sendo, é usual reconhecer que a mineração constituiu um mercado interno mais amplo do que o da grande lavoura, principalmente pela especialização em atividade não agrícola e criação de alguns centros urbanos.

Não obstante, é forçoso admitir que a primeira metade do século XIX em Mato Grosso, foi vivida sob o signo do declínio da atividade mineratória (BORGES, 2001, p. 23-27).

Passado o primeiro ciclo do ouro, Mato Grosso também tornou-se novamente foco da atividade exploratória, com a expansão do governo, já estabelecido o modelo de República, para ocupação das terras na região Centro-Oeste e conseqüentemente a consolidação da colonização, com a abertura dada pelos bandeirantes. Fonseca (2014) informa que em 1966 essa movimentação chegou ao rio Juruena, com a expansão de descobertas em cidades conhecidas hoje como Alta Floresta, em 1978, Peixoto de Azevedo, em 1979, Baixada Cuiabana e Nova Xavantina, em 1982, e Pontes e Lacerda, em 1984.

Segundo Miranda (1997) esta nova onda de exploração com esse novo olhar sobre Mato Grosso permitiu o incremento do fluxo migratório e também o desenvolvimento comercial e industrial da região. “Ao lado dos garimpeiros, instalaram-se empresas de

mineração, de capital nacional e estrangeiro, que passaram a disputar com eles o direito de exploração, gerando situação de conflito” (MIRANDA, 2002, p.2). Ao que Martins complementa:

A proposta progressista deste governo (1956-1961) imprimiu um ritmo mais acelerado na captação dos bens minerais, traduzida inicialmente na apropriação de conhecimento do dolo brasileiro; data inclusive desse decênio a criação dos cursos de Geologia. Entretanto, nesta nova política mineral voltada essencialmente para os minérios energéticos, o ouro não foi objeto de programas específicos (MARTINS, 1984, p. 13).

Costa (2002) porém, destaca a perpetuação de que a atividade garimpeira tem visão discrepante e ambígua ao longo dos anos: ora vista com fonte legal de renda e geração de empregos para sociedade e motor econômico, ora figurada como ação ilícita e alvo intenso de ataques fiscalizatórios pelos órgãos de controle. Essas flutuações, conforme o autor, já definiram em sua constituição a estrutura organizacional do garimpo, bem como as representações sobre o tipo social do garimpeiro; considerando-se a estrutura disposta pelas grandes mineradoras, com concessões de licenças e aparato legal, em contraponto à precariedade dos pequenos exploradores que submetem-se a condições inclusive de risco em busca do eldorado.

4. A SERRA DA BORDA E SUAS INCIDÊNCIAS

4.1 O município de Pontes e Lacerda-MT

O município de Pontes e Lacerda é um dos maiores da região Sudoeste de Mato Grosso e polo sub-regional com influência em cidades como a primeira capital matogrossense Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste, Jauru, Nova Lacerda e Vale de São Domingos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem área de 8.545.292 km² e população de 46.106 habitantes⁵, número que salta para mais de 85 mil, quando somadas as quantidades de municípios das adjacências

Figura 03 - Localização de Pontes e Lacerda no mapa de Mato Grosso



Fonte: (IBGE, 2022).⁶

A origem do município remonta aos anos 1700, marcados pela exploração do ouro na região e levantamento de rios existentes. Já o nome da cidade remete aos astrônomos e cartógrafos Antônio Pires da Silva Pontes Leme e Francisco José de Lacerda e Almeida que promoveram as primeiras missões pela área.

Em 1786, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, auxiliado por mais dois engenheiros, passou a explorar o rio Paraguai e todos os afluentes que nele deságuam pela parte ocidental até a região da baía Negra no estado de Mato Grosso do Sul. Fez seu retorno até Cuiabá navegando pelos rios São Lourenço e Cuiabá. Francisco José de Lacerda e Almeida fez o reconhecimento dos rios Taquari,

⁵Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pontes-e-lacerda/panorama>. Acesso em: 15.abr. 2022.

⁶Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/pontes-e-lacerda.html>. Acesso em: 20. abr. 2022.

Coxim, Camapuã, Sanguessuga, Pardo, Paraná e Tietê. Navegando por esses rios, chegou a São Paulo no dia 10 de janeiro de 1789. Em 1790 retornou a Portugal. Em seguida passou a ser sócio da Academia das Ciências. No ano seguinte foi nomeado lente de Matemática da Academia Real de Marinha (LIMA, 2020).

Pontes e Lacerda era povoado pertencente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, quando consolidou-se distrito, através da Lei Estadual 3.813. Posteriormente foi efetivado município por meio da Lei estadual 4.167, no ano de 1979. A ida de pessoas com objetivo de moradia cresceu ainda mais diante da descoberta e busca de minerais em garimpos da localidade.

O desenvolvimento geral do estado de Mato Grosso influenciou no desenvolvimento de Pontes e Lacerda, além das facilidades promovidas pelo estado. Entre elas estava a venda de terras a custo baixo. O Governo Federal desenvolveu planos de arrimo por meio de abertura de estradas e projetos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Com o crescimento do pequeno aglomerado urbano, a Lei no 3.813, de 03 de dezembro de 1976, sancionada pelo governador José Garcia Neto, criou o distrito de Pontes e Lacerda, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. O afluxo de migrantes à região foi intenso, de modo especial a partir do momento da descoberta de ouro na região, entre os anos de 1970 e 1980, nos garimpos da Serra de Santa Bárbara e do Caldeirão (LIMA, 2020).

Conforme Lima (2020), a instalação oficial deu-se somente em janeiro de 1981, ocasião em que tomou posse Gercino Rodrigues de Souza, na condição de primeiro prefeito, através de nomeação, conforme o artigo 2º da Lei 4.167.

No cenário econômico, da fundação do município aos dias atuais, inicialmente houve grande fluxo relacionado à exploração extrativista e mineral, atividades que no decorrer dos anos deram lugar às produções agropecuárias e também o setor de prestação de serviços, que tem-se destacado.

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 87 de 141 e 23 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1530 de 5570 e 976 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 113 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 3850 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2022).⁷

⁷ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pontes-e-lacerda/panorama>. Acesso em: 15.abr. 2022.

Ainda tratando-se de aspectos econômicos, conforme o IBGE, em 2019, o município somou o Produto Interno Bruto (PIB) per capita no montante de R\$ 33.777,71, valor que o colocou na 1.099ª posição no país, 65ª no estado de Mato Grosso e 3ª na região geográfica imediata.⁸

Por outro lado, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município atinge a marca de 0,703, de acordo com o último levantamento realizado em 2010, resultado que o coloca na faixa estabelecida como ‘alto’⁹. Destaca-se que o IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa à metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.¹⁰

4.2 A exploração na Serra da Borda

No último trimestre de 2015, vídeos e fotos passaram a circular nas redes sociais, nos quais garimpeiros anunciaram ter encontrado ouro na região da Serra da Borda, em área localizada no município de Pontes e Lacerda, que como informado, conta pouco mais 46 mil habitantes atualmente de acordo com o IBGE, e está situado no Sudoeste do estado de Mato Grosso. Foi o estopim para a chegada de pessoas das mais variadas regiões do Brasil em busca do enriquecimento rápido.

Diante deste cenário, o município chegou a ser comparado e chamado de “nova Serra Pelada”, região situada no estado do Pará que, na década de 1980, tornou-se o maior garimpo a céu aberto do mundo. A história, que caminhava a se repetir, tornou-se prato cheio para a mídia e chamou atenção dos veículos de repercussão nacional.

⁸Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pontes-e-lacerda/panorama> Acesso em: 15.abr. 2022.

⁹ Idem nota anterior.

¹⁰Atlas de Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2017.

Figura 04- Pepita de ouro que garimpeiros disseram ter encontrado na Serra



Fonte: (Reprodução redes sociais, 2015).

Centralizada na discussão, a Serra da Borda trata-se de uma região limitada pelos paralelos 140 30'S e 150 00'S e meridianos 590 30'W e 600 00'W, com potencial exploratório mineral. A área foi alvo de estudo geológico disponibilizado em 2016 pelo Ministério de Minas e Energia intitulado 'Geologia e Recursos Minerais da Serra da Borda SD.21-Y-A-IV', no qual constatou-se que está inserida no segmento estrutural denominado Faixa Móvel Aguapeí. O levantamento foi encampado por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM e do Serviço Geológico do Brasil - CPRM .

De acordo com o estudo, a faixa está localizada na parte sudoeste do Cráton Amazônico, no estado de Mato Grosso e na Bolívia, e “possui cerca de 600 km de comprimento por 50 km de largura máxima, orientada na direção NW-SE e é representada por um conjunto de serras alinhadas nesta direção, que se destacam nas imagens de sensores remotos” (BRASIL, 2016, p. 20).

O levantamento revela que a folha¹¹ possui rochas “que foram submetidas a uma complexa deformação tectônica compressional de idade mesoproterozóica, que possibilitou a formação de mineralizações auríferas expressivas” (BRASIL, 2016, p. 69). Fatores estes, cujo conhecimento remonta ao contexto histórico de colonização da região e o desenvolvimento regional.

As ocorrências de ouro na região são conhecidas desde os anos de 1736, quando foram descobertos pelos portugueses os depósitos de São Francisco Xavier, São Vicente, Sant'ana e Nossa Senhora do Pilar (Miranda, 1997). Esses depósitos

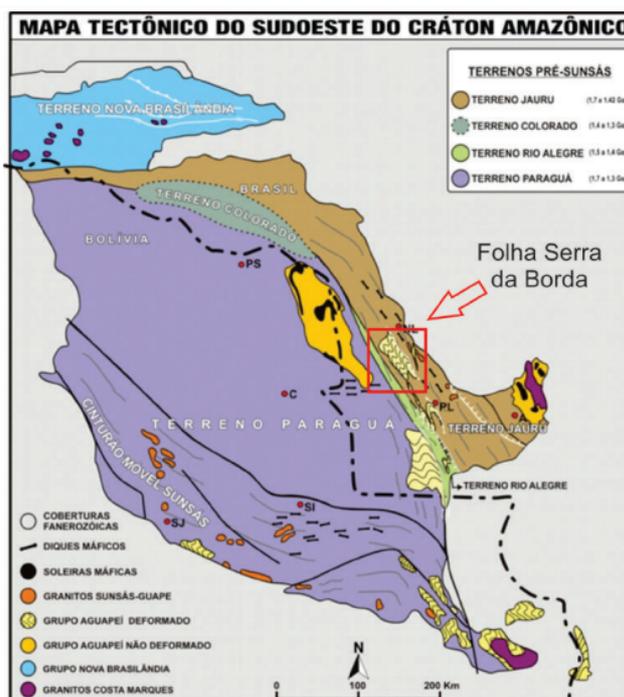
¹¹ Termo geológico aplicado à área de estudo com potencial exploratório.

tiveram uma grande importância para o desenvolvimento da região, tendo a cidade de Vila Bela de Santíssima Trindade como a primeira capital do Estado de Mato Grosso.

Após um grande período de inatividade a exploração de ouro foi retomada no início da década de 80, quando os altos preços do ouro no mercado mundial, associados há fatores políticos satisfatórios e legislação ambiental vulnerável, favoreceram a retomada de exploração na região. No auge deste período foram registrados mais de 30 pequenos depósitos em atividade, distribuídos nos municípios de Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Vila Bela de Santíssima Trindade e Porto Esperidião (Fernandes & Miranda, 2006). Os depósitos de ouro aluvial (depósitos secundário) foram exaustivamente trabalhados principalmente nas décadas de 80 e 90, por empresas constituídas e por atividades garimpeiras (BRASIL, 2016, p.69).

Considerando-se a exploração por grandes mineradoras na região, aponta-se no levantamento que a Serra da Borda importa em uma expressiva área destinada à extração aurífera. Ao passo que as localizações minerais primárias estão ligadas às litologias siliciclástica. “Os depósitos secundários (aluvionares) ocorrem principalmente nas calhas de pequenos riachos que possuem suas cabeceiras oriundas das serras da Borda e de São Vicente” (BRASIL, 2016, p.69).

Figura 05- Mapa tectônico mostra localização da Serra da Borda



Fonte: (BRASIL, 2016).

Atualmente, na região de Pontes e Lacerda há duas minas de exploração mineral em pleno funcionamento. Uma delas, conforme o estudo, é a mina de São Francisco e a outra

trata-se da mina de São Vicente, em depósitos auríferos primários totalizando reservas medidas de 900.000 onças troy (BRASIL, 2016).

No documento ainda recorda-se que nesta região ocorreram ao menos três momentos exploratórios importantes e por meio de ciclos: pelos bandeirantes no século XVIII; durante a década de 80 pelas primeiras empresas de mineração e por atividade garimpeira e o terceiro ciclo (atual), desenvolvido principalmente por empresas de capital internacional (BRASIL, 2016).

Desde a Constituição de 1934, minas e demais riquezas encontradas no subsolo do país passaram a pertencer à União, com garantia de aproveitamento para exploração e também do próprio mineral. O Código de Minas também guarda consonância desse direito ao governo federal e também dos estabelecimentos das medidas para concessão, com análise reguladora da Agência Nacional de Minas.

Tais fatos no entanto, não impediram que a Serra da Borda fosse invadida por garimpeiros para extração ilegal do minério em 2015. Situação para a qual o governo do estado de Mato Grosso mostrou resposta somente em novembro do mesmo ano, com ação policial destinada a desocupação da área e conseqüentemente o término da atividade ilegal de exploração. Época quando aproximadamente 7 mil pessoas já atuavam diretamente no local, conforme balanço da Secretaria de Estado de Segurança Pública.¹²

Figura 06- Policial atua na desocupação da Serra da Borda



Fonte:(Gcom/MT, 2015).

¹²Disponível: <http://www.mt.gov.br/-/sesp-apresenta-resultado-da-operacao-serra-da-borda-no-municipio-de-ponte-lacer-1>. Acesso em 26. abr.2022.

Apesar do governo estadual mobilizar-se com antecedência, a desocupação da Serra também foi alvo de decisão judicial destinada a tal medida. Fato que não limitou no entanto, a realização de apenas uma operação, mas sucessivas ações para que a atividade aurífera considerada ilegal não fosse retomada na área, seja por pessoas advindas da própria região ou de outras partes do país. Para isso, prisões e apreensões chegaram a ser registradas.

Conforme a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso somente na segunda operação de desocupação encampada, em janeiro de 2016, cerca de 4.500¹³ pessoas já se aglomeravam novamente no local em busca do eldorado e com objetivo de enriquecimento rápido. Nos meses seguintes, as forças de segurança contariam ao menos mais duas operações de desocupação contra novas invasões.

Ao fim dessa fase, o governo de Mato Grosso anunciou que o Exército e a Força Nacional foram imbuídos de permanecer na vigilância dos acessos ao garimpo. O grande objetivo foi prevenir novas invasões às terras da Serra, coibindo assim a extração do minério e consequentemente novas mobilizações em prol de desocupação.¹⁴ O que não foi evitado em casos pontuais.

O aumento repentino no número de habitantes no pequeno município de Pontes e Lacerda, no entanto, também foi sentido. Na economia, a Associação Comercial da cidade apontou o aquecimento dos negócios principalmente com a venda de equipamentos para extração de minério como pás e enxadas. No setor hoteleiro, também houve repercussão com a ocupação dos quartos.¹⁵

Outra área afetada não teve conotação econômica, mas sim, de violência. Em relatório divulgado em 2017, a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso apontou em 2015 a quantia de 27 mortes registrada na cidade, número que aumentou para 32 em 2016, com citação de ligação direta pela pasta ao caso garimpo ilegal.¹⁶

A atuação dos novos moradores também foi sentida nas questões ambientais. Os impactos causados pelas atividades de exploração chamaram atenção das forças policiais que atuaram na localidade, sejam pelos buracos cravados em meio a Serra, criados inclusive com

¹³Idem nota anterior no Item 7.

¹⁴Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/garimpo-ilegal-ja-esta-sob-a-responsabilidade-do-exercito-e-da-forca-na-cional>. Acesso em: 15. abr. 2022.

¹⁵Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/descoberta-de-jazidas-de-ouro-movimenta-pa-cata-cidade-de-mt.html>. Acesso em: 20. abr. 2022.

¹⁶Disponível em: <http://www.sesp.mt.gov.br/-/mato-grosso-reduz-numero-de-assassinatos-pelo-segundo-ano-cons-ecutivo>. Acesso em: 04. abr. 2022.

dinamites, ou o uso de substâncias tóxicas como o mercúrio nos trabalhos.¹⁷Multas milionárias foram aplicadas.

Figura 07- Buracos no solo causados pela exploração ilegal na Serra



Fonte: (Sesp/MT, 2016).

Superado o entrave com os garimpeiros, em 2017, o governo de Mato Grosso anunciou por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente a existência de duas demandas relacionadas a novos estudos de viabilidade de exploração na Serra da Borda. Uma delas era de que o grupo de mineração Apoena já tinha obtido junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o alvará de pesquisa mineral abrangendo toda área da Serra, de ambos os lados.¹⁸ A outra se tratava do licenciamento de uma permissão de lavra garimpeira (PLG).

No ano de 2018, em ato assinado pelo então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sergio Westphalen e publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio, o governo federal autorizou a exploração de áreas de garimpo em Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade. Houve liberação para atuação em 4.257,06 hectares, em forma de cooperativa, para uso sob o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG).

O resgate histórico até aqui permite contextualizar o ocorrido no município de Pontes e Lacerda, com o objetivo de, a partir de então, se refletir a respeito da cobertura da mídia para este episódio marcante para o país e o estado de Mato Grosso. A tratativa dos veículos de

¹⁷Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/destruicao-ambiental-e-explosivos-de-fabricacao-caseira-chamaram-atencao-em-garimpo-ilegal-desocupado>. Acesso em: 02. abr.2022.

¹⁸Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/5653020-garimpo-de-pontes-e-lacerda-esta-em-fase-de-licenciamento-na-sema>. Acesso em: 01. abr.2022.

comunicação a respeito do tema, quanto a abordagem ou não de aspectos do jornalismo ambiental faz-se necessária diante das notórias implicações ao meio ambiente e ao papel inerente à esta especialização do jornalismo, sustentado em três funções: informativa, política e educativa.

5. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

5.1 A pesquisa na área de jornalismo ambiental

Já apresentado nesta pesquisa, o termo jornalismo ambiental passou a ser fortemente empregado pelos veículos de comunicação a partir da Conferência Eco-92 ou Rio-92, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro-RJ há três décadas. Com foco na discussão para a existência de um modelo de desenvolvimento sustentável, o diálogo passou pelo debate diplomático, científico e político quanto à área ambiental. No entanto, com vista ao ideal vislumbrado no encontro, o direito de acesso à informação foi um dos temas consagrados diante da necessidade de engajamento dos cidadãos. Assim, o Princípio 10 da Declaração do Rio (1992) ficou elencado da seguinte forma:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluídas as informações sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes (DECLARAÇÃO, 1992).

Além da função informativa do jornalismo ambiental, Girardi et al (2006) e Bueno (2007), precursores no país no âmbito de pesquisa acadêmica desta especialidade, também elencaram política e educativa às funções inerentes à ela. A informativa trata justamente do acesso à informação pelo grande público, a política não considera o partidarismo, mas a formação do cidadão para que possa exercer de forma plena sua cidadania e a última vislumbra o jornalista como transformador social.

Alicerçando-se jornalismo ambiental a este tripé, Baccheta (2000) fala por sua vez na cidadania global, na qual esta especialidade do jornalismo, na visão dele, tem a sensibilidade de difundir ações transformadoras e de desenvolvimento dentro da própria sociedade; por meios dos cidadãos atingidos pela informação (o caráter informativo), a politização com aplicação desse conhecimento e o jornalista na ponta inicial, com a produção do conteúdo.

Neste sentido, quando se reflete sobre o jornalismo ambiental, para este estar voltado para a cidadania, deve primar pelo seu caráter de jornalismo público, que conhece e investiga quais os temas de interesse público e não apenas os pressupõe, a fim de gerar processos de comunicação pública, atendendo

efetivamente o direito à informação e estimulando o dever de buscá-la nas mais diversas fontes disponíveis na sociedade globalizada ou da informação, como vários autores denominam este tempo histórico.

Sem informação não se qualifica o debate, restringindo-o à reverberação do senso comum vazio, com participação movida por preconceitos (conceitos pré concebidos), que não inspiram processos de cidadania e governança (TURATTI; MAZZARINO, 2013, p. 12).

Considerando-se os aspectos acima, objetiva-se com este trabalho não apenas o fortalecimento do arcabouço bibliográfico relacionado à pesquisa em jornalismo ambiental, como ferramenta informativa de mudança social, desde à produção da notícia e sua reverberação junto ao cidadão, mas também fomento a esta especialidade pelos veículos de comunicação diante dos resultados apresentados.

Frisa-se que há muito, o jornalismo ambiental, apesar de características próprias, já elencadas, enfrenta o grande desafio de o meio ambiente ser notícia geralmente apenas em grandes tragédias. Neste cenário, Alves (2002) destaca a transformação da informação em mercadoria, e lembra que a falta de conhecimento de profissionais pode justamente resultar em erros e até manipulação por fontes.

O tratamento do jornalismo ambiental com a abordagem da temática ambiental mais aprofundada, recai no entendimento de Dornelles (2008), quanto à necessidade de desenvolvimento pedagógico desse tipo de pauta, com a divulgação de informações e conhecimentos para que toda sociedade possa, de qualquer forma, participar da discussão que envolve a temática ambiental.

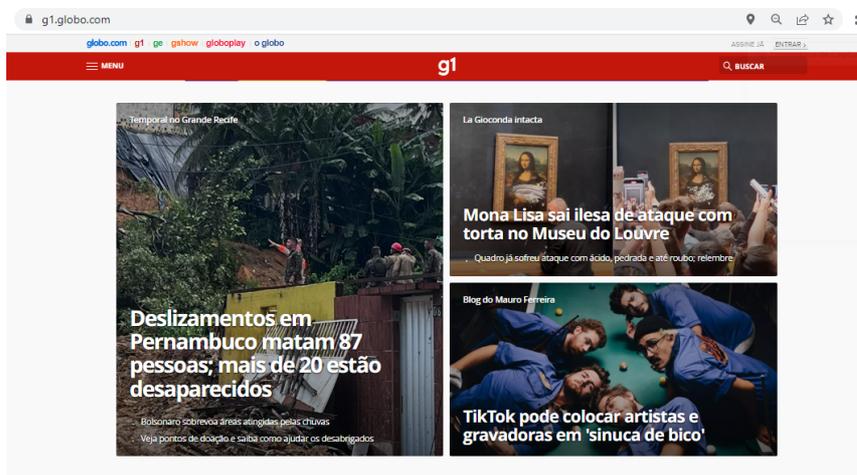
5.2 Os objetos pesquisados: o portais G1 e Folha de S. Paulo

A busca incessante pelo enriquecimento rápido e suas implicações no garimpo da Serra da Borda, protagonizada por garimpeiros em Pontes e Lacerda, chamou atenção da mídia nacional, e tornou-se pauta de alguns dos principais veículos de comunicação do país. Entre eles, o Portal de Notícias G1 e a versão *online* do Jornal Folha de São Paulo, cujas publicações são objetos deste trabalho. Além da representabilidade e tradição em âmbito nacional, a escolha dessas empresas jornalísticas justifica-se também pelo poderio econômico destes, a mão de obra especializada e a detenção da estrutura necessária destinada a cobertura dessa envergadura.

O Portal G1 foi fundado há 16 anos, pertence ao Grupo Globo e conta com mais de 400 jornalistas em 52 redações em todos os estados, informando, em tempo real, um público

de 66 milhões de pessoas por mês, e mais de 30 milhões de seguidores nas redes sociais¹⁹. Com acesso gratuito e amparado em editorias múltiplas (polícia, política, economia etc), também exibe especiais e canais de entretenimento, além de multiplataformas, com aproveitamento de áudios e vídeos, além da participação popular.

Figura 08- Layout da página principal do Portal G1



Fonte: (G1, 2022)²⁰

Mais antiga, a versão *online* da Folha de S. Paulo surgiu em 1º de agosto de 1999, sendo anunciado como um canal de informação ao vivo e em idioma português. A origem, no entanto, remonta à fundação da versão impressa da Folha, em 1921, sob a justificativa de fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista [...] em temas de informação geral e interesse público, traduzidos em material útil e compreensivo para o maior número de pessoas.²¹

“A pré-história é a da FolhaWeb”, lembra Márion Strecker, diretora de conteúdo da UOL, maior portal em língua portuguesa, que nasceu exatamente da investida do Grupo Folha na internet. Ela, que participou da criação de todo o projeto internet do grupo, conta: “Em julho de 1995, o Grupo Folha fez o seu primeiro site na internet, que se chamou FolhaWeb. Era a abertura de uma reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e muita pouca gente tinha acesso à internet naquela época, no Brasil. O acesso estava restrito a algumas universidades e a algumas pessoas na área de engenharia eletrônica. Mas aquele foi um momento em que a *web* se configurou, ou seja, a internet naquele momento já não era mais só texto monocromático”(LUCENA, 2008, p.19).

¹⁹Disponível:<https://g1.globo.com/g1-15-anos/noticia/2021/09/20/nova-marca-g1-muda-logo-e-adota-letra-minus-cula.ghtml>. Acesso em: 15. maio.2022.

²⁰Disponível em:<https://g1.globo.com/>. Acesso em: 30. mai.2022

²¹Disponível:https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml. Acesso em: 26. abr.2022.

Diferente do Portal G1, o acesso ao conteúdo informativo da versão *online* da Folha de S. Paulo é cobrado dos leitores, em planos mensais apresentados pela plataforma, o que teve início em 2012 (contudo um número limitado de notícias pode ser acessado gratuitamente). A partir disso, o consumidor final tem acesso a todo material produzido exclusivamente para o formato digital, nas mais variadas editorias (política, economia, esporte, polícia etc, além de especiais), bem como o conteúdo veiculado da modalidade impressa. Além da participação popular, há aproveitamento de vídeos e recursos tecnológicos.

Figura 09- Layout da principal página da Folha de S. Paulo



Fonte: (Folha de S. Paulo, 2022).²²

Conforme dados divulgados em 2021, pela própria Folha de S. Paulo, tendo como data-base o ano de 2020, em consultoria promovida Media Metrix -Multi-Plataforma, o portal de informações somou somente no primeiro trimestre o montante de 207 milhões de páginas visitadas (média mensal).²³ Considera-se ainda que no período, 24,3 milhões de usuários acessaram a Folha por mês.

5.3 O caminho metodológico

A presente pesquisa atenta-se à seguinte problemática: se os preceitos do jornalismo ambiental e suas características foram tratadas nas publicações referentes à exploração do garimpo da Serra da Borda nos portais G1 e Folha de S. Paulo, no período de outubro de 2015

²² Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml. Acesso em: 30. mai.2022.

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/dados-de-audiencia-do-1o-trimestre-reafirmam-lideranca-da-folha.shtml>. Acesso em: 03. dez.2021.

a outubro de 2016, utilizando-se das metodologias da Análise de Conteúdo perpassada pela Análise Crítica da Narrativa. Tal ação foi centrada nos eixos específicos: identificar as matérias divulgadas nos portais alusivos ao tema Garimpo Serra da Borda, sistematizar, categorizar e analisar (incluindo reflexão sobre as narrativas).

Esse processo foi sustentado em três pilares: primeiro, a procura de notícias com tema do garimpo da Serra da Borda foi feita nos respectivos portais na internet, por meio do serviço *Google Advanced Resarch*. A partir do material coletado, foi aplicada a metodologia de Análise de Conteúdo para classificá-los e dividi-los por categorias, conforme os preceitos dessa metodologia. Por último, com as categorias estabelecidas, uma notícia exemplar de cada uma delas (de cada portal) foi submetida à metodologia de Análise Crítica da Narrativa.

Primordialmente é preciso entender cada metodologia aplicada, pois a escolha do método está diretamente relacionada com o problema a ser estudado. “Tanto métodos quanto técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (MARCONI; LAKATOS, 2010).

5.3.1 Jornalismo de dados: a ferramenta de busca

Ward (2007) destaca que o levantamento de dados para pesquisa e posterior análise, principalmente pelo meio *online*, carece de ferramenta de busca para conotar agilidade na procura de temas noticiosos já abordados e também de contatos para produção e veiculação de informação por parte dos meios de comunicação. Aqui, entramos então, na era do jornalismo de dados.

Hammond (2017) define o jornalismo de dados como o uso da digitalização para busca e interpretação de uma imensa quantidade de dados, que de forma manual não poderiam ser obtidos em sua totalidade ou pouco tempo de otimização, tornando-se um aparato tecnológico e mais confiável para produção de notícias. Com o desenvolvimento desse movimento, os informadores foram se aliando ainda mais a outras formas analíticas, como entrevistas e quadro de perguntas, por exemplo.

Em um breve resgate histórico, o jornalismo de dados estabeleceu um marco na década de 1960 com o jornalista americano Philip Mayer, durante os protestos civis na cidade de Detroit. Gray et al (2012) apontam que com um computador com alto desempenho para análises em larga escala, o profissional obteve dados estatísticos para expor que universitários

eram igualmente suscetíveis a organizarem revoltas, quanto às pessoas que cursavam ensino médio.

Apesar de profissionais da comunicação terem usado a busca informatizada de dados de forma independente até então, De Lima Santos (2019) recorda que o primeiro registro de uso do termo por uma grande organização aconteceu em 2009, com o *datablog*²⁴ do jornal inglês *The Guardian*. Embora a paternidade do termo seja contestada, é amplamente utilizado desde que os documentos da Guerra do Afeganistão do Wikileaks vazaram em julho de 2010 (CODDINGTON et al, 2015).

No mundo *online*, de fato o espaço para o material que é exposto pode ser teoricamente infinito, ou seja, não limitado como em um jornal impresso. É certo que as discussões sobre a pirâmide invertida ganharam força com o tempo em relação a sua utilização. No entanto, na *web* houve uma nova tendência.

Nas edições *online* o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação (CANAVILHAS, 2007, p.7)

Em tese, sem limites, o profissional da comunicação no jornalismo *online* tem a possibilidade de tratar mais a fundo o tema a ser veiculado, com mais informações, dentro de contextos, com um maior número de personagens. Tudo isso aliado também às inovações que a plataforma suporta atualmente. Vídeos, fotos, arquivos de imagens, áudios, podem e devem ser aproveitados ao máximo, além dos hiperlinks, que funcionam como atalhos para temas semelhantes publicados.

Com objetivo de recorte do que se quer pesquisar e em qual espaço de tempo, existem as ferramentas de buscas. A utilizada neste trabalho foi o *Google Advanced Search*, um dos produtos da empresa *Google*, multinacional de serviços *online e software*, que tem sede em Mountain View, Califórnia, nos Estados Unidos. Fundada em 1998, ela publiciza a missão de organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil.

A ferramenta de busca é acessada de forma *online* pelo endereço https://www.google.com/advanced_search. De *layout* simples e intuitivo apresenta campos para refinar a busca de informações, como a possibilidade de inserir palavras-chaves, frases e expressões. Em seguida, é possível delimitar o endereço *online* para o qual se quer onde os

²⁴ Plataforma com ordem cronológica reversa que reúne dados para informações com potencial noticioso.

dados sejam buscados e também o lapso temporal em que eles devem estar; bem como qualquer idioma ou região, como na figura abaixo:

Figura 10 - Layout da ferramenta *Google Advanced Search* (em português)

← → ↻ 🏠 🔒 https://www.google.com/advanced_search

Google

Pesquisa avançada

Localizar páginas com...

todas estas palavras:

esta expressão ou frase exata:

qualquer uma destas palavras:

nenhuma destas palavras:

números que variam de: a

Fazer isso na caixa de pesquisa.

Digite as palavras importantes: rat terrier tricolor

Coloque palavras exatas entre aspas: "rat terrier"

Digite OR entre todas as palavras que você procura: miniatura OR padrão

Coloque um sinal de menos antes das palavras que você não quer: -roedor, -"Jack Russell"

Coloque 2 pontos finais entre os números e adicione uma unidade de medida: 10..35 lb, US\$ 300..US\$ 500, 2010..2011

Em seguida, limite seus resultados por...

idioma: Localizar páginas no idioma selecionado.

região: Encontre páginas publicadas em uma determinada região.

última atualização: Encontre páginas atualizadas dentro do tempo especificado.

site ou domínio:

Pesquise um site (como wikipedia.org) ou limite seus resultados a um domínio específico.

Fonte: (Google, 2023).

Desta forma, o termo ‘Serra da Borda’ foi aplicado nesta pesquisa nos campos de busca da ferramenta com objetivo de agrupar todas as notícias veiculadas pelas respectivas plataformas relacionadas a exploração do garimpo ilegal no Sudoeste de Mato Grosso: <https://g1.globo.com/> e <https://www.folha.uol.com.br/>. Considerou-se o recorte temporal de outubro de 2015 a outubro de 2016. Em ambos portais, a dinâmica se deu da mesma forma como exemplificado abaixo:

Figura 11- Layout de busca no Portal G1

Google

Pesquisa avançada

Localizar páginas com...

todas estas palavras:

esta expressão ou frase exata:

qualquer uma destas palavras:

nenhuma destas palavras:

números que variam de: a

Fazer isso na caixa de pesquisa.

Digite as palavras importantes: **rat terrier tricolor**

Coloque palavras exatas entre aspas: **"rat terrier"**

Digite **OR** entre todas as palavras que você procura: **miniatura OR padrão**

Coloque um sinal de menos antes das palavras que você não quer: **-roedor, -"Jack Russell"**

Coloque 2 pontos finais entre os números e adicione uma unidade de medida: **10..35 lb, US\$ 300..US\$ 500, 2010..2011**

Em seguida, limite seus resultados por...

idioma: Localizar páginas no idioma selecionado.

região: Encontre páginas publicadas em uma determinada região.

última atualização: Encontre páginas atualizadas dentro do tempo especificado.

site ou domínio: Pesquise um site (como [wikipedia.org](https://www.wikipedia.org)) ou limite seus resultados a um domínio específico: [edu](https://www.globo.com), [gov](https://www.globo.com)

Fonte:(Google, 2023).

Figura 12 - Lapso de tempo para pesquisa no Portal G1

Google

serra da borda site:https://g1.globo.com/

Q Todas Maps Imagens

Em qualquer idioma 1 de out. de 2015 - 30

globo.com
https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/14/jovem-e-linghado-na-nova-serra-da-borda-em-porites-e-lacerda-a-10142015014.html

14 de dez. de 2015 — Procurada, a Polícia Civil informou que vai instaurar inquérito para investigar o caso. Garimpo ilegal. Localizado na Serra da Borda, em Porites e Lacerda, a ...

globo.com
https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/13/expulsos-de-area-ilegal-garimpeiros-sao-procurados-em-g1-13112015013.html

13 de nov. de 2015 — Polícia procura ao menos 40 pessoas na Serra Ricardo Franco, em MT. Segundo a Sema, eles saíram do garimpo ilegal da Serra da Borda.

globo.com
https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/12/12/garimpeiros-pagam-taxa-de-ate-r-50-para-entrar-em-garimpo-12122015012.html

Garimpeiros pagam taxa de até R\$ 50 para entrar em garimpo ...

Período personalizado

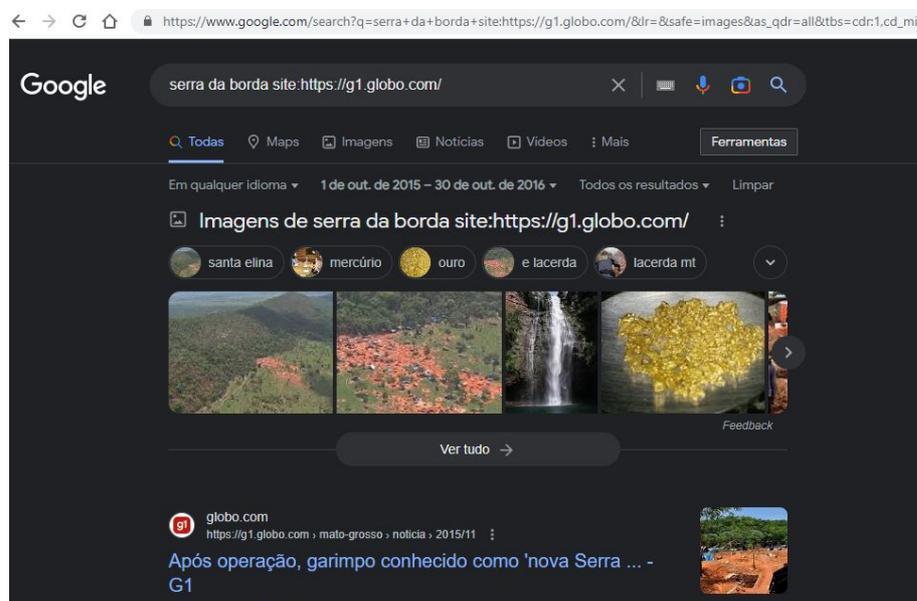
De « outubro de 2015 »

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	29	30	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

A Ir

(Fonte: Google, 2023).

Figura 13- *Layout* de resultados do Portal G1



Fonte: (Google, 2023).

5.3.2 Análise de Conteúdo

Os resultados obtidos na busca de notícias foram submetidos à metodologia de Análise de Conteúdo (AC). Bardin (2011) a classifica como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores. Essa ação permeia a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Não se pode, contudo, desconsiderar parte de um texto por preferência de outra.

É preciso esgotar a totalidade do ‘texto’; é preciso ter-se em conta todos os elementos desse corpus. Em outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor. (BARDIN, 2016, p. 126-127).

Ressalta-se que a Análise de Conteúdo apontada pela autora consolida-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos na interpretação. Posteriormente desponta para o agrupamento das respostas por convergência de ideias, ou seja, as que têm conteúdo similar para aprofundamento e análise.

Com o levantamento dos dados e informações, o passo seguinte é a classificação dos elementos constitutivos por diferenciação em categorias de análise e em seguida, o reagrupamento de gênero com critérios previamente definidos. Com recorte, agregação e

enumeração são atingidas as representações de conteúdo. Bardin (2011) esclarece que a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos por diferenciação.

As diferentes partes de um mesmo material [...] devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjetividade dos codificadores e à variação dos juízos não ocorrem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas. (Bardin, 2016, p. 150).

Tem-se na Análise de Conteúdo um procedimento quantitativo condensador balizado no método científico (incluindo atenção a objetividade-intersubjetividade, design anterior, confiabilidade, validade, generalização, replicabilidade e teste de hipóteses), não limitado aos tipos de variáveis (NEUENDORF, 2002).

Bauer (2002) argumenta que o uso da Análise de Conteúdo aplicada aos formatos de pesquisas também adota a utilização de um único termo permitindo de uma forma mais clara e concisa o levantamento de conteúdos com temas em comum, e suas difusões no contexto social em que estão inseridos.

5.3.3 Análise Crítica da Narrativa

Posterior à categorização das notícias identificadas a partir das buscas nos sites, um exemplar de cada categoria, de cada portal, foi submetido à metodologia de Análise Crítica da Narrativa (ACN), Não se trata de uma análise de valor, mas sim de assumir um olhar atento, sistemático e minucioso, focado em desvelar os processos de produção e recepção da narrativa analisada (MOTTA, 2013). O autor ainda complementa:

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo (MOTTA, 2008, p. 143).

Na ACN é possível vislumbrar as estratégias por parte do narrador usadas de forma intencional no texto para impactar o leitor, sejam as estruturas nele contidas, elementos de narração e subjetividades. Tem-se que toda situação de comunicação narrativa é, por natureza, uma relação de troca. “E em cada uma delas, mora uma correlação social e comunicativa própria, que deve ser respeitada e levada em conta por quem for responsável por analisá-la” (FERNANDES, 2019).

Motta (2013) afirma que a comunicação narrativa é imbuída da procura contínua das formas como ocorrem as distribuições dos temas, das sequências, ações, dos sujeitos de fala, e também dos aspectos semânticos e pragmáticos decorrentes do discurso. Reforça as relações de poder, o pano de fundo que se dá a narrativa e as implicações entre o que é ficção ou não, com ramificações no contexto sociocultural e estereótipos.

O autor acrescenta que dessa forma as narrativas só podem ter significado se estiverem contextualizadas, preenchendo finalidades culturais e sociais, que permitam nunca serem analisadas de forma isolada. Elas são vistas como dispositivos argumentativos produtores de significados e sua “estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou a audiência” (MOTTA, 2013, p.120). Mas leva-se em consideração que:

[...] há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal on-line); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores etc.); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma ‘negociação’ simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, p.119, 2013).

Na narrativa jornalística, para a qual o autor aponta, pretende-se reproduzir fielmente o que se vê no mundo real, o analista deve partir do pressuposto que mesmo quando a personagem tiver um correspondente na vida real, um ser humano de carne e osso, ela desempenha na sua representação funções de personagem ou figura de papel (FERNANDES, 2019). Ou seja, mesmo que façam parte do discurso, os personagens ainda são representações.

Enquanto objetos de estudo e análise, Motta demonstra que as narrativas devem ser avaliadas em três frentes: a) o plano de expressão, b) o plano da estória e c) o plano da metanarrativa. O primeiro está ligado aos pontos nos quais o narrador aplica estratégias de linguagem para obter efeitos de sentido sobre o público, ou seja, é a partida para construção do enunciado e cativação. Esse plano é de fundamental importância para ACN porque a “retórica escrita, visual ou sonora é fartamente utilizada como recurso estratégico para imprimir tonalidades, ênfases, destacar certos aspectos e imprimir efeitos dramáticos de sentido” (MOTTA, 2013, p.136).

Já o plano da estória é personificado em uma realidade virtual criada para o leitor a partir de recursos de linguagem narrativa, com foco na sequência de ações, o desenvolvimento dos personagens e o delinear da intriga sobreposta na narrativa. Nessa fase há investigação da

lógica e da sintaxe narrativa, das manifestações intencionais do narrador e o encaixe de sequências empregado, a sequência-tipo, o significado diegético de uso pelo narrador de flashbacks e *flashforwards*, “o ritmo imprimido pelo narrador, a caracterização das personagens, a funcionalidade delas no transcurso da estória, os conflitos principais e secundários, o enfrentamento entre protagonistas e antagonistas” (MOTTA, 2013, p.138).

Por último, no plano da metanarrativa o autor aponta para evocação dos imaginários culturais, no qual temas ou motivos éticos ou morais trabalham em conjunto com as ações identificadas no plano da estória. Motta o descreve como situações éticas fundamentais plasmadas por um narrador no momento em que ele se põe a narrar; ao que é complementado por Fernandes (2019), ao definir ser um plano da fábula, do tema de fundo, de modelos de mundo; é o responsável por evocar imaginários culturais e integrar temas de fundo ético e moral, influenciados pela cultura pré-textual.

Com esse tripé, na análise, “é possível remontar sequências de notícias sobre um mesmo tema recompondo histórias integrais plenas de sentido que nos permitem visualizar aspectos simbólicos nem sempre explícitos” (MOTTA, 2004, p.34). Ele deixa claro, no entanto, não ser possível encontrar elementos necessários para análise crítica apenas em uma notícia, mas um conjunto delas, dentro do mesmo perfil, por um tempo relevante, como o recorte desta pesquisa.

Motta (2013) apresenta sete movimentos de análise empírica como caminho para identificação textual, que podem ser encontrados nos textos em sua totalidade ou não. São os focos: a) história, b) articulação interna da narrativa, c) episódios, d) conflito dramático, e) personagens, f) estratégias argumentativas e g) metanarrativas. Cada apontamento está diluído nos três grandes planos já elucidados.

No primeiro movimento, a) história, o autor destaca a necessidade de identificação dos fios que tecem a trama trabalhada do começo, meio e fim. “Para isto, são identificadas quais são suas partes, sequências e/ou inflexões, também notando como elas se interligam, a fim de compreender como o narrador compõe sua história” (FERNANDES, 2019, p.90). Cabe a exploração de recursos de linguagem utilizados como comparações, hipérboles, metáforas ou pontos de virada.

Observar de que maneira o narrador se posiciona em relação ao referente, o ponto de vista adotado, a perspectiva da narração, os enquadramentos dramáticos utilizados, etc. O uso do ponto de vista por um narrador qualquer vai reproduzir um mundo fático de maneira diferente de outro ponto de vista ou perspectiva possível, mas não

utilizado. Vai recriar e representar o mundo de uma maneira própria, quando poderia ser diferente (MOTTA, 2013, p. 145).

No movimento posterior, b) articulação interna da narrativa, busca-se entender a narrativa enquanto projeto comunicativo de construção da realidade. Nessa fase é possível averiguar como o narrador articula “o que lhe pareceu verossímil em uma situação de comunicação a fim de articular as ações, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, quesitos da ordem narrativa, até compor a totalidade inteligível” (MOTTA, 2013, p.150).

O terceiro movimento, c) episódios, é centrado em cada unidade narrativa temática, ou seja, temas coesos iniciados e encerrados. Fernandes (2019) aponta que a forma como estão colocados no textos podem indicar também estratégias semânticas do narrador para construção de sentidos, vislumbrando-se a conectividade com a narrativa total sob análise nas perspectivas dessa metodologia.

No conflito dramático, d) quarto movimento, o ator enaltece ser possível identificar os quadros dramáticos da narrativa, já que é por meio deles que o narrador molda a realidade que irá passar para a audiência. Pois “é o conflito – seja ele de que tipo for e tenha a dimensão que tiver (interpessoal, psicológico, religioso, político, ideológico, etc.) – que estimula a catarse e os processos cognitivos” (MOTTA, 2013, p.167). Fernandes complementa:

São os conflitos dramáticos os responsáveis fundamentais para a composição das ações e das personagens da história, uma vez que rompem a estabilidade e geram tensão e/ou expectativa; e é fazendo isso, mantendo a audiência atenta para o desenrolar da história, que o narrador captura os interesses. Devido a este aspecto, os conflitos narrativos são considerados elementos sedutores, que abrem os caminhos para que novas sequências e ações ganhem espaço e sejam narradas, dando fôlego ou finalizando a narrativa (FERNANDES, 2019, p.93).

No quinto movimento, e) personagens, Motta (2013) enaltece que estes são os responsáveis por desenrolar a trama absorvendo aspectos inerentes ao sentir humano com a representação de qualidades e demais comportamentos. São nas personagens que o narrador também pode aplicar as estratégias narrativas para construção do “mundo real”, com artimanhas como interação de forma antagônica, cooperativa ou interação com si mesmo frente às adversidades.

Quanto às estratégias narrativas, f) sexto movimento, entende-se que as narrativas não são seladas totalmente, mas sim “dispositivos de argumentação na relação comunicativa entre sujeitos reais” (MOTTA, 2013, p.196). Torna-se possível identificar os traços alçados pelo narrador com o objetivo de angariar verossimilhança à narrativa, por meio do uso da

linguagem referencial para que não figure como centralizador da história. O analista precisa ficar atento às estratégias e aos recursos de linguagem aplicados para ancorar a história na realidade. (FERNANDES, 2019). Podem ser por exemplo datas precisas, lugares, falas frequentes de outras pessoas.

No sétimo movimento, g) metanarrativas, averigua-se o fundo moral ou ético da narrativa apresentada, mesmo sendo relatos verdadeiros. É necessário se perguntar “que tipo de mistério está envolvido no desejo de transformar eventos reais em história?” (MOTTA, 2013, p.204). Para o autor, os conflitos trabalhados pelos personagens são o cenário de conflitos mais profundos em todo discurso narrativo.

Aqui, podem ser analisados os atos de fala – é neles que a audiência se depara com a coesão narrativa e assimila a obra, o que, de uma certa forma, é também concluí-la. Logo, também são neles que moram os atos de leitura, por meio dos quais o analista pode recuperar de que forma os receptores atualizam a história com suas percepções culturais e ideológicas processadas a partir dela (FERNANDES, 2019, p.96).

Ressalta-se que nesta metodologia o grande objetivo não é desvendar as constantes narrativas e muito menos as estruturas internas do que é narrado e a posterior sequência, mas sim revelar a relação social e cultural entre um narrador e um destinatário (ou um meio de comunicação e seu público ou audiência) em uma situação de comunicação concreta entre sujeitos vivos, interlocutores ativos que têm objetivos e intenções de coconstruir o sentido (MOTTA, 2013).

6. RESULTADOS E ANÁLISES

6.1 Constatações

Com a inserção do termo ‘Serra da Borda’ na ferramenta de busca *Google Advanced Rersarch*, nos portais G1 e Folha de S. Paulo, utilizando-se a metodologia de Análise de Conteúdo, agrupou-se todas as notícias publicadas em relação à exploração do garimpo ilegal no Sudoeste do estado de Mato Grosso. Considerou-se o intervalo de outubro de 2015 a outubro de 2016 para as análises, bem como, ter sido este o período de maior atividade de mineração registrada. Foram localizadas 39 materiais distribuídos com foco nas seguintes temáticas focadas:

Tabela 01- Materiais para análise encontrados relacionados a Serra da Borda

Categorias	Conteúdo no G1	Conteúdo na Folha	Total
Repressão policial	22	01	23
Teor aventureiro	03	02	05
Trabalho ilegal	05	0	05
Tragédia	02	0	02
Protesto	01	0	01
Meio Ambiente	02	0	02
Participação leitor	0	01	01
	35	04	39

Fonte: (Correa, 2023)

Analisando-se os dados da tabela, de modo geral, observa-se que os materiais relacionados com foco na repressão policial somaram mais de 58,97% de todo conteúdo encontrado, seguido do teor aventureiro, que contabilizou mais de 12,82%. Posteriormente, a conotação na atividade ilegal de extração mineral foi reportada na mesma porcentagem. Nas categorias de meio ambiente e tragédia cada uma representou pouco mais de 5,12%. Protesto e participação do leitor chegaram a 2,56% cada.²⁵

Notório destacar que o Portal G1 produziu mais temáticas relacionadas a Serra da Borda do que a Folha de S. Paulo. Em uma análise separada, averigua-se que somente neste

²⁵ As porcentagens não totalizam-se em números inteiros, já que possuem casas decimais, sendo observados dois itens após vírgula.

primeiro veículo, na fase de categorização, o conteúdo tratado sobre repressão policial somou mais de 62,8%, seguido de trabalho ilegal (14,28%) e teor aventureiro (8,57%).

A partir deste ponto da pesquisa as metodologias de Análise do Conteúdo e Análise Crítica da Narrativa cruzam-se em busca da aplicação ou não das características do jornalismo ambiental- configurado na visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar, a pluralidade-centralidade da voz do cidadão, a educação ambiental e o engajamento do repórter (GIRARDI et al, 2018)- e também dos movimentos nas narrativas das notícias a partir de um olhar atento, sistemático e minucioso, focado em desvelar os processos de produção e recepção (MOTTA, 2013). Para isso, cada categoria resultante da AC será discutida em um tópico, utilizando-se uma notícia de cada portal (G1 e Folha) para análise.

6.1.1 Repressão policial

Notícias que tiveram o foco na repressão policial no Garimpo da Serra da Borda somaram a maioria de todo o material encontrado na pesquisa, 23 (58,97%). Somente o Portal G1 publicou 22 destas. A primeira notícia analisada foi justamente deste veículo, intitulada: ‘Forças policiais chegam a garimpo ilegal em MT para fazer desocupação’²⁶, publicado em 08 de novembro de 2015. Enquanto tratamento do jornalismo ambiental apurou-se que as características desta especialidade não foram pautadas no texto, nem ao menos parcialmente, como: a pluralidade-centralidade de voz, visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar.

O texto trata basicamente da preparação policial para desocupação do garimpo que é explorado ilegalmente e dá ênfase às armadas da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Grupo Especializado de Fronteira (Gefron) e oficiais do Corpo de Bombeiros. De princípio, o objetivo não é a promoção de um conflito com os exploradores, apenas fazer com que saiam da área de forma pacífica.

Tornaram-se evidentes por outro lado, em contraponto ao jornalismo ambiental, características do jornalismo policial. Esta área do jornalismo pode ser entendida com a exibição de narrativas elaboradas por profissionais da área de comunicação, que “noticiam ou reportam, em especial, fatos da esfera criminal, judicial, de segurança pública, sistema penitenciário e de investigação policial” (SANTIAGO; FIGUEIRA; MARTINS, 2018, p.3).

²⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/forças-policiais-chegam-garimpo-ilegal-em-mt-para-fazer-desocupacao.html>. Acesso em: 25.abr.2023.

Estes tipos de acontecimentos criam-se pelo aspecto causal e também coincidente. No instante em que concretizam-se, perturbam a ordem pelo inusitado ao serem vistos como anormalidades. “As notícias construídas sobre este tipo de conteúdo convertem-se em espécie de grade de sentido, manejando em seu interior uma ideia de destino inexorável”. (BARBOSA, 2007 p.15).

Não diferente de qualquer outra editoria dentro de um jornal, a produção da notícia no âmbito do jornalismo policial também abarca critérios de noticiabilidade, latentes no texto analisado. Como já detalhado neste trabalho, Traquina (2005) elenca entre esses critérios o impacto informativo para o consumidor final da informação, a relevância, a proximidade geográfica, o caráter de inovação e novidade, conflitos, ações inesperadas, entre outros.

Figura 14 - Portal G1 destaca ação policial

<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/forças-policiais-chegam-garimpo-ilegal-em-mt-para-fazer-desocupacao.html>

09/11/2015 19h54 - Atualizado em 09/11/2015 19h54

Forças policiais chegam a garimpo ilegal em MT para fazer desocupação

Pelo menos 150 policiais já estão na Serra da Borda, em Pontes e Lacerda. Previsão é de que garimpeiros sejam retirados do local na quarta-feira (11).

Do G1 MT

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST



Fronteira	+
Polícia Federal	+
Pontes e Lacerda	+
Produto G1	+

Fonte: (G1, 2016)

Contudo, ao serem ouvidas somente fontes oficiais na notícia (o que descaracteriza a pluralidade de voz no jornalismo ambiental), abre-se discussão também sobre a parcialidade na produção da informação. Ramires e Rossi (2013) alegam que a subjetividade em todo indivíduo torna difícil a tarefa de isentar-se, pois, “a realidade por si só, como vimos, não é algo puro. O real só existe quando estabelecemos interações com os acontecimentos” (RAMIRES; ROSSI, 2013, p. 6).

Gerra aprofunda essa discussão ao pressupor que todo fato destinado a virar notícia é subjetivo, e que “o discurso do jornal, ao se considerar neutro, objetivo e imparcial não

passaria de um recurso estratégico [...]” (GUERRA, 1999, p.7). Ou seja, para o autor, o veículo de comunicação que se diz neutro e imparcial, na verdade coloca essas duas características como parâmetros para a credibilidade dos profissionais e das próprias empresas.

Nessa discussão, Filho (1986) define a notícia como a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais. No texto analisado, no escopo da Análise Crítica da Narrativa, o narrador preocupa-se justamente em dar destaque ao aparato policial, inclusive utilizando os termos “forças policiais” no título da notícia, logo acima de uma foto com policiais enfileirados. Neste ponto fica latente o plano de expressão proposto por Motta (2013), quando quem conta a história dá início à preparação do enunciado e convoca a audiência para o que se quer mostrar.

O narrador detalha na sequência as ações preparatórias das forças policiais ‘antes do dia do combate’, como a reunião dos pelotões de modo que todos ficassem visíveis onde estavam reunidos (no pátio de uma escola) para inibir a exploração ilegal da região, e também a promoção de bloqueios com esta mesma finalidade. Nota-se o sexto movimento na análise da narrativa elencado por Motta, quanto às estratégias argumentativas. O autor recorre à referência de lugares para uma identificação espacial precisa, bem como a menção a datas, em Pontes e Lacerda-MT.

Neste domingo (8), os policiais se reuniram em frente a um posto de combustível que funciona como ponto de parada antes do garimpo e fizeram um pequeno desfile pela cidade. A intenção é fazer com que, ao perceberem a quantidade de policiais e de viaturas no local, os últimos garimpeiros deixem a Serra da Borda voluntariamente.

[...]

De acordo com a polícia, a quantidade de garimpeiros que insiste em permanecer no local é menor do que o esperado. Na última quinta-feira (5), a PF informou ao G1 que cerca de 500 pessoas continuaram na região. Para impedir o acesso de novos aventureiros ao garimpo, a polícia inicia, ainda neste domingo, uma série de bloqueios na região (G1, 2015).

Toda e qualquer informação da operação é creditada apenas à polícia (instituição) como se esta falasse por si sem intermediário. Contudo, tal manobra do narrador também recai nos apontamentos de Motta (Sexto Movimento). Quando utilizando-se das estratégias narrativas, ele busca distanciar-se do que narra, com objetivo de dar credibilidade ao que transmite e das ações apresentadas.

Apesar da narrativa centralizar na preparação das forças policiais, pontos de inflexão são observados quando do relato de prisões anteriores a esta operação e também do breve resumo a respeito da decisão judicial de desocupação da área explorada.

Prisões

Somente nesta semana, pelo menos duas pessoas foram presas na região por trabalharem no garimpo. Na última quinta-feira (5), um homem de 52 anos, natural de Porto Velho (RO), foi preso em flagrante pela PF durante uma abordagem no pé da serra, com 59 gramas de ouro que recebeu no local coo pagamento por bugigangas e mantimentos que vendia no garimpo. Na terça-feira (3), um outro garimpeiro, de 26 anos, foi preso por suspeito de extração ilegal de ouro. Com ele, foram apreendidas 60 gramas de ouro e R\$ 6,8 mil em dinheiro.

Operação

Um vereador e cinco policiais civis e militares foram presos pela Polícia Federal (PF) na última sexta-feira (6) durante a operação "Corrida do Ouro", desencadeada para desarticular uma quadrilha que seria responsável pela exploração do garimpo na Serra da Borda, controlando a área mediante extorsão. (G1, 2015).

Nestes marcos de rupturas da história vislumbra-se o primeiro movimento de Motta, ações na narrativa que dão espaço para uma divisão no percurso de uma personagem ou do próprio enredo (FERNANDES, 2019), mas que no final, unem-se na narrativa como um todo. “O uso do ponto de vista por um narrador qualquer vai reproduzir um mundo fático de maneira diferente de outro ponto de vista ou perspectiva possível, mas não utilizado” (MOTTA, 2013, p.145).

Figura 15- Folha noticia decisão para desocupação de garimpo

The image shows a screenshot of a news article on the website www1.folha.uol.com.br. The main headline is "Justiça manda fechar garimpo 'Serra Pelada' em Mato Grosso". Below the headline is a large photograph of a "Corrida do ouro" (gold race) with many people and cars. To the right of the main image is a sidebar with several sections: "leia também" (read also) with links to articles about social media photos, government debt, and public debt; "Edição impressa" (print edition); "calculadoras" (calculators) with a link to a taxi calculator; and "ECONOMIZE" (save) with a link to a calculator for Uber and Zazcar. At the bottom of the sidebar are advertisements for "SEMANA MUNDIAL DO BRINCAR" (World Week of Play) and "MECALUX". The article text at the bottom of the screenshot reads: "A Justiça Federal de Mato Grosso mandou fechar o garimpo conhecido como 'Serra Pelada' na..."

Fonte: (Folha, 2015).

Já da Folha, a notícia analisada nesta categoria foi ‘Justiça manda fechar garimpo Serra Pelada em Mato Grosso’²⁷, publicada em 16 de outubro de 2015. No tocante a ramificações do jornalismo ambiental, a exemplo da notícia do G1, também não foram identificadas características. Sua ausência, no entanto, inviabiliza aspectos para interpretação de uma abordagem transversal que vai além de consequências, em busca das causas e soluções (BELMONTE, 2015).

Apesar de existirem falas do juiz Francisco de Moura Júnior, que autorizou a operação e também do então prefeito Donizete Barbosa do Nascimento, sobre as implicações do garimpo, tais movimentos não configuram-se a pluralidade de voz no jornalismo ambiental, visto tratar-se apenas de um lado ouvido: as fontes oficiais. Não é dada voz, por exemplo, aos garimpeiros ou demais membros da sociedade envolvidos na ação. Entra-se novamente na discussão a respeito da parcialidade na construção da informação.

A Justiça Federal de Mato Grosso mandou fechar o garimpo conhecido como "Serra Pelada", no município de Pontes e Lacerda (a 450 km de Cuiabá). A decisão liminar, que atendeu a pedido do Ministério Público Federal, foi concedida no fim da tarde desta sexta-feira (16).

Além da retirada de todos os ocupantes da área, o juiz Francisco de Moura Junior determinou a apreensão de ouro e de "todos os equipamentos, maquinários e instrumentos utilizados na extração e lavra".

[...]

O prefeito Donizete Barbosa do Nascimento (PSDB) diz que houve "exagero" na divulgação do garimpo. "Aquelas pedras enormes [compartilhadas nas redes sociais] foram certamente montadas por alguém e isso ajudou a trazer essa multidão para cá. Mas não resta dúvida de que há ouro por lá" (FOLHA, 2015).

Aplicando-se a ACN, observa-se novamente latente o jornalismo policial e os critérios de noticiabilidade, como na notícia do G1. O narrador começa preparar na manchete da notícia o ambiente repreensivo que irá relatar. Ao citar ‘Serra Pelada em Mato Grosso’, já no âmbito do plano de expressão, ao conotar a exploração ilegal no garimpo, remonta ao nome de outro garimpo famoso na década de 1980, no estado do Pará, que naquela época tornou-se o maior a céu aberto do mundo, sendo inclusive comparado a um formigueiro humano. É estabelecido um elo de comparação, tecendo assim o fio da narrativa, o primeiro movimento elencado por Motta.

Ao estabelecer no texto o relato do garimpo no estado do Pará, o narrador também traz para narrativa outro fato do mundo real, que corrobora o que acontece no garimpo de Pontes e

²⁷Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1695039-justica-manda-fechar-garimpo-serra-pela-da-em-mato-grosso.shtml>. Acesso em: 25.abr.2023.

Lacerda-MT. Esse artifício dentro da estória encaixa-se no Sexto Movimento da análise da narrativa (das estratégias argumentativas), que aponta para linguagem narrativa ser “por natureza dramática e sua retórica é tão ampla e rica quanto a arte em geral” (MOTTA, 2013, p.203).

No texto, a centralidade de fala é do juiz que autorizou a operação de desocupação, com base exclusivamente nos termos da sentença. Ou seja, ele não foi entrevistado, apenas houve a transcrição literal de trechos do documento despachado. Contudo, eles foram escolhidos meticulosamente de modo a despertar sentimentos no leitor. Como segue:

O juiz escreveu ainda que tal fato exige que a desocupação seja feita com "cautela".
"A fim de [...] estimular ao máximo a desocupação voluntária e pacífica do local, bem como impedir que a atividade de extração permaneça de forma clandestina, torna-se cogente que se obste a entrada ou o fornecimento de combustível e suprimentos no local."

O policiamento deverá permanecer no local por pelo menos dez dias após a desocupação, ordenou o juiz.

"É certo que gravita em torno dessa prática diversos outros crimes, como o próprio tráfico de drogas, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas especificamente para prostituição, sonegação fiscal, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro e outros." (FOLHA, 2015).

O narrador busca a interação do sentido de aflição ou medo no leitor nesse recorte, decorrente da ação policial. A virada no ponto inflexão, no entanto, se deu a partir do breve relato das condições e do surgimento do garimpo. Novamente, o contador coloca-se distante da narrativa com objetivo de dar mais credibilidade ao que conta (sexto movimento). Trata-se de uma dissimulação da fala, objetivando parecer que não há ninguém por trás da narração (MOTTA, 2013).

6.1.2 Teor aventureiro

Nesta categoria foram analisadas notícias que tiveram foco no teor aventureiro pela busca do ouro. Do Portal G1, foi analisada: ‘Descoberta de jazidas de ouro movimentada pacata cidade de MT’²⁸, publicada em 13 de outubro de 2015. No campo do jornalismo ambiental, novamente não foram constatadas características. Em que pese a existência de relatos do então prefeito à época de Pontes e Lacerda-MT, de um empresário, da presidente da Associação Comercial e de representantes de instituições com a Secretaria de Estado de Meio

²⁸Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/descoberta-de-jazidas-de-ouro-movimentada-pacata-cidade-de-mt.html>. Acesso em: 15. abr.2022.

Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e do Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM), não há definição da pluralidade de vozes, por exemplo. Apenas fontes oficiais foram ouvidas, não é dado espaço aos garimpeiros ou aos demais envolvidos de forma geral.

Em um dos trechos, o então prefeito Donizete Barbosa (PSDB) relata a escassez de mão de obra na cidade por conta do garimpo: “não tem trabalhadores porque as pessoas estão indo para os garimpos. Na minha empresa, de construção de rede de energia, oito funcionários faltaram ao serviço para procurar ouro. Quem ganha R\$ 2 mil vai lá [no garimpo] e tira isso numa noite”(G1, 2015).

Figura 16- Notícia do G1 destaca pluralidade de vozes

The image shows a screenshot of a news article from G1. The main headline is "Descoberta de jazidas de ouro movimentou pacata cidade de MT". Below the headline, there is a sub-headline: "'Aventureiros' chegam diariamente a Pontes e Lacerda em busca de ouro. Funcionários têm deixado emprego para ir a garimpo que 'parece cidade'." The author is Pollyana Araújo, Do G1 MT. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, and Pinterest. A photograph shows a pile of yellow gold nuggets. To the right, there is a sidebar with the heading "Mato Grosso" and several smaller news items with thumbnails and titles like "Juiz condena indenizar cat 200 mil após", "Deputado pri servidores ni nome negath", "Polícia prend recupera car sargento...", and "Cadeira encoi pote plástico cabeça em...".

Fonte: (G1, 2015).²⁹

Em outro trecho, a então presidente da Associação Comercial de Pontes e Lacerda, Regina Aparecida de Moraes conta: “alguns segmentos estão sentindo impacto maior, como as lojas que vendem ferramentas, como enxadas e pás, usadas no garimpo. Nos últimos 15 dias, esgotaram os estoques dessas ferramentas no comércio local” (G1, 2015).

Apesar de ao longo da matéria existirem fotografias de danos ambientais, a exemplo de buracos e a mata nativa totalmente comprometida, nada é mencionado a respeito disso. O foco está na chegada de exploradores e o ganho de dinheiro rápido, seja na exploração direta na área ou indireta, por meio da venda de produtos ou serviços prestados aos garimpeiros.

²⁹ Idem item 19.

Figura 17 - Solo e mata deteriorados para exploração

https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/descoberta-de-jazidas-de-ouro-movimenta-pacata-cidade-de-mt.html

globo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ ENTR

MENU G1 MATO GROSSO 10 ANOS

entanto, o acesso é pago.

"Um vizinho está cobrando R\$ 50 por veículo para passar na propriedade dele. Esse acesso é mais rápido e fica a 600 metros do local de acesso à subida [da serra]". No local, só é possível subir a pé.



Barracas são montadas na serra (Foto: Júlio Cesar Ferreira de Souza/ Arquivo pessoal)

'Fora de controle'
A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) informou que, possivelmente, o garimpo nessa região, entre os rios das serras, funciona de maneira ilegal, já que não possui nenhuma

Fonte: (G1, 2015).

Observa-se que o jornalismo ambiental sucumbiu-se aos critérios de noticiabilidade, reforçando a existência da notícia como mercadoria para o atingir o maior número de público. Como já declarado, Vizeu (2007) também os divide em importância, interesse, brevidade, atualidade, novidade, organização interna, qualidade, equilíbrio, acessibilidade à fonte, formatação, prévia, política editorial.

Quanto aos aspectos da ACN, o narrador preocupa-se em criar uma linha aventureira, dos personagens que saíram de várias partes do país em busca de enriquecimento rápido. Muitos deixando os respectivos empregos, famílias e 'uma vida para trás' em busca do ouro e melhor condição financeira. Assim, no plano da expressão elencado por Motta, há o preparo do cenário para o enredo a partir do relato das descobertas de jazidas, reforçadas com uma foto de pedras de ouro ao lado; passando-se também pelo Primeiro Movimento de análise (o chamariz da audiência para narrativa).

A descoberta de jazidas de ouro entre as serras da Borda e Santa Bárbara tem movimentado a pacata cidade de Pontes e Lacerda, localizada a 483 km de Cuiabá. A notícia se espalhou nas últimas duas semanas e muitos 'aventureiros', como são chamados pelos moradores da cidade, já que muitos não são garimpeiros profissionais, migraram para a região em busca de ouro [...] (G1, 2015).

Para dar verossimilhança à intriga, o narrador também utiliza-se de relatos de personagens a respeito das atividades na exploração, impactados diretamente com as ações no garimpo. São citações diretas ou indiretas que fortalecem os acontecimentos em Pontes e Lacerda-MT. Há o exemplo de outra falta da presidente da Associação Comercial de Pontes e Lacerda, Regina Aparecida de Moraes.

"Alguns segmentos estão sentindo impacto maior, como as lojas que vendem ferramentas, como enxadas e pás, usadas no garimpo. Nos últimos 15 dias, esgotaram os estoques dessas ferramentas no comércio local. Os hotéis também estão cheios, principalmente aqueles mais populares, onde a estadia é mais barata, já que as pessoas vêm para trabalhar", relata.

[...]

"Antes, a cidade era mais tranquila e agora têm muitas pessoas de fora circulando. A cidade está mais movimentada. É notório isso", enfatiza a representante do comércio no município (G1, 2015).

Essa articulação reforça o que Fernandes (2019) elenca sobre as personagens, de serem elas mesmas que realizam os enfrentamentos da narrativa, sendo responsáveis pela ação e, conseqüentemente, a formação de desenvolvimento do enredo. Imersas no quinto movimento (as personagens), para Motta (2013), elas são elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado: toda estória é intriga entre personagens.

A narrativa com os relatos de personagens no texto, não só tecem o caminho do enredo, mas também implicam no sexto movimento (as estratégias argumentativas) de análise, quando os relatos ancoram a estória no plano real. Ao recordar Motta, Fernandes (2019) aponta que nas narrativas realistas ainda é usada linguagem referencial para se vincularem a determinados fatos do mundo físico (mas sem perder efeitos catárticos). Outro artifício de construção narrativa.

Apesar de falar do começo da exploração e suas implicações financeiras de forma geral, o narrador também aplica na narrativa o que Motta classifica como terceiro movimento (episódios), ao construir 'mini-narrativas' dentro do próprio texto, que compõem o relato total da notícia. A forma segundo a qual esses episódios são estruturados indicam as estratégias semânticas para construir sentidos, como no trecho a seguir:

Quase uma cidade

A movimentação entre as serras, a aproximadamente 30 km do perímetro urbano de Pontes e Lacerda, é intenso, que, de acordo com o autônomo Júlio César Ferreira de Souza, que mora na cidade, 'parece uma cidade'. "Deve estar beirando umas 2 mil

peças. Têm idosos, crianças, famílias. Algumas ficam o tempo todo lá, se revezando em turno de 12 horas", conta.

Ele foi ao local quatro vezes, sendo que a primeira há 10 dias para conhecer, e, no dia seguinte, retornou para tentar encontrar pepitas. "Eles cavam [garimpeiros], passam o aparelho, pegam as pedras maiores, sobem a terra para cima e lá tem outra equipe para pegar as pepitas menores. Daí a gente pode mexer nessa terra", diz. O grama do ouro naquela região está sendo comercializado em torno de R\$ 100. (G1, 2015).

Neste ponto (também plano da estória) o autor trata de forma breve o que tem acontecido dentro do garimpo e a exemplo do que escreve antes deste trecho, não aborda a repercussão exterior à área de exploração ilegal, não entra no contexto ambiental. Ele expõe a visão do local na perspectiva de quem esteve lá, um espaço aberto dentro da narrativa para o olhar no cotidiano do garimpo.

Figura 18- Folha narra descoberta de jazidas em Mato Grosso



Fonte: (Folha, 2015).

Da Folha, a notícia analisada foi 'Fotos de pepitas gigantes em redes sociais criam no Serra Pelada'³⁰, publicada dia 16 de outubro de 2015. Das características do jornalismo ambiental, ficou evidente pela primeira vez na análise a pluralidade de vozes. Foram ouvidos garimpeiros que atuavam diretamente no local, além de fontes oficiais, representantes de órgãos como a Superintendência Estadual do Departamento de Minas e também da prefeitura.

³⁰Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1694607-fotos-de-pepitas-gigantes-em-redes-sociais-criam-nova-serra-pelada.shtml?cmpid=fb-uol>. Acesso em: 25. abr.2023.

Dono de uma funilaria em São Paulo, Abiude Cerqueira, 38, foi a Mato Grosso participar de uma festa com a família e soube, no último final de semana, da descoberta de "uma nova Serra Pelada" na pequena cidade de Pontes e Lacerda, a 450 km de Cuiabá.

Está há quatro dias coberto de barro, cavando um buraco que, na quarta-feira (14), já havia atingido seis metros de profundidade. Mas, até agora, nada de ouro.

"Sou funileiro. Nunca vivi nada parecido, mas estou gostando. Quem sabe não vamos tirar a sorte grande?"

[...]

Parte da área pertence ao Inca e não há licenciamento para lavra mineral.

"O que existe é um requerimento de pesquisa, protocolado em 1991 [pela mineradora Santa Elina, de capital canadense] e que não foi concedido até hoje", diz Márcio Amorim, superintendente estadual do departamento (FOLHA, 2015).

Girard et al (2012) reforça que no jornalismo ambiental a pluralidade de vozes colabora para além de uma cobertura factual ou programada. Embora mais aspectos desta especialidade não tenham sido detectados no texto, como a visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar, há exibição de uma fotografia relacionada à exploração. Não há menção a danos ambientais, mas percebe-se a ocorrência de degradação no solo em vista a profundidade do buraco em que o garimpeiro procura ouro.

Da perspectiva da Análise Crítica da Narrativa, ressalta-se novamente os critérios de noticiabilidade. Para isso, o narrador recorre à plataforma de um cenário aventureiro, a começar por ingredientes no próprio título com uso de termos como ‘Pepitas Gigantes’, ‘Redes sociais’ e ‘Serra Pelada’. E todos esses gatilhos estão acima da foto de um garimpeiro explorando o local em busca de ouro. Perpassa-se assim o primeiro movimento da análise, quando o ponto de vista do narrador “vai recriar e representar o mundo de uma maneira própria” (MOTTA, 2013, p.145). Daí cria-se tal fundo para estória.

O local se converteu da noite para o dia em uma esburacada e barulhenta vila, com trilhas íngremes, barracas de lona e lojas improvisadas que vendem pás, picaretas, bebidas alcoólicas e marmitas.

O movimento de pessoas, carros e equipamentos é intenso. Na estrada que dá acesso à área, o pasto de uma fazenda foi transformado em estacionamento e o proprietário cobra diária de R\$ 50 por veículo. No fim da tarde de quarta, a reportagem contou 340 carros no local.

Os garimpeiros se reúnem em grupos e trabalham em regime de turnos. Cavam dia e noite. Do pé ao topo da serra, a travessia do garimpo é feita à beira de buracos com até 20 metros de profundidade.(FOLHA, 2015).

O prefeito Donizete Barbosa do Nascimento (PSDB) diz que houve "exagero" na divulgação do garimpo. "Aqueles pedras enormes [compartilhadas nas redes sociais] foram certamente montadas por alguém e isso ajudou a trazer essa multidão para cá. Mas não resta dúvida de que há ouro por lá."(FOLHA, 2015).

Recorda-se que na narrativa jornalística, na qual o autor objetiva reproduzir fielmente o que se vê no mundo real, parte-se do pressuposto que mesmo quando a personagem tiver um correspondente na vida real, um ser humano de carne e osso, ela desempenha na sua representação funções de personagem ou figura de papel (FERNANDES, 2019).

Desta forma, o narrador também ancora-se em relatos diretos de garimpeiros que surgiram de várias partes do país em busca do ouro. Novamente, há utilização de ao menos dois movimentos de análise crítica, o Quinto (das personagens) relacionado ao caráter humanizado em busca identificação do leitor, e o Sexto (das estratégias argumentativas), com recurso de linguagem fixado nos depoimentos para angariar verossimilhança, como se vê:

Chamada de "Serra Pelada de Mato Grosso", a área fica a 18 km da sede do município e atrai pessoas de todo o país.
Entre elas, estão garimpeiros experientes, aventureiros, ricos, pobres e gente que, poucos dias antes, nunca havia colocado os pés em uma área de extração mineral.
Wesley Caetano, 19, deixou o emprego em um lava-jato de Indavaí, um município da região, para procurar ouro. "Meu Whatsapp estava lotado de fotos de ouro e histórias de gente que ficou rica. Pensei: é minha chance", disse ele, que também ainda não viu a cor do ouro (FOLHA, 2015).

O narrador recorre também a outros elementos do sexto movimento, com objetivo de ancorar a história na realidade, como a noção espacial de localização, comparação com outros eventos reais e datas precisas. A menção a Serra Pelada corrobora para solidificação do relato em Pontes e Lacerda-MT. Nestes trechos, é comum que o narrador distancie-se um pouco da narração, a fim de reforçar as noções de plausibilidade e verossimilhança das ações apresentadas por ele (MOTTA, 2013).

Apesar de explorar a narrativa da busca pelo ouro, o sonho de enriquecer rápido, o narrador estabelece um ponto de inflexão ao contextualizar a atividade ilícita que acontece no município, recorrendo ao Primeiro Movimento de Análise. Existe uma mudança brusca no teor do texto em relação às mensagens iniciais da aventura em meio ao Sudoeste mato-grossense.

Parte da área pertence ao Incra e não há licenciamento para lavra mineral.
"O que existe é um requerimento de pesquisa, protocolado em 1991 [pela mineradora Santa Elina, de capital canadense] e que não foi concedido até hoje", diz Márcio Amorim, superintendente estadual do departamento.
Ele afirma que é possível que existam no local lavras de grande porte, mas geralmente em áreas de grande profundidade. E que apenas mineradoras têm equipamentos para acessá-las.
Por isso, vê frustração para a maioria dos garimpeiros.
Além disso, o garimpo fica dentro da faixa de fronteira com a Bolívia, onde atividades como a de mineração dependem do aval do Conselho de Defesa Nacional. Na terça-feira (13), a Procuradoria da República pediu à Justiça Federal o fechamento do local. "Os recursos minerais são bens da União (...). A extração sem a

devida autorização do órgão fiscalizador constitui dano ao patrimônio da União." A Justiça ainda não se manifestou sobre o pedido (FOLHA, 2015).

Com essa manobra na narrativa, o autor leva reflexão implícita ao leitor sobre valer a pena ou não ‘deixar uma vida para trás’ em busca do enriquecimento, sem que haja alguma garantia de que isso ocorra. Fica latente o sétimo movimento de análise (as metanarrativas), o qual “introduz nos marcos de referência dos seus próprios antecedentes culturais, seus imaginários, sua memória, sua compreensão prévia do mundo que inclui expectativas concretas, seus horizontes, interesses, desejos, necessidades e experiências” (MOTTA, 2013, p.208).

6.1.3 Trabalho ilegal

Nesta categoria, o foco dos materiais foi a ilegalidade da exploração mineral. A Folha não publicou textos, apenas o Portal G1. A notícia analisada foi ‘Garimpo ilegal volta a ser explorado mesmo após desocupação em MT’³¹, publicada em 05 de dezembro de 2015. Mais uma vez, no âmbito do jornalismo ambiental, nenhuma característica foi identificada. Houve a exposição de argumentos apenas de fontes oficiais, como do então prefeito de Pontes e Lacerda-MT, Donizete Barbosa do Nascimento, do delegado da Polícia Federal, Jesse James de Freitas, e do chefe da delegacia de Polícia Rodoviária Federal, Ailton Antônio da Silva.

O delegado da Polícia Federal, Jesse James de Freitas, confirmou a nova invasão. "Estão sendo tomadas medidas para que uma nova desocupação ocorra, dessa vez com uma força [policia] permanente até a área seja regularizada para exploração", explicou Freitas.

O garimpo ficou conhecido como a 'nova Serra Pelada' depois de atrair cerca de 7 mil pessoas diante do volume de ouro encontrado na área. Depois da desocupação, determinada pela Justiça Federal, uma empresa foi contratada e fez a implosão de galerias, túneis e buracos abertos pelos garimpeiros.

[...]

De acordo com o prefeito de Pontes e Lacerda, o local está apenas sendo monitorado por policiais militares. Donizete diz que aguarda um posicionamento da Polícia Federal. O policiamento no entorno do garimpo seria apenas de forma ocasional e não teria o mesmo número de policiais como ocorreu na época da desocupação (G1, 2015).

O jornalismo ambiental mais uma vez foi preterido aos aspectos do jornalismo policial e aos critérios de noticiabilidade, pois não há características como o aprofundamento da

³¹Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/12/garimpo-ilegal-volta-ser-explorado-mesmo-a-pos-desocupacao-em-mt.html>. Acesso em: 26.abr.2023.

temática ambiental ou alinhamento na perspectiva sistêmica. A aplicação desta última significa a capacidade do jornalista de “perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções” (GIRARDI et al, 2020).

Loose esclarece, por outro lado, que o jornalismo ambiental busca desvendar conexões ocultas que perpassam a sociedade, não se detendo unicamente no que é tido como ambiental [...], o seu diferencial está na perspectiva holística que emerge do campo ambiental e não na ênfase do assunto que cobre” (LOOSE, 2010). Tal entendimento também não é constatado no texto.

Do ponto de vista da ACN, sem as características do jornalismo ambiental, o narrador incorre focado na clandestinidade do trabalho exploratório por parte dos garimpeiros, estabelecendo juízo de valores e ignorando causas sociais. O fato deles não serem ouvidos incorre novamente no perfil parcial da notícia. Ou seja, dar voz a apenas fontes oficiais como o delegado da Polícia Federal ou o chefe da delegacia de Polícia Rodoviária Federal, constitui que: “assim, os meios de comunicação apresentarem um discurso aparentemente plural, mas não necessariamente diverso, estabelecem uma ordem social, afirmando assim um discurso universal, portanto, nesta lógica, imparcial” (VITORAZZI et al, 2019, p.6).

Para chamar atenção da audiência nos aspectos da ACN, o narrador dá ênfase aos termos ‘garimpo ilegal volta ser explorado’ no título, e logo abaixo complementa: ‘área é ilegal e Justiça Federal determinou desocupação’. O jornalista estabelece neste trecho o chamariz para o leitor e dita a dinâmica textual (primeiro movimento-da história). Uma imagem do solo deteriorado pela exploração no local, na sequência, reforça o cenário, em outro artifício de estratégia argumentativa (sexto movimento- o referencial da realidade, situação precisa espacial).

Figura 19- Texto do G1 destaca extração ilegal



Fonte: (G1,2015).

Com esses elementos, o narrador reafirma o plano de expressão na metodologia de Motta. É sobre essa ótica que ele constrói o seu enunciado e “convoca a história que quer contar para a sua audiência, ou seja, é nele que a análise consegue identificar quais são os usos estratégicos que são evocados para causar mudanças de estado e produzir determinados efeitos de sentido” (FERNANDES, 2019, p.88).

O narrador dá voz a outros personagens com vistas à resolução da intriga (o retorno da exploração ilegal no garimpo), como o prefeito de Pontes e Lacerda-MT, Donizete Barbosa do Nascimento, do delegado da Polícia Federal, Jesse James de Freitas, e do chefe da delegacia de Polícia Rodoviária Federal, Ailton Antônio da Silva. Apesar de não interagirem entre si, são fundamentais para composição das ações no plano da estória (o conteúdo em si relatado na notícia), ancorado no Quarto Movimento de análise (o conflito dramático).

“Eles (garimpeiros) voltaram a explorar a área algumas semanas depois da operação, pois as forças de segurança não continuaram no local. Não temos um número exato, mas seriam mais de mil pessoas. Eles não estão mobilizados como antes, mas as pessoas que foram embora para outras cidades e até outros estados retornaram ao garimpo”, comentou o prefeito por telefone ao G1.

[...]

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) da região informou que também está ciente da volta dos garimpeiros, no entanto, apenas reforçou a fiscalização nas rodovias, já que a responsabilidade da área é da PF. Os policiais rodoviários abordam os veículos para verificar se algum ouro está sendo retirado do garimpo. Caso isso ocorra, o ouro é apreendido.

“Esse retorno deles já ocorreu há mais de 10 dias e não chamou a atenção no início, eles voltaram devagar. O volume [de pessoas] aumentou bastante da última semana para esta semana. Seriam mais de mil pessoas. Eles vão e voltam todos os dias. Os

buracos onde eles cavam não fica sem ninguém, eles se revesam”, declarou o PRF Ailton Antônio da Silva. (G1, 2015).

Ao explorar os personagens e dando voz a eles, o narrador recorre ainda ao sexto movimento de análise, relacionado às estratégias argumentativas. Utilizando-se de citações diretas aparentemente se distancia da narrativa, objetivando angariar verossimilhança à ela, na voz de outros. Assim, enaltece os dispositivos de argumentação na relação comunicativa entre sujeitos reais (MOTTA, 2013).

O narrador também estabelece inflexões no texto, ao abarcar ‘mini-narrativas’ que entrelaçam-se dando sentido à notícia de forma geral. Esses 'episódios' (Terceiro Movimento de análise na ACN) são claros em trechos como ‘O caso’, no qual o autor recorda os elementos da decisão judicial para desocupação da área explorada, e também ‘Operações’, onde rememora as ações policiais já promovidas com este mesmo fim.

6.1.4 Tragédia

Como na categoria anterior, a Folha também não publicou notícias com esta temática. Desta forma, apenas o material: ‘Deslizamento de terra em garimpo ilegal deixa cinco feridos em MT’, de 20 de outubro de 2015, do Portal G1³², foi analisado. Apesar de um vídeo informativo reforçar a hipertextualidade da informação, o foco da análise foi a notícia escrita.

Na esfera do jornalismo ambiental destacou-se apenas a observância de uma característica dessa especialidade: precaução. Ao chamar atenção para a tragédia, o jornalista reforça as condições precárias dos trabalhadores no local, suscetíveis a diversos riscos, por conta também da deterioração ambiental causada por eles mesmos.

Girardi et. al. (2020) justifica que o jornalismo de precaução incrementa o tempo de ação do jornalismo, direcionando-o para um futuro na tentativa de alertar e evitar consequências não positivas. Beck (2010) por outro lado, como pontuado anteriormente, consolida a sociedade contemporânea de sociedade de riscos, por entender que os problemas relacionados ao meio ambiente não atingem somente este, sendo uma responsabilidade social, pois são originados pelos próprios membros dela.

³²Disponível em: <https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/10/deslizamento-de-terra-em-garimpo-ilegal-deixa-cinco-feridos-em-mt.html>. Acesso em: 23.abr.2022.

Apesar da tragédia, não foi dada voz aos garimpeiros, excluindo-se dessa forma a pluralidade de vozes; A única fonte mencionada é a polícia, e de forma indireta. Nota-se novamente espaço de fala somente às fontes oficiais. A pluralidade reforça, como já reportado, que esta especialidade do jornalismo ultrapassa a temática de meio ambiente e por isso, vai além de uma cobertura factual (GIRARDI et al, 2020).

Figura 20- G1 narra tragédia na área de exploração

Edição de dia 20/10/2015
20/10/2015 09:41 - Atualizado em 20/10/2015 09:43

Deslizamento de terra em garimpo ilegal deixa cinco feridos em MT

Situação de trabalho é bastante precária. Cerca de 7 mil pessoas estão no garimpo descoberto há dois meses.

Alex Barbosa
Pontes e Lacerda, MT

Cinco pessoas ficaram feridas no desabamento de um túnel aberto por garimpeiros para extrair ouro na cidade de Pontes e Lacerda, Mato Grosso.

O desabamento aconteceu na segunda-feira (19), por volta das 15 horas. Seis pessoas trabalhavam para abrir um buraco que já estava com cerca de oito metros de profundidade.

saiba mais

Assombrado a Hora 4 também caiu

Fonte: (G1, 2015).

Quanto submissão à ACN, o cenário trabalhado pelo narrador está no despertar de compaixão para com os garimpeiros feridos na tragédia, bem como, aos perigos que estão submetidos na exploração de jazidas. Este primeiro movimento da análise (da história-chamar atenção da audiência) elencado por Motta, apoia-se inicialmente nos termos ‘Deslizamento de terra’ no título, e logo abaixo dele, com a linha ‘situação de trabalho é bastante precária’. Todos esses processos tecem o teor da estória.

Cinco pessoas ficaram feridas no desabamento de um túnel aberto por garimpeiros para extrair ouro na cidade de Pontes e Lacerda, Mato Grosso. O desabamento aconteceu na segunda-feira (19), por volta das 15 horas. Seis pessoas trabalhavam para abrir um buraco que já estava com cerca de oito metros de profundidade, quando parte da terra veio abaixo. Cinco pessoas ficaram feridas, sendo que duas delas nem conseguiram sair do túnel sem ajuda do Corpo de Bombeiros. A operação durou cerca de uma hora (G1, 2015).

O linear de despertar sentimentos e conseqüentemente a identificação da audiência, recai no segundo movimento da análise de Motta, relacionado a articulação interna da narrativa. Ao narrar a dinâmica do acidente, da quantidade de trabalhadores afetados e

também dos feridos, o jornalista ainda atualiza o estado de saúde deles, vindo a preencher a expectativa que ele mesmo criou, como no trecho: “todos os garimpeiros foram levados para o hospital da cidade, já foram liberados e ninguém ficou ferido com gravidade. Foi um susto que revelou as péssimas condições que vêm trabalhando” (G1, 2015).

Novamente, na sequência o narrador utiliza-se ainda de ao menos dois movimentos da ACN. Do quinto movimento, quanto à inflexão direcionada para determinação da Justiça Federal pela desocupação da área ilegal (há uma ‘quebra’ da narrativa, que tratava até então da tragédia em si), e do sétimo movimento (metanarrativas), relacionado à reflexão sobre valer a pena ou não buscar a riqueza diante dos riscos exploratório. No momento que a audiência busca por essa resposta, há procura também de qual é o impulso cultural que motiva (MOTTA, 2013).

A Justiça Federal já determinou a retirada imediata dos garimpeiros da região de serra. A Polícia Federal foi notificada, avisou os garimpeiros da decisão e como eles não saíram, já existe uma programação para a retirada forçada das pessoas da área, que é considerada ilegal.

A exploração do subsolo não pode ser feita sem autorização prévia do Governo Federal. A retirada e comercialização de metais, como ouro, nessa região é uma prática considerada como crime de usurpação do patrimônio público (G1, 2015).

Apesar do narrador não trabalhar com personagens diretos na narrativa, com falas e características, e colocar-se de forma clara com o contador da estória, Fernandes (2019) ensina que é justamente por meio das histórias e das influências que as embalam é que os seres humanos aprenderam a assimilar e compartilhar o mundo. Nesse processo, Motta (2013) justifica ser possível para a audiência alcançar as significações mais simbólicas e culturais.

6.1. 5 Protesto

A exemplo das categorias anteriores, a Folha não produziu notícias a respeito desta temática. Por outro lado, do Portal G1, o material analisado foi o intitulado ‘Garimpeiros expulsos bloqueiam BR-174 contra desocupação em MT’³³, publicado em 11 de novembro de 2015. Quantos aspectos do jornalismo ambiental, pela segunda vez na análise, observou-se a pluralidade de voz: os garimpeiros foram ouvidos e fontes oficiais também.

“Queremos a liberação do garimpo onde estávamos trabalhando honestamente. Nos expulsaram que nem se expulsa cachorro. Não vamos sair enquanto não resolver o problema”, declarou o garimpeiro Roberto Nunes, representante da categoria.

³³Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/garimpeiros-expulsos-bloqueiam-br-174-contra-desocupacao-em-mt.html>. Acesso em: 21. abr.2022.

A PRF calcula entre 150 a 200 manifestantes na rodovia. Já os garimpeiros alegam que são mais de 10 mil pessoas, entre garimpeiros, empresários e caminhoneiros, além de outras pessoas que defendem a permanência do garimpo (G1, 2015).

Ao dar voz ao garimpeiro, além da instituição oficial da polícia, o informante vai de encontro ao que prega Bueno (2007): quando o jornalista elabora uma reportagem somente com fontes consideradas de elite, apenas beneficia a classe privilegiada, consagrando assim mais espaço nas empresas direcionadas ao campo informativo. O que não acontece neste texto analisado.

Em contrapartida, demais aspectos do jornalismo ambiental não foram tratados, como o engajamento do repórter em prol das três funções típicas desta especialidade: informativa, política e educativa. Bueno (2007) justifica que esta última característica decorre do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa, sendo definido pelas editorias gerais ou especializadas, destinadas exclusivamente ao meio ambiente.

Ao não aprofundar aspectos do jornalismo ambiental, o jornalista deixa de atuar em ramificações como a contextualização socioambiental, a relação risco/limite com a exploração do garimpo, os processos longos desta ação, a incerteza/certeza científica a respeito do tema e a complexidade técnica que ele incorre (BELMONTE, 2015).

Figura 21- G1 notícia protesto de garimpeiros



Fonte: (G1, 2015).

No espectro na Análise Crítica da Narrativa, nota-se que o narrador preocupou-se apenas em destacar o sentimento de revolta dos garimpeiros decorrente da expulsão deles do local em que garimpavam e desta forma, articulou despertar conseqüentemente alguma ação emotiva na audiência; seja pelo ato de expulsão do grupo ou bloqueio da rodovia que resultou em implicações à sociedade. O apelo se dá no trecho: “queremos a liberação do garimpo onde estávamos trabalhando honestamente. Nos expulsaram que nem se expulsa cachorro” (G1, 2015).

A colocação dos personagens com vista a despertar sentimentos na audiência recai sob o segundo movimento de análise (articulação interna da narrativa), bem como no quinto movimento (as personagens propriamente ditas), no tocante a serem “elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado: toda estória é intriga entre personagens” (MOTTA, 2013, p.173).

Apesar de relatar as lamentações dos garimpeiros, o narrador estabelece uma inflexão, o ponto de virada ao contrapor essa linha narrativa e focar a articulação dos policiais em monitoramento ao protesto, recaindo no primeiro movimento de análise (trama, desdobramento). A significação característica deste plano (estória) é justamente causada por meio de seqüências de ações da narrativa oriundas de seus personagens, que, por fim, criam o enredo planejado” (FERNANDES, 2019, p.88).

Os policiais rodoviários monitoram o protesto e aguardam uma ordem da superintendência para retirar os garimpeiros do local. A princípio, apenas ambulâncias são autorizadas a passarem pelo bloqueio.

[...]

Desocupação

A operação na serra estava programada para quarta-feira, mas foi adiantada após sobrevoos feitos na área apontarem a permanência de cerca de 80 garimpeiros no local. Segundo a polícia, eles não ofereceram residência quando as forças policiais iniciaram a ocupação da Serra da Borda e saíram levando ferramentas e objetos pessoais, mas deixando no garimpo qualquer ouro que tivessem encontrado.(G1, 2015).

Por fim, ao recordar o início da exploração de jazidas no garimpo, o narrador anexa ao texto central outra mini-narrativa para que toda a notícia se complete, recorrendo mais uma vez ao primeiro movimento da análise, quanto ao ponto de virada. Como se vê: “o garimpo na Serra da Borda começou a ser explorado há pouco mais de dois meses e, nesse período, chegou a ter pico de cinco mil pessoas na área, entre garimpeiros profissionais e ocasionais, tentando retirar o ouro” (G1, 2015).

No plano de expressão o narrador constrói o enunciado da narrativa e dá sequência à intriga em outro plano, o da estória, no qual em ações de sequência transmite o conteúdo à audiência pelos recursos de linguagem (MOTTA, 2013). Sem o primeiro plano, conforme o autor, a estória não se projeta e as intenções comunicativas não se revelam.

6.1.6 Meio Ambiente

Nesta categoria, a Folha não produziu material relacionado. Do Portal G1, a notícia analisada foi 'Mercúrio e garimpo ilegal ameaça água em Pontes e Lacerda, diz MT'³⁴, publicada em 26 de outubro de 2015. Nela, características do jornalismo de precaução inerentes aos traços epistemológicos do jornalismo ambiental foram visualizadas no texto, mas não características diretas desta especialidade.

A precaução é destacada diante da preocupação do mercúrio utilizado no garimpo para exploração de jazidas (para separar detritos do ouro) ameaçar o abastecimento de água potável no município de Pontes e Lacerda-MT. Este alerta é centralizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, que aponta para coleta de amostras e consequentes análises laboratoriais, além da conscientização da população.

“Essa água está indo para a rede de abastecimento de água porque as pessoas estão lavando em casa essa terra. Então, a Sema vai atuar para reprimir, para impedir que isso aconteça”, anunciou a secretária após reunião entre o governo estadual e parte das forças de segurança que deverão participar da operação de retirada dos garimpeiros da Serra da Borda, onde a extração de ouro foi apontada como ilegal pela Justiça Federal(G1, 2015).

Ressalta-se novamente que o jornalismo de precaução amplia o tempo de ação do jornalismo, orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas, como já informado (GIRARDI et. al, 2020). Por sua vez, Beck (2010) relembra sua caracterização da sociedade contemporânea de sociedade de riscos, por entender que os problemas relacionados ao meio ambiente não atingem somente esta, sendo uma responsabilidade social, pois são causados pelas próprias pessoas inseridas nela.

³⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/mercurio-de-garimpo-ilegal-ameaca-agua-e-m-cidade-de-mt-alerta-estado.html>. Acesso em: 05. jan. 2023.

Figura 22- Portal G1 destaca em manchete utilização de mercúrio no garimpo

g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/mercurio-de-garimpo-ilegal-ameaca-agua-em-cidade-de-mt-alerta-estado.html

Mercúrio de garimpo ilegal ameaça água em Pontes e Lacerda, diz MT

Garimpo ilegal em Pontes e Lacerda funciona há cerca de dois meses. Secretaria de Meio Ambiente já estuda contaminação em amostras de água.

Renê Díaz
Do G1 MT



A atividade de extração de ouro no garimpo ilegal explorado há cerca de dois meses na Serra da Borda pode estar contaminando a água da rede de abastecimento do município de Pontes e Lacerda, localizado a 18 km do local e a 483 km de Cuiabá. O alerta partiu da secretária estadual de Meio Ambiente, Ana Luisa Peterlini, na última sexta-feira (23). De acordo com a secretária, os garimpeiros que estão explorando a área da Serra da Borda têm levado a terra das jazidas para lavagem em suas casas no município com utilização de mercúrio, metal que, em sua forma líquida, auxilia no processo de separação do ouro.

Facebook Twitter Google+ Pinterest

Matto Grosso
veja tudo sobre >

- Juiz condena indenizar casa 200 mil após...**
08/03/2019
- Deputado proj servidores na nome negativ...**
08/03/2019
- Policia prende recupera carrc sargento...**
08/03/2019
- Cadeia encon pote plástico e cabeça em...**
08/03/2019

Extração ilegal de ouro teve início há 2 meses, em Pontes e Lacerda (Foto: Reprodução TVC&A)

Fonte: (G1, 2015).

A ênfase de que o mercúrio prejudica o meio ambiente e ameaça o abastecimento de água recai sobre uma das funções típicas do jornalismo ambiental: a informativa. Girardi et. al. (2020) importa a assimilação do saber ambiental com a compreensão deste e propõe novos valores para uma nova consciência da prática jornalística, a partir de um olhar ambiental. Já sobre a cobertura próxima à realidade do leitor, leciona sobre o tratamento de questões ambientais para perto do cotidiano dele, como conexões múltiplas e passíveis de consolidação de ações.

A pluralidade de vozes, no entanto, não ocorre no texto, já que apenas a Secretaria de Meio Ambiente se pronuncia a respeito do mercúrio. Não é dada voz aos garimpeiros a respeito do uso do elemento químico, a biólogos sobre os danos à fauna e flora, médicos e biomédicos em relação aos danos à saúde humana, por exemplo. Oliveira (1990) relembra que embora o jornalismo ambiental faça uso compartilhado de elementos provenientes do jornalismo científico, os fatos cobertos relacionados ao teor ambiental resultam na tratativa em várias frentes objetivando-se o debate das problemáticas devido aos impactos sociais e políticos.

Na perspectiva da ACN, sem aprofundamento do jornalismo ambiental, o narrador articula o cenário de preocupação quanto à possível contaminação da água pelo mercúrio. A ênfase ao termo ‘ameaça’ no título fortalece essa intenção e serve como chamariz (primeiro movimento de análise) para a audiência manifestar interesse no que é informado. A utilização da palavra ‘alerta’ já no primeiro parágrafo corrobora o objetivo de despertar sentimentos no leitor (segundo movimento de análise, da articulação interna da narrativa):

A atividade de extração de ouro no garimpo ilegal explorado há cerca de dois meses na Serra da Borda pode estar contaminando a água da rede de abastecimento do município de Pontes e Lacerda, localizado a 18 km do local e a 483 km de Cuiabá. O alerta partiu da secretária estadual de Meio Ambiente, Ana Luisa Peterlini, na última sexta-feira (23). De acordo com a secretária, os garimpeiros que estão explorando a área da Serra da Borda têm levado a terra das jazidas para lavagem em suas casas no município com utilização de mercúrio, metal que, em sua forma líquida, auxilia no processo de separação do ouro (G1, 2015).

A utilização pelo narrador da citação direta da secretária estadual incorre no esforço de obtenção da credibilidade do que é narrado, afinal, ela em tese, é alguém da área ambiental com propriedade para falar do assunto. Concedendo o destaque de fala a ela, o autor recai sobre o quinto movimento da ACN, relacionado às estratégias argumentativas. Afinal, na narrativa, a audiência “confia em suas personagens e ações. Desse modo, ao narrar uma história real, estamos humanizando este relato” (FERNANDES, 2019, p.96).

O narrador, no entanto, não aprofunda as consequências ambientais do mercúrio, direcionando a narrativa em seguida para o resgate temporal sobre o início da exploração do garimpo. Com isso ele rompe a expectativa de debate do tema e incorre na inflexão textual, abrindo espaço para outro episódio dentro do texto, que o complementa em sentido geral (primeiro movimento da análise, ponto de virada).

Garimpo ilegal

O garimpo na Serra da Borda vem sendo explorado há cerca de dois meses por garimpeiros profissionais e ocasionais, atraídos por notícias de grande volume de ouro na região. O local chegou a ter um pico de sete mil pessoas em atividade. Entretanto, no último dia 16, a Justiça Federal acolheu denúncia do Ministério Público Federal de que a atividade na área é ilegal por não ter autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que controla a extração de minério em todo o subsolo do território brasileiro (que é de jurisdição da União). Logo, a Justiça Federal determinou a evacuação da área e o fim da atividade ilegal. Para isso, decretou que, caso necessário, forças de segurança fossem usadas.(G1, 2015).

Por fim, o receptor pode se ver impactado pelo Sétimo Movimento (das metanarrativas) à conclusão da narrativa, refletindo novamente se vale a pena a busca pelo enriquecimento rápido em detrimento dos danos à saúde que podem ser provocados pelo mercúrio. Fernandes (2019) cita que ao se interessar e investir em uma narrativa, a audiência converte o seu significado em sentidos potenciais. Ou seja, “introduz nos marcos de referência dos seus próprios antecedentes culturais, seus imaginários, sua memória, sua compreensão prévia do mundo que inclui expectativas concretas” (MOTTA, 2013, p.208).

6.1.7 Participação do leitor

Nesta categoria o Portal G1 não produziu nenhuma notícia para análise. No entanto, da Folha, o material avaliado foi o intitulado ‘Porque o governo não registra lotes de exploração do garimpo?, indaga leitor’³⁵, publicado em 10 de outubro de 2015. Ressalta-se também que esta é a única vez que o leitor é ouvido, mesmo de forma superficial. Da perspectiva do jornalismo ambiental, não foram evidenciadas características diretas como visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar, a pluralidade-centralidade da voz, entre outras.

No texto, a Folha limita-se apenas a transmitir o questionamento do leitor: “Por que Brasília manda tropas contra o povo do garimpo em vez de mandar funcionários públicos para registrar seus lotes de exploração?” e direciona a possível resposta ao resgate da notícia já publicada intitulada ‘Justiça manda fechar garimpo 'Serra Pelada' em Mato Grosso’ (analisada na categoria ‘repressão policial’).

Recorda-se que desta última notícia analisada, para a qual a Folha remete o leitor, apenas uma característica destacou-se: a pluralidade de vozes/fontes, nas falas do juiz Francisco de Moura Junior e também do então prefeito Donizete Barbosa do Nascimento. Um autorizou a operação policial para retirada dos garimpeiros da área de exploração e outro retratou as consequências do garimpo para o município.

Figura 23- Folha destaca questionamento do leitor



Fonte: (Folha, 2015)

³⁵Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/10/1697441-por-que-governo-nao-registra-lotes-de-exploracao-do-garimpo-indaga-leitor.shtml>. Acesso em: 05. mai. 2022.

Essa fragmentariedade na produção jornalística, conforme Bueno (2007), fragiliza a cobertura nas questões ambientais. O autor aponta pela necessidade de agregação da multifatorialidade e extrapolação dos limites nas editorias, ao defender que a militância no jornalismo ambiental “implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais e politizar o debate” (BUENO, 2007, p.22). Silva e Rodrigues acrescentam:

Adequar o papel do jornalismo combinando progresso e meio ambiente, tratou contribuir para qualificar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação da sociedade. Isto encaminha ao jornalismo científico, na medida em que este promove a divulgação da ciência e tecnologia através dos veículos de comunicação de massa, segundo os parâmetros e o sistema de produção jornalístico. Ao noticiar o público sobre a ciência, ele busca trazer reflexões, conduzir os cidadãos às discussões e também contribuir de maneira adequada à uma formação de cultura científica. (SILVA; RODRIGUES, 2019, p.5).

Na notícia remetida pela Folha, após questionamento do leitor, recorda-se também que nos moldes da ACN, o narrador reforçou o cenário de repressão policial na atividade exploratória do garimpo, dando destaque aos termos ‘justiça manda’ e ‘nova Serra Pelada’. Ao longo do texto, frisa-se, beneficia-se de movimentos de análise como o primeiro (construção do cenário da narrativa), o sexto (estratégias argumentativas), o quinto (dos personagens em si).

Ressalta-se que nem toda narrativa avaliada até aqui concentra aspectos do jornalismo ambiental ou todos os passos de movimentos de análise da Análise Crítica da Narrativa, bem pouco, de forma isolada todos os planos elencados por Motta na ACN, quais sejam expressão, história e metanarrativa. Fernandes (2019) explica que é comum que um dos planos seja priorizado; “em se tratando de análise de narrativas, o plano da estória acaba sendo adotado com mais frequência, mas é impossível analisá-lo sem levar em conta o plano da expressão”. Sem este, a estória não se projeta e as intenções comunicativas não se revelam” (MOTTA, 2013, p.135).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que as questões ambientais mais do que nunca tornaram-se pauta de discussão em meio às lideranças globais, o jornalismo ambiental fomenta esse diálogo na sociedade dando acesso à informação, permeado em preceitos epistemológicos e características próprias. Definições que direcionam justamente para as transformações necessárias à preservação do planeta, chamando atenção para responsabilidade social que as próprias intervenções humanas causam.

Nesta pesquisa, no entanto, observou-se que a especialidade do jornalismo ambiental não foi explorada em toda sua complexidade. A identificação de características foi possível em apenas em quatro (10,25%) das 39 notícias pautadas: duas em que é dada voz aos garimpeiros além das fontes oficiais (pluralidade de voz), uma notícia voltada a temática ambiental que trata do mercúrio usado na exploração do garimpo (atrelando princípio da precaução ao jornalismo científico); e outra que também trata do princípio da precaução, mas quanto aos perigos de acidentes nas crateras provocadas no solo, para exploração.

No restante das notícias analisadas priorizou-se as informações apenas de fontes oficiais. A pluralidade de voz dentro do jornalismo ambiental é justamente importante para uma visão do tema em várias frentes. Trabalhar a voz de apenas a um lado da história abre-se debate a respeito da parcialidade no tratamento da temática. Bueno (2007), como detalhado, opina que quando o jornalista elabora uma reportagem somente com fontes consideradas de elite, apenas beneficia a classe privilegiada, consagrando assim mais espaço nas empresas direcionadas ao campo informativo. Com complemento de Guerra (2009), o veículo de comunicação que se diz neutro e imparcial, apenas o diz como parâmetros para a credibilidade dos profissionais e das próprias empresas.

Outras características como a visão sistêmica e holística, por exemplo, enquanto repercussões de uma determinada ação em um contexto macro, sequer foram tratadas. A importância deste aspecto se dá no não afastamento do comunicador e do jornalista ambiental, de que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados (BUENO, 2007).

Quanto ao perigo iminente do mercúrio utilizado na extração de jazidas contaminar a água potável no município de Pontes e Lacerda-MT, viu-se apenas um ensaio das características do jornalismo de precaução, inerentes aos traços epistemológicos do jornalismo

ambiental, selando sua aplicabilidade “quando não há conhecimento dos danos ou não certeza de sua ocorrência e alcance de impacto” (GIARDI et al, 2020, p.286).

Apesar destes traços diluídos, chamou atenção o fato de em 58,97%³⁶ (23 notícias) do conteúdo encontrado, a atividade no garimpo na Serra da Borda ter sido apenas o pano de fundo para o jornalismo policial (repressão policial- categoria focada na ação da polícia). Para se ter uma ideia, outra temática como o ‘teor aventureiro’ contabilizou 12,82% das notícias (5), a conotação na atividade ilegal de extração mineral foi reportada na mesma porcentagem (5). Nas categorias de meio ambiente e tragédia cada uma representou pouco mais de 5,12% (2 notícias cada). Protesto e participação do leitor chegaram a 2,56% (1 de cada).

O Portal G1 produziu a maior quantidade de notícias no período analisado, 35 do total, contudo, 22 tiveram o foco na repressão policial. O que destacou-se também foi a pouca ênfase que a Folha deu à cobertura do garimpo. Apenas quatro notícias encontradas, sendo uma com participação do leitor, no período de um ano reservado ao recorte temporal de todo material analisado.

Apurou-se nesta pesquisa um jornalismo pautado em critérios de noticiabilidade, em sua maioria da editora policial, direcionado à produção de informação sem aprofundamento do caráter superficial ou científico. Essa abordagem recai sobre as ideias de Marshall (2003), quanto à mercantilização da notícia, que para atender o interesse da audiência, segundo ele, não necessita de uma investigação e apuração aprofundada.

Nesta perspectiva, os critérios de noticiabilidade ganham destaque nas composições das notícias, pois são “elementos básicos da cultura jornalística, partilhado pelos membros dessa comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005, p.94). O autor elenca entre esses critérios o impacto informativo para o consumidor final da informação, a relevância, a proximidade geográfica, o caráter de inovação e novidade, conflitos, ações inesperadas, entre outros. Itens que são identificados nas abordagens narrativas analisadas.

Ou seja, reforçando-se o caráter mercadológico da notícia, os princípios da nova ordem neo-econômica provocaram mudanças nas relações dentro das redações dos jornais, “na interação do profissional com a sociedade, nas escolas de jornalismo, na hierarquia dos saberes, na dinâmica das mentalidades, no artesanato das notícias e no cotidiano do fazer jornalístico” (MARSHALL, 2003, p.24).

³⁶ As porcentagens não totalizam-se em números inteiros, já que possuem casas decimais, sendo observados dois itens após vírgula.

Do aspecto na Análise Crítica da Narrativa este entendimento ficou evidenciado com os destaques das notícias a respeito das ações policiais para retirada dos garimpeiros da área de exploração, decisões judiciais com este fim e ainda o cunho de enriquecimento rápido no Sudoeste de Mato Grosso (seara aventureira). O que se pode constatar, em uma análise geral, foi justamente a cobertura do garimpo Serra da Borda como fundo para outra área do jornalismo.

Desta análise, os narradores utilizaram-se de técnicas objetivando angariar a audiência, a partir de manobras para a construção do cenário da história (campo de expressão elencado por Motta), em alinhamento com os planos da história (intrigas) e metarrativas (identificação e elevação do leitor à reflexão sobre a atividade exploratória).

Tais características foram reforçadas, por exemplo, em destaques de termos nos títulos das notícias ou nas linhas abaixo deles, quais sejam: ‘exploração ilegal’, ‘justiça determina’, ‘garimpeiros expulsos’, ‘perigo do mercúrio’, ‘deslizamento’, ‘invasão’, ‘fotos de jazidas’. Essas colocações ditaram as dinâmicas das narrativas, sendo o alicerce do cenário narrativo criado pelos informantes para o foco que queriam direcionar, seja despertar de sentimentos junto a audiência ou reações correlacionadas.

Esses movimentos, aliados a outras articulações internas das narrativas, como voz aos personagens diretos das intrigas narradas, aos representantes de instituições, demais fontes oficiais, a provocação de sentimentos de identificação na audiência e ancoragem em comparações reais, fortaleceram o tom narrativo objetivado. Ressalta-se que a personagem jornalística, historiográfica ou biografada guarda uma relação estreita com a pessoa, com o ser real objeto da narração (MOTTA, 2013).

Nos aspectos da ACN, as narrativas construídas nas notícias basicamente prendem atenção da audiência de forma efêmera, rápida, sem avanço de conteúdo, mas atingem as premissas dos planos de expressão, história e metanarrativas. Afinal, Motta (2013) elenca que a comunicação narrativa é a busca permanente da coerência requerida pela organização da intriga e pela expectativa semântica e pragmática desencadeada pelo discurso narrativo.

De forma geral, podemos considerar que não há notícias com um engajamento político, cultural e social como afirmam os teóricos desta especialidade. Ao se propor este trabalho não se ignorou o fato de serem encontrados materiais das mais diferentes editorias a respeito da Serra da Borda, contudo, esperava-se identificar o tratamento mais apurado do jornalismo ambiental. Deixou de se aprofundar três importantes características desta

especialidade: informativa (enquanto temática ambiental), política e educativa, o que revela o pouco interesse e comprometimento dos veículos de comunicação alvos deste estudo.

Esclarece-se que o caráter informativo está ligado ao acesso à informação por parte da sociedade de forma geral. Ao não detalhar de forma aprofundada os danos ambientais, de saúde e consequências sociais, por exemplo, que o garimpo causa e pode causar, não cumpre-se esta característica. Tratar de forma superficial o tema, suprime-se a oportunidade do conhecimento do quão danosas podem ser as implicações da exploração ilegal. Ligado a este aspecto está o caráter político, não necessariamente partidário, mas a respeito do exercício pleno da cidadania pela população, com o conhecimento de direitos e deveres na seara ambiental. Sem os conhecimentos destes, resta-se a insegurança para um posicionamento contundente. Por último, a característica educativa emerge da figura do jornalista enquanto transformador social, sendo o intermediário neste tripé, pois assume uma posição significativa ao pautar o que deve e como ser publicado.

Tratar do jornalismo ambiental não se relaciona apenas em aprofundar esta especialidade nas notícias ou reportagens, mas expor que a consciência ambiental e ecológica precisa ser colocada em prática, não de forma individualizada, mas interligadas às mudanças globais resultantes dos avanços produtivos e tecnológicos. Estudiosos já avisaram: problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida (BECK, 2010).

Neste contexto, da perspectiva do jornalismo ambiental, o jornalista também passaria a assumir de forma mais latente, dentro dos preceitos desta especialidade do jornalismo, uma atuação mais engajada em prol de transformações e mobilizações sociais.

REFERÊNCIAS

- BACCHETTA, V. L. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor L. (Coord.). **Ciudadania Planetaria: temas y desafios del periodismo ambiental**. Montevideo: IFEJ, 2000.
- BALDESSAR, Maria José. **Mundo digital: Jornal do Brasil na Internet no tempo do PC**. Anais do 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Fortaleza-CE, 19 a 21 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Mundo%20digital.pdf>. Acessado em: 03 mar. 2022.
- BAHIA, Juarez. **As técnicas do jornalismo: Jornal, história e técnica**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- _____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- BAUER MW. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed.– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BELMONTE, Roberto Villar. **A história do jornalismo ambiental brasileiro**. Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre-RS, de 03 a 15 de junho de 2015.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista Odontol**. Univ. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à Pecuária: Algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso de 1870 a 1930**. São Paulo: Scortecci, 2001.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Geologia e Recursos Minerais da Serra da Borda SD.21-Y-A-IV**. Brasília, Centro Gráfico, 2016.
- BOTERO, Lucas Monteiro. Direito Constitucional em escolas de ensino fundamental e médio. 2018. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64513/direito-constitucional-em-escolas-de-ensino-fundamental-e-medio>. Acesso em: 10 abr.2022.

BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. (In) GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MARCONDES, Adalberto Wodianer. *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre-RS: Dom Quixote, 2008.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2022. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em 24 abr.2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A cidade estado antiga**. São Paulo: Ática, 1985.

CODDINGTON, M. **Clarifying Journalism's Quantitative Turn**. *Digital Journalism*, v. 3, n. 3, p. 331–348, 4 maio 2015.

COTTA, Pery. **Jornalismo Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: Declaração do Rio de Janeiro, 1992. Anais. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200013&script=sci_arttext. Acesso em 24 jun.2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros jornalísticos do jornalismo português**. São Paulo-SP: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DE-LIMA-SANTOS, Mathias Felipe. **TEM DDJRB AQUI? Mapeando a presença do jornalismo de dados no Brasil**. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém-PA, de 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1396-1.pdf>. Acesso em: 10. mar.2023.

DEL BIANCO, Nelia. **Remediação do radiojornalismo na era da informação**. Anais do 2º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Salvador-BA, 26 e 27 de novembro de 2004.

DORNELLES, Beatriz. **O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental**. In: *Brazilian Journalism Research*, v. 1, n. 1, p. 121-131, semestre 2, 2008.

DORNELLES, Beatriz. **Internet qualifica jornais do interior e aproxima leitores**. IN: XIX PRÊMIO EXPOCOM 2012 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.

Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/22361> .Acesso em: 23 mai.2022.

DORNELLES, Beatriz; GUIMBERG, Daniela. Jornalismo ambiental – Análise dos critérios de noticiabilidade na web.2018. **Revista de Comunicação**. Universidade Católica de Brasília, 5 (2), 108-135.

DREVE, Aleta; PALMA, Gláise. **As Novas Formas Narrativas do Jornalismo Online: A Procura de um Caminho**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, de 06 a 09 de setembro de 2006. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1928-2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, Captação e Edição no Jornal Diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FERREIRA, Andréia da Paixão. A invenção do rádio: um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.3, n.1, mar.2013.

FERREIRA, Sâmela Cavalcanti. **Direitos e Deveres Constitucionais como Disciplina no Ensino das Escolas**. 2016. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Niterói 2016.

FERNANDES, Laís Cerqueira. **HISTÓRIAS REAIS SOBRE PESSOAS REAIS** : um estudo sobre as estratégias de storytelling do podcast “Projeto Humanos” / Laís Cerqueira Fernandes. 2019. 159 f.

FIORI, Helio B. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: do Economista, 1943.

FONSECA, Nilmara. **O negócio do ouro no município mato-grossense de Peixoto de Azevedo em 2013**: algumas observações sobre mão de obra aurífera. 2014, 134 f. Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu de Agronegócios e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=414817. Acesso em: 14 abr. 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do Presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: SE: Editora UFS, 2005. 273 p.

_____. **Uma proposta de incorporação dos estudos sobre inovação nas pesquisas em jornalismo**. In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. 7, nº 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2010v7n1p8>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FREITAS, Alberto; PENHA, Anselmo. **O jornalismo na era das verdades fluidas**. In: FERRARI, Pollyana. Fluido, Fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Tradução Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Nacional, 2001.

GARÓFALO FILHO, Emilio. **Câmbio, ouro e dívida externa de Figueiredo a FHC**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas; BELMONTE, Roberto Villar; MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. 2020. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053>>. Acesso em: 29 mar.2022.

GIRARDI, I.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. **Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade**. UNIrevista, v. 1, n. 3, p.1-12, 2006.

GIRARDI, I.M.T.; LOOSE, E.B.; SILVA, J.A. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. In: **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, Mai-Ago. 2018.

GOMES, Vitor Márico Laus Reis. **Os comportamentos de leitura. Teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas** : entre a tradição e a inovação. 12 In: Novelli AL; Moura CP; Curvello JJ; Organizadores. p.1110. 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0312-8.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

GOMES, Juliana Cristina Oliveira; BERTI, Orlando Maurício de; ALVES, Diego Lopes da Silva. **Mídia Social como ferramenta estratégica de Comunicação Organizacional**: um estudo de caso sobre o Cemitério Jardim da Ressurreição, Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo-SP, 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1141-1.pdf> Acesso em: 10.mar.2022.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. **The Data Journalism Handbook**. 1st. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2012.

GUERRA, J. L. **Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo**. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Piracicaba-SP, 1994. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2019.

HAMMOND, P. From computer-assisted to data-driven: **Journalism and Big Data**. Journalism, v. 18, n. 4, p. 408–424, 2017.

JORGE, Thais de Araújo. **A notícia em mutação. Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital**. 2007. Tese. Doutorado em Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004. 274 p.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

LIMA, José Leonildo. 2020. **História de Pontes e Lacerda**. Pontes e Lacerda, 2020. Disponível em: <https://www.ponteselacerda.mt.gov.br/Institucional/Historia/>. Acesso em: 13 de mar. 2022.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista**: das estratégias aos sentidos. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LÜCKMAN, A. P. **O Jornalismo Ambiental educa?** Reflexões a partir de um estudo de recepção. (In) GIRARDI, I. M. T.; MARCONDES, A. W. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

LUCENA, Rodolfo Reckziegel de. **O Clique da notícia: A história da Folha Online contada por seu design**. 2008. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. Dissertação. 219f. Programa de Pós- Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARCONDES FILHO, C. 1986. **O Capital da Notícia. Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza**. São Paulo, Ática.

MARTINS, Ana L. **Breve História dos Garimpos de Ouro do Brasil**. In: ROCHA, GA (Org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MATA, Maria Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación**. **Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-abr. 2006.

_____ et tal. **Ciudadanía comunicativa**: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In. ADRÍAN, Padilla; MALDONADO, Alberto Efendy. **Metodologías transformadoras: tejeindo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración em América Latina**. Caracas: CEPAP; UNESR, 2009.

MEDINA, Cremilda de Araujo. **Notícia: um produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. 194 p.

_____. **Ciência e Jornalismo - Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir**. Florianópolis: Insular, 2012.

MEIGRE, Marcos Vinicius; XAVIER, Mariana Ramalho Procópio. **Um telejornal, duas interpretações**: dicotomias e antagonismos na representação da identidade local. Anais XX Congresso Brasileiro de Comunicação, Uberlândia-MT, de 19 a 21 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1227-1.pdf> Acesso em: 02.fev.2022.

MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

_____. **Gêneros jornalísticos no Brasil**: o estado da questão. Anais XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba-PR, de 04 a 07 de setembro de 2009.. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0763-1.pdf> . Acesso em: 02.jul.2023.

MIELNICZUK, Luciana. Características e implicações do jornalismo na Web. [S.I.].2001. disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em 25. abr. 2022.

_____. **O estudo da narratividade no ciberjornalismo**. In: Metodologia para o Estudo dos Cibermeios. Salvador, 2008.

MIGUEL, Katarini; MACHADO, Mylena Fraiha. **Jornalismo ambiental e afetos**: panorama das experiências tecnológicas do movimento socioambiental. Anais XX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste, Campo Grande-MS, de 13 a 15 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0150-1.pdf>. Acesso em: 13. mar. 2023.

MIRANDA JG, Cipriani M, Martires RAC, Giaconi WJ. **Atividades garimpeiras no Brasil: aspectos técnicos, econômicos e sociais**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1997.

MOHERDAUI, Luciana. **Guia de Estilo Web: produção e edição de notícias on-line**. São Paulo: SENAC, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em "tempo real"**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MOURA, Tavares de. **Serra Pelada: experiência, memórias e disputas**. 2008. 120f. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC SP.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

_____. Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs.). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. **Notícia e construção de sentidos** : análise da narrativa jornalística. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre-RS, de 30 de agosto a 03 de setembro de 2004.

Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/articloe/viewArticle/1067>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. Londres: Sage, 2002.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia Local, uma mídia de proximidade. **Comunicação: Veredas**, Ano 2 – nº02 – novembro 2003. Disponível em:

<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaoveredas/article/viewFile/5105/4723> . Acesso em: 21.abr.2023..

PINSKY, J. PINSKY, C. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

RAMIRES, Mário Marques; ROSSI, Michelle. A Imparcialidade como conceito de qualidade jornalística. **Comunicação & Mercado**, Dourados - MS, v. 01, n. 04, p. 77-83, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.unigram.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/4/7.pdf>>. Acesso em 15. abr.2023.

REZENDE, Guilherme J. **60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas**. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F. e COUTINHO, I. (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2010.

RIZZOTTO, C. C. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Revista Estudos da Comunicação**. PUCPR. Vol.13 nº31 2012.

RUSSI, A. C.; MOSER, M.; OLIVEIRA, M. O que o futuro nos reserva? In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Questões para um jornalismo em crise**. Florianópolis: Editora Insular, 2015. p. 17 – 31.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo, Contexto, 2007.

SANTIAGO, M. L.; FILGUEIRA, T. I.; MARTINS, J. **Sangue no Jornal: Jornalismo Policial e Sensacionalismo na Internet**. Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Juazeiro-BA, de 05 a 07 de julho de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0593-1.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SILVA, Ana Carolina de Araújo; BARBOZA, Eduardo Uliana. **Jornalismo Ambiental: apontamentos para uma análise do discurso engajado**. Anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, Porto Alegre-RS, de 29 a 31 de maio de 2014.<https://anaisenpja.files.wordpress.com/2014/12/cl_16_ana_eduardo.pdf>. Acesso em: 04 mar.2023.

SOUSA, Aryclennys Silva; BRAGA, Claudomilson Fernandes. Mídia, Jornalismo e Cidadania: A representação do negro na mídia televisiva no Brasil. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**. n.06, vol.6, ed.-Set. 2016, ano 2016-17. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/2214/1874>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SCHUDSON, M. **A revolução no jornalismo norte-americano na era do Igualitarismo: a Imprensa Penny**. In: Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEMER, A. C. **Flertando com o Caos: comunicação, jornalismo e televisão**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Os valores notícia segundo Traquina**. In: Jornalismo. Lisboa: Quimera, 2002. p. 186-208

_____. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Vozes, 1999.

TRIGUEIRO, A. Cidades sustentáveis. (In) GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; Porto-Gonçalves, C., W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

TURATTI, Luciana; MAZZARINO, Jane. **Jornalismo ambiental, direito à informação e cidadania**. 2013. IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadão. Disponível em: <http://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Luciana-Turatti.pdf>. Acesso em: 24 jun.2022.

VIZEU, Alfredo. **O newsmaking como trabalho de campo. Em metodologia de pesquisa, em jornalismo**. (Org.) Mácia Benetti; Claudia Lago. Rio de Janeiro. Vozes. 2007.

WARD, Mike. **Jornalismo online**. [tradução Moisés Santos, Silvana Capel dos Santos, colaboração da tradução Tatiana Gerasimczuk Castellani]. – São Paulo: Roca, 2006.